



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — Nº 38

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 8 DE ABRIL DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENCIA

SESSAO CONJUNTA

Em 8 de abril de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-64 (C. N.), que regula a locação de prédios urbanos.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Parágrafo nº Disposição a que se refere

- 1 Do § 5º do art. 11, a expressão final: "ou II".
- 2 Do art. 12 a expressão "(Art. 11, § 8º)".
- 3 Do art. 12 as palavras finais: "desocupado pelo retomante".
- 4 Do inciso III do art. 17, as palavras: "parágrafo único do".
- 5 Do art. 19 as palavras: "residenciais, comerciais ou industriais".
- 6 Do § 1º do art. 19 a palavra: "adequadamente".
- 7 Do inciso III do art. 26 as palavras: "o requerer".

VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM OBJETO DE DELIBERAÇÃO NAS SESSÕES CONJUNTAS CONVOCADAS

DIAS 7 E 8 DE ABRIL:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-64 (CN), que regula a locação de prédios urbanos.

DIAS 20 E 21 DE ABRIL:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 26-64 (CN), que dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

DIAS 27 DE ABRIL:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.350-64 na Câmara e nº 243-64 no Senado, que dispõe sobre o Imposto do Selo, e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.661-B-61 na Câmara e nº 192-64 no Senado, que federaliza o Instituto Borges da Costa, ex-Instituto do Rádium do Estado de Minas Gerais;
- veto (parcial) do Projeto de Lei nº 2.357-C-64 na Câmara e nº 257-64 no Senado, que institui, no Ministério da Fazenda o cadastro geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.360-64 na Câmara e nº 271-64 no Senado, que dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Renditas Internas.
- veto (parcial) do Projeto de Lei nº 2.300-C-64 na Câmara e nº 225-64 no Senado, que dispõe sobre a liquidação, por acordo, das desapropriações efetuadas no Nordeste;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.570-F-61 na Câmara e nº 136-63 no Senado, que federaliza o Instituto de Música da Bahia, e dá outras providências.

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.426-64 na Câmara e nº 313-64 no Senado, que fixa os vencimentos de membros do Ministério Público Federal e do Serviço Jurídico da União, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 492-B-63 na Câmara e nº 236-64 no Senado que cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.260-E-64 na Câmara e nº 206-64 no Senado, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.349-B-64 na Câmara e nº 242-64 no Senado, que dispõe sobre a elaboração e execução de Planos Quadrienais de Obras para a implantação do Plano Nacional de Viação;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.362-B-63 na Câmara e nº 279-64 no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais.

DIAS 28 DE ABRIL:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.486-B-63 na Câmara e nº 288-64 no Senado, que dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências.

DIAS 4 E 5 DE MAIO:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 22-64 (CN), que institui o Conselho Nacional de Transportes, e dá outras providências;

DIAS 6 DE MAIO:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 26-64 (CN), que dispõe sobre vencimentos e salários do pessoal da Rede Ferroviária Federal, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 468-B-63 na Câmara e nº 18-64 no Senado, que concede aos servidores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, aposentados até 31 de dezembro de 1959, o abono provisório de que trata a Lei nº 3.531, de 19 de janeiro de 1959, e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.569-C-61 na Câmara e nº 6-64 no Senado, que federaliza o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 333-B-63 na Câmara e nº 173-64 no Senado, que isenta o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco de impostos e taxas federais de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir na compra de ações da firma "Empreendimentos Santa Cruz S.A.", situada à Rua do Sol nº 143, em Recife, Pernambuco;
- veto (parcial) do Projeto de Lei nº 2.410-B-64 na Câmara e nº 315-64 no Senado, que define a competência julgadora de recursos fiscais.

DIAS 11 DE MAIO:

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.158-B-64 na Câmara e nº 287-64 no Senado, que dispõe sobre o prazo de validade de concursos públicos para candidatos habilitados que estejam exercendo ou hajam assumido mandato legislativo ou executivo;

veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.857-C-60 na Câmara e nº 153-64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guayana pela Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960;

veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 928-56 na Câmara e nº 139-62 no Senado, que regula a profissão de Corretor de Seguros.

DIAS 12, 13 E 18 DE MAIO:

veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 19-64 (CN), que dispõe sobre o condomínio em edificações e incorporações imobiliárias.

DIAS 19 E 20 DE MAIO:

veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.322-64 na Câmara e nº 223-64 no Senado, que disciplina a desproporção para as obras de combate às secas do Nordeste.

DIAS 25 E 26 DE MAIO:

veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.223-B-64 na Câmara e nº 180-64 no Senado, que altera a legislação relativa ao imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências.

DIAS 1º, 2, 3, 8, 9 E 10 DE JUNHO:

veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.348-64 na Câmara e nº 247-64 no Senado, que aprova o Plano Nacional de Viação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 206, de 1964 (Projeto de Lei nº 2.200-B-64 — Câmara) que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1965.

1ª REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 1965

Às 9.30 horas, do dia 7 de abril de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Sebastião Archer, Antonio Jucá e Ruy Palmeira e os Senhores Deputados Celestino Filho, Lourival Batista e Argilano Dario, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 206, de 1964 (Projeto de Lei nº 2.200-B-64 — Câmara) que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1965.

Em obediência ao preceito Regimento assume a Presidência o Senhor Senador Sebastião Archer que declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto, por cédulas uninominais, previsto no artigo 31 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Senhor Deputado Argilano Dario.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Sebastião Archer 5
Deputado Celestino Filho 1

Para Vice-Presidente:

Deputado Lourival Batista 5
Deputado Argilano Dario 1

O Sr. Presidente após agradecer a seus pares a sua eleição designa o Sr. Senador Antonio Jucá Relator da matéria precepu a Comissão Mista.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a Reunião, lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário.

a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 1965

Às 14.30 horas, do dia sete de abril de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Sebastião Archer, Presidente, presentes os Senhores Senadores Sebastião Archer, Antonio Jucá e Ruy Palmeira e os Senhores Deputados Celestino Filho, Lourival Batista e Argilano Dario, reúne-se a Comissão Mista, incumbida de apreciar o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 206, de 1964 (Projeto de Lei nº 2.200-B-64 — Câmara) que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1965.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Antonio Jucá que, na qualidade de Relator, tece considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões nas quais se fundamentou o Senhor Presidente da República para, no uso de suas atribuições Constitucionais, apor seu Veto ao processado em tela.

Em discussão, não havendo quem mais deseje fazer uso da palavra, o Sr. Presidente determina seja assinado o Relatório.

E nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Relatório nº 24, de 1965

Da Comissão Mista incumbida de relatar o veto do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.200-B-64 (nº 206-1964 no Senado) que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1965.

Relator: Sr. Antonio Jucá.

O Senhor Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, vetou, parcial-

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 34,00
Ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

mente, o Projeto de Lei nº 2.200-64 na Câmara e 206-64 no Senado), que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1965, por considerá-lo contrário aos interesses nacionais.

DISPOSITIVOS VETADOS. ORIGEM E JUSTIFICAÇÃO

O veto incide:

a) sobre as palavras "em cada dotação variável e em cada dotação vinculada à arrecadação da receita contida", constantes do "caput" do artigo 6º;

b) sobre o parágrafo único do mesmo artigo 6º, assim redigido:

"As dotações de que trata este artigo poderão ser liberadas, no segundo semestre do exercício, na medida das possibilidades do Tesouro".

Os dispositivos vetados constam da Proposta Orçamentária para o Exercício de 1965, enviada pelo Poder Executivo ao Congresso, e sua justificação está contida na justificação geral da Proposta.

HISTÓRIA

O artigo 6º e seu parágrafo único foram objeto, na Câmara, das Emendas números 2, 3 e 8, mas, das três, apenas a de número 3, que baixou de 35% para 30% o limite proposto pelo Governo para o estabelecimento de um Fundo de Reserva, foi aprovada, e esta alteração foi igualmente aceita pelo Executivo.

RAZÕES DO VETO

O Senhor Presidente da República justificou o veto pelas seguintes principais razões:

a) o veto embora incida sobre palavras que constavam da redação do Projeto de Lei orçamentária enviada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, tem o objetivo de tornar mais racional a constituição de um

fundo de reserva até 30% do total da despesa autorizada no Anexo 4 da Lei dos Meios para o próximo exercício;

b) na redação aprovada, o fundo de reserva incidia sobre cada uma das dotações da despesa, mesmo sobre aquelas que não suportam qualquer redução, por corresponderem a despesas correntes da Administração ou a programas prioritários e essenciais do Governo;

c) o veto parcial do artigo 6º e o veto total de seu parágrafo único darão maior elasticidade na constituição do fundo de reserva permitido que o mesmo incida, de preferência, sobre dotações que não correspondem aos planos e programas setoriais do Governo ou que representem novas iniciativas e novos encargos para o Tesouro Nacional, o que possibilitará:

I — uma redução do desequilíbrio previsto entre a Receita e a Despesa e a manutenção do total da despesa pública, dentro dos limites suportáveis pelo Tesouro Nacional;

II — a não utilização, pelo Governo, das autorizações de despesa que não correspondam a programas e projetos prioritários ou a iniciativas de indiscutível interesse público, essenciais ao desenvolvimento econômico e social do país.

CONCLUSÃO

Assim expostos os fatos, esta Comissão considera que, face aos elementos apresentados, o Congresso está devidamente habilitado a apreciar o veto presidencial ao Projeto da Lei que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1965.

Sala das Comissões, em 7 de abril de 1965. — Sebastião Archer, Presidente. — Antonio Jucá, Relator. — Ruy Palmeira. — Celestino Filho. — Lourival Batista. — Argilano Dario.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 257, de 1964 (Projeto da Lei nº 2.357-B-64 — Câmara), que institui, no Ministério da Fazenda, o cadastro geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação, e dá outras providências.

1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 1965

As 10 horas do dia 7 de abril de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Atílio Fontana, Eurico Rezende, Mem de Sá e os Senhores Deputados Osni Regis, Wilson Martins e Argilano Dario, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 257, de 1964 (Projeto de Lei nº 2.357-B-64 — Câmara) que institui, no Ministério da Fazenda, o cadastro geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação, e dá outras providências.

Em obediência ao preceito Regimento assume a Presidência o Senhor Senador Atílio Fontana que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto, por cédulas uninominais, previsto no artigo 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Senhor Deputado Osni Regis.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:		Votos
Senador Atílio Fontana	5	
Deputado Osni Regis	1	
Para Vice-Presidente:		
Deputado Wilson Martins	5	
Deputado Argilano Dario	1	

O Senhor Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição designa o Senhor Senador Eurico Rezende Relator da matéria precípua à Comissão Mista.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a Reunião, lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 1965

As 17 horas, do dia 7 de abril de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Atílio Fontana, Presidente, presentes os Senhores Senadores Atílio Fontana, Eurico Rezende e Mem de Sá e os Senhores Deputados Osni Regis, Wilson Martins e Argilano Dario, reúne-se a Comissão Mista, incumbida de apreciar o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 257, de 1964 (Projeto de Lei nº 2.357-B-64 — Câmara) que institui, no Ministério da Fazenda, o cadastro geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação, e dá outras providências.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Eurico Rezende que, na qualidade de Relator, tece considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões nas quais se fundamentou o Senhor Presidente da República para, no uso de suas atribuições Constitucionais, após seu Veto ao processado em tela.

Em discussão, não havendo quem mais deseje fazer uso da palavra, o Senhor Presidente determina seja assinado o Relatório.

E nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Relatório nº 25, de 1965

Da Comissão Mista, incumbida de apreciar o veto do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.357-B-1964 — (no Senado nº 257, de 1964) que institui, no Ministério da Fazenda, o cadastro geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação e dá outras providências.

Relator: Sr. Eurico Rezende.

O Presidente da República, no uso de suas atribuições — artigo 70, § 1º, 87, II — houve por bem vetar parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 2.357-B-64 (no Senado nº 257, de 1964), por considerá-lo contrário aos interesses nacionais.

O PROJETO

O projeto, vetado parcialmente, decorreu de solicitação do Executivo e visa a instituir no Ministério da Fazenda, o cadastro geral de pessoas físicas, criar o Departamento de Arrecadação e dar outras providências.

ORIGEM E JUSTIFICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS VETADOS

O veto do Sr. Presidente da República incidiu sobre o artigo 19 e seus parágrafos:

Art. 19. Visando à fiscalização das mercadorias estrangeiras em qualquer ponto do País, a Diretoria das Rendas Aduaneiras, do Ministério da Fazenda, organizará, dentro de 120 (cento e vinte) dias, um Serviço de âmbito nacional, constituído exclusivamente, de Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro, lotados nas repartições e aduaneiras.

§ 1º Os autos de infração referentes a fraudes contra os direitos aduaneiros serão da competência exclusiva dos Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro.

§ 2º As características de classe da série de Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro, de que trata a Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960, no Anexo I, passam a ter a mesma disposição das demais séries de Agentes Fiscais do Ministério da Fazenda, mantendo-se as lotações atuais das repartições aduaneiras.

As disposições infra transcritas decorrem de emenda dos Senadores Desirée Guarani e Adalberto Sena.

Na justificação da emenda referida seus autores procuram ressaltar o cabimento das medidas nela preconizadas através dos seguintes aspectos:

a) a necessidade imperiosa de deter a alarmante sangria que vêm representando para o Erário as infrações fiscais contra os direitos aduaneiros, o contrabando e o desca-minho;

b) a necessidade de liberar os agentes fiscais específica e precipuamente incumbidos de combater o contrabando da limitação métrica imposta por uma anacrônica Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas promulgada em 1894, mas reafirmatória de dispositivos que remontam à abertura dos Portos em 1808;

c) a necessidade de impedir o escoamento e a circulação das mercadorias contrabandeadas em nosso mercado interno, por quem de direito, por quem tem formação profissional específica para tanto, pelos

Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro; e

d) a necessidade de cometer, a cada categoria de Fiscais, a incumbência de fiscalizar matéria que lhes é pertinente, assim, objetivamente: ao Agente Fiscal do Imposto de Renda deve-se atribuir os encargos do imposto de renda; aos de consumo as tarefas do imposto de Consumo e aos Agentes do Imposto Aduaneiro as atribuições do imposto aduaneiro".

TRAMITAÇÃO

O projeto em tela, originário da Câmara, decorre de solicitação do Poder Executivo.

Naquela Casa do Congresso, recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, de Economia e de Finanças.

Após a respectiva discussão e apresentação de emendas, foi a proposição aprovada em 28 de outubro de 1964, sendo a redação final votada em 30 de outubro de 1964.

No Senado, foi distribuído às Comissões de Finanças e de Projetos do Executivo, sendo aprovado com emendas em 23 de novembro de 1964, e remetido à Câmara.

Em 30 de novembro de 1964 é sancionado com veto parcial (Lei número 4.503, de 30 de novembro de 1964).

RAZÕES DO VETO

Justificando o veto, apostado em tempo hábil, o Senhor Presidente da República argumenta:

"O Ministério da Fazenda está procedendo aos levantamentos e estudos necessários, objetivando a elaboração de projeto de reformulação geral de toda a estrutura dos serviços aduaneiros. Esse projeto, já em fase de ultimação, deverá ser submetido à apreciação do Congresso Nacional na Sessão Legislativa de 1965.

Diante disso, torna-se inoportuno promover-se reforma parcial, através de inovação ao projeto enviado pelo

Governo objetivando a criação de novas atividades na Diretoria de Rendas Aduaneiras.

Igualmente inconvenientes e inoportunos são as alterações que se pretendem introduzir na série de classes de Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro, que estão a merecer estudos acurados dos órgãos técnicos.

A manutenção da lotação atual das repartições aduaneiras, por lei será imperdoável retrocesso, posto o fluxo de trabalho, de cada órgão, está mudando constantemente, exigindo, assim, adaptações flexíveis, hoje conseguidas por simples portaria do Ministro de Estado da Fazenda, além disso, implicaria, em futuro muito próximo, na criação de milhares de cargos de Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro, para exercerem a pretendida fiscalização de mercadoria estrangeira em qualquer ponto do País.

Por outro lado, a competência exclusivista conferida aos Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro para a lavratura dos autos de infração, referentes a fraudes contra os direitos aduaneiros, além de contrariar a tradição, já consagrada, de que o ato pode ser realizado por qualquer agente fiscal e, até, por qualquer funcionário público (art. 290 do Decreto nº 45.422, de 12 de fevereiro de 1959), anulará a capacidade repressiva da Polícia Federal ao contrabando, nos termos da recente Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964".

CONCLUSÃO

A Comissão, ante o exposto, dá por terminado o seu relatório sobre o veto parcial aos artigos 19 e §§ 1º e 2º do Projeto nº 2.357-B-64, da Câmara, julgando ter propiciado a seus ilustres pares condições para bem apreciar a matéria.

Sala das Comissões, em 7 de abril de 1965. — Atílio Fontana, Presidente. — Eurico Rezende, Relator. — Mem de Sá. — Osni Regis. — Wilson Martins. — Argilano Dario.

SENADO FEDERAL

ATA DA 25ª SESSÃO, EM 7 DE ABRIL DE 1965

3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESENCIA DOS SENHORES NOGUEIRA DA GAMA E ADALBERTO SENA.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
José Guimard
Oscar Passos
Arthur Virgílio
Lobão da Silveira
Eugênio Barros
Victorino Freire
Siegfredo Pacheco
Menezes Pimentel
Vicente Augusto
Dinarte Mariz
Argemiro de Figueiredo
Ermirio de Moraes
Rui Palmeira
Dyton Costa
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Jefferson de Aguiar
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
José Feliciano
Pedro Ludovico
Mello Braga
Atílio Fontana

Guido Mondim
Daniel Krieger
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM:

Nº 50-65 (nº de origem 131-65) — de 5 do mês em curso, do Sr. Presidente da República — Restitui, após sanção, dois dos autógrafos do Projeto nº 1.083-B de 1963 na Câmara e nº 287 de 1964 no Senado — que denomina "Rodovia Lauro Müller" a atual BR-59, que liga o Estado do Paraná ao Estado do Rio Grande do Sul. (Lei nº 4.614, de 21.4.65)

MENSAGENS

Do Sr. Presidente da República nos seguintes termos:

Mensagem nº 51, de 1965

(Nº 123, NA ORGIEM)

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Pa-

geral, relativo, pela parte final do art. 1º, quando fôr bacharel em Direito a autoridade que presidir à lavratura do flagrante ou instaurar e dirigir as diligências policiais observadas as seguintes disposições:

Razões: Parece-nos de cabida a distinção contida no art. 1º da proposição em comento, relativamente a ser "bacharel em Direito a autoridade que presidir à lavratura do flagrante ou instaurar e dirigir as diligências policiais". Não devem, pois, crimes, submeter-se ora a um rito processual, ora a outro, mas a um único, máximo pela razão invocada no projeto. Por isso se vota a parte final desse artigo, compreensiva da referida distinção e da expressão "observadas as seguintes disposições", esta por desnecessária a discrepante do rigor técnico que deve presidir à redação dos textos legais.

São estas as razões que me levaram a votar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 5 de abril de 1965. —
H. Castello Branco.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Modifica as normas processuais dos crimes previstos nos artigos 121, § 1º, e 129, § 6º, do Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O processo dos crimes previstos nos artigos 121, § 3º, e 129, § 6º, do Código Penal, terá o rito sumário estabelecido nos artigos 531 a 538 do Código de Processo Penal, quando fôr bacharel em Direito a autoridade que presidir à lavratura do flagrante ou instaurar e dirigir as diligências policiais, observadas as seguintes disposições:

§ 1º Quando a autoria do crime permanecer ignorada por mais de quinze dias, proceder-se-á a inquérito policial e o processo seguirá o rito previsto no art. 539.

§ 2º Poderão funcionar, como defensores dativos, nas Delegacias de Polícia, como estagiários, na falta de profissionais diplomados e solicitadores, alunos da Faculdade de Direito, indicados pelo Procurador Geral da Justiça.

§ 3º Quando não for possível a assistência de defensor do acusado na lavratura do auto de flagrante, a autoridade policial é obrigada, sob pena de nulidade do ato, a mencionar, fundamentadamente, essa impossibilidade.

Art. 2º Verificando-se a hipótese do art. 384 e parágrafo único do Código de Processo Penal, o juiz dará vista dos autos, pelo prazo de três dias, ao representante do Ministério Público, para o oferecimento da denúncia, seguindo o processo rito ordinário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor trinta dias após a sua publicação, não se aplica aos processos em curso e revoga as disposições em contrário.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

Mensagem n. 52, de 1965

(Nº 124, NA ORIGEM)

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossas Exas. o Estado no aproveitamento da terra.

bulhões que me conferem os artigos 70, § 1º, e 71, II, da Constituição Federal, resolvei negar sanção ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.287-B de 1960 (do Senado, nº 7 de 1961), que cria uma Escola de Educação Agrícola, no Município de João Pinheiro, por considerá-lo contrário aos interesses nacionais.

O Governo mantém, atualmente, em todo o País, entre colégios e ginasios agrícolas, 30 estabelecimentos, sendo 8 no Estado de Minas Gerais, além de 4 outros em fase de construção e instalação. Além disso, estão em construção 28 outras escolas em diferentes Estados, cuja conclusão se vem adiançando pela limitação dos recursos consignados especificamente para esse fim.

Por outro lado, recentes estudos realizados por técnicos do Ministério da Agricultura provam que a construção e a instalação de um colégio agrícola, no momento, custa cerca de Cr\$ 530.000.000 (quinhentos e trinta milhões de cruzeiros) e sua manutenção anual — inclusive corpo docente e pessoal administrativo e auxiliar — importa numa despesa da ordem de Cr\$ 110.000.000 (cento e dez milhões de cruzeiros).

Diante dos números acima, fácil é concluir a impossibilidade de concretizar os objetivos visados pelo projeto em apreço, com os recursos por ele estipulados.

Salienta-se ainda que a experiência tem demonstrado, que a criação de estabelecimento de ensino deve ser precedida de estudos que possibilitem determinar a localização ideal, sob o ponto de vista da real necessidade e possibilidade de funcionamento, quer em relação às condições naturais do terreno onde deva ser instalado, quer quanto ao recrutamento de pessoal de nível adequado, inclusive professores.

Não parecendo conveniente a criação de novas escolas, enquanto não se puder concluir a construção de outras já iniciadas e fornecer-lhes os meios necessários ao seu funcionamento, e, ora reconhecendo a importância e a necessidade da ampliação da rede de estabelecimentos de ensino agrícola de nível médio, vê-se o Governo na contingência de negar sanção à proposição em causa.

Face ao exposto, submeto as razões apresentadas à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 2 de abril de 1965. —
H. Castello Branco.

PROJETO VETADO

Cria uma Escola de Educação Agrícola, no Município de João Pinheiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criada uma Escola de Educação Agrícola, no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, com a denominação de "Escola Agrícola João Pinheiro", subordinada à superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, para ministrar os cursos previstos no Decreto-lei número 9.613, de agosto de 1946 — Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Art. 2º Para ocorrer aos encargos desta lei, é autorizada a abertura de um crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), pelo Ministério da Agricultura, importância que, nos orçamentos dos exercícios subsequentes à criação, passará a incorporar-se às dotações destinadas à manutenção das escolas de que trata a Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

RESPOSTAS A PEDIDO DE INFORMAÇÕES

I — do Sr. Ministro da Agricultura:

Aviso nº GM. 19-AZ/Br., de 19 de fevereiro de 1965, com referência ao Projeto de Lei da Câmara nº 7 de 1934;

II — Do Sr. Ministro das Minas e Energia:

Aviso GM. 63 de 1965, de 5 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 3 de 1965, do Sr. Senador José Ermírio.

Parecer nº 258, de 1965

Projeto de Resolução nº 84 de 1964, que suspende a execução do art. 3º da Lei nº 3.371, de 23 de janeiro de 1959, do Estado de Pernambuco.

Relator: Sr. Josaphat Marinho

Ao ser elaborada a redação final desse projeto, verificou-se que enquanto o Acórdão, que lhe deu origem, julga inconstitucional a Lei número 3.371, de 23 de janeiro de 1959, do Estado de Pernambuco, o texto proposto pela Comissão de Constituição e Justiça suspende, tão-somente, a execução do art. 3º dessa Lei, de conformidade com o que consta do ofício que encaminhou ao Senado cópia do Julgado (Of. 13-P, de 27 de fevereiro de 1964, do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal).

Em face da divergência, foram solicitados esclarecimentos à Presidência daquela Corte, que, em resposta (Of. 134-P, de 18 de março findo), informou que ao Acórdão foram interpostos embargos de divergência ainda pendentes de julgamento, devendo, assim, ser tornado sem efeito o encaminhamento da matéria ao Senado.

Não há, pois, no caso, decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, requisito indispensável para que o Senado possa suspender a execução do texto legal mencionado (art. 64 da Constituição Federal).

Nessas condições, embora já esteja o projeto em fase de redação final, a medida que se impõe é considerá-lo prejudicado e arquivá-lo.

Sobre o assunto, entretanto, deve ser ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

A resposta do Supremo Tribunal Federal à consulta do Senado se refere a dois outros casos na mesma situação. Trata-se no ofício que trouxe a esta Casa o Acórdão acima citado, os mencionados nos itens I e VIII. Em ambos os casos, também, ainda não há decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Parece aconselhável que do novo ofício do Supremo Tribunal Federal a Diretoria da Comissão junte cópias dos dois processos referidos para que dele tome conhecimento a dita Comissão de Constituição e Justiça.

É o que propomos.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1965. — Sebastião Archer, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Walfredo Gurgel.

Parecer nº 259, de 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 1964 (nº 71-A-63, na Casa de origem).

Relator: Sr. Walfredo Gurgel

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 1964 (nº 71-A-63, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 8 de setembro de

1960, entre o Comando do 2º Distrito Naval e a firma Bade Instaladora Ltda.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1965. — Sebastião Archer, Presidente. — Walfredo Gurgel, Relator. — Josaphat Marinho.

ANEXO AO PROJETO Nº 259-65

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 1964 (nº 71-A-63, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 71, § 1º da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 8 de setembro de 1960, entre o Comando do 2º Distrito Naval e a firma Bade Instaladora Ltda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União, de 23 de dezembro de 1960, denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 8 de setembro de 1960, entre o Comando do 2º Distrito Naval e a firma Bade Instaladora Ltda., para fornecimento dos equipamentos e instalação de uma cozinha.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 260, de 1965

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 1963 (nº 3.272-B-61, na Casa de origem).

Relator: Sr. Walfredo Gurgel

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara número 144, de 1963 (nº 3.272-B-61, na Casa de origem), que concede isenção dos impostos de importação e de consumo, mantida a taxa de despacho aduaneiro, para equipamentos de produção, sobressalentes e ferramentas destinadas às indústrias de filmes virgens e à produção de matérias primas indispensáveis à sua fabricação.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1965. — Sebastião Archer, Presidente. — Walfredo Gurgel, Relator. — Josaphat Marinho.

ANEXO AO PARECER Nº 260 DE 1965

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 1963 (nº 3.272-B-61, na Casa de origem), que concede isenção dos impostos de importação e de consumo, mantida a taxa de despacho aduaneiro, para equipamentos de produção, sobressalentes e ferramentas destinadas às indústrias de filmes virgens e à produção de matérias primas indispensáveis à sua fabricação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, isenção dos impostos de importação e de consumo, mantida a taxa de despacho aduaneiro, para equipamentos de produção, com os respectivos sobressalentes e ferramentas, destinados às indústrias de filmes virgens, para todos os fins, e à produção de matérias primas indispensáveis à sua fabricação.

Art. 2º A concessão prevista no artigo anterior dependerá da aprovação dos projetos industriais pelo Gru-

po Executivo da Indústria Cinematográfica e não beneficiará máquinas, equipamentos e ferramentas com similar nacional registrado.

Art. 3º A isenção concedida somente se tornará efetiva após a publicação no *Diário Oficial da União* da portaria baixada pelo Ministro da Fazenda discriminando a quantidade, qualidade, valor e procedência dos bens por ela atingidos.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está lida a leitura do expediente.

Sobre a mesa projeto que vai ser lido.

É lido o seguinte

Projeto de Resolução nº 33, de 1965

Aposentado Heródio Del Giudice no cargo de Eletricista PL-6 do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentado, de acordo com o artigo 191, item 1º, § 3º da Constituição Federal, combinado com o art. 341, item III da Resolução nº 8, de 1960, e a gratificação adicional a que faz jus, e, ainda, com os proventos correspondentes ao símbolo PL-6, decorrente de decisão judicial, o Eletricista PL-7 do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Heródio Del Giudice.

Justificação

Licenciado para tratamento de saúde, a partir de 15 de setembro do ano próximo findo, verificou a Junta Médica do Senado que o funcionário em questão é portador de Cardiopatia Grave, o que o impossibilita de continuar em atividade, de acordo com o § 1º do artigo 340 da Resolução nº 8-60.

A Comissão Diretora, com base no laudo de invalidez, apresenta à consideração da Casa o presente projeto de resolução.

Sala das Sessões, em 1 de abril de 1965. — Auro Moura Andrade. — Comilto Nogueira da Gama. — Adalberto Sena. — Callete Pinheiro. — Guida Mondim. — Raul Guerberli.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Projeto de Resolução que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia.

A Presidência deferiu os seguintes Requerimentos, apresentados ontem: nº 112, do Sr. Senador José Ermirio, ao Ministério das Relações Exteriores; ns. 112, 114 e 118, do Senhor Senador Vasconcelos Tôrres, ao Ministério da Viação e Obras Públicas; e nº 115, também do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, ao Sr. Prefeito do Distrito Federal.

Há orações inscritas.

Tem a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio, por permissão com o nobre Senador José Feliciano.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

(É o seguinte discurso) — Sr. Presidente: Srs. Senadores: o eminente líder do governo, Senador Daniel Krieger, contestou as denúncias, contidas no discurso por mim proferido no dia 16 de fevereiro sobre o que eu denominava de esvaziamento técnico-operacional da Petrobrás. Fê-lo como é óbvio, levando-se em dados fornecidos pela direção da empresa, sinceramente convencido de que invalida, inapelavelmente, meus reparos a respeito da atual política petrolífera.

Este é um debate que, para mim, não terá vencedor nem vencedor, quer

minhas críticas sejam improcedentes, quer revistam-se de validade e sirvam para deter o processo dissociador que eu vislumbro. Se, porventura, confirmarem-se as assiduas do nobre líder — e, sob alguns aspectos só o passar do tempo poderá atestar — não me considerarei derrotado. Ao revés rejubilar-me-ei e até felicitar rei o governo, por isso que o meu propósito não é outro senão preservar o monopólio estatal e fortalecer a atuação econômica da Petrobrás.

Não alimento verdade de infalível, nem me considero dono da verdade. Baseei-me em informações e estatísticas colhidas em fontes que reputo idôneas, de patentes como as que melhor o sejam que, há muito, lutam pela auto-suficiência nacional em petróleo. Poderão eles estar equivocados, terem-se alarmado sem motivo plausível, devido a um erro de perspectiva. O desacerto, não hesito em proclamar, seja consequência da convicção de um socorro iminente; não falseariam por levandade ou má fé, mas por excesso de zelo à Petrobrás.

Acontece, porém, Sr. Presidente, que os meus informantes conhecem a fundo a história da Petrobrás e sabem que as manobras sutis podem ludibriar mesmo a homens bem intencionados e leais ao seu dever. Urdiduras de efeito imediato, ardidas que se fazem sentir a médio e longo prazo, astucias que se infiltram sob o anestésico dos bons intentos aparentes, às vezes passam despercebidos até a observadores argutos mas não afeitos a industriais condutas.

Repito a citação do ocorrido durante o Governo de Gabinete, instituído pelo Ato Adicional nº 9. O Primeiro Ministro Tancredo Neves, e o saudoso Deputado Gabriel Passos, então Ministro de Minas e Energia, defensores intransigentes do monopólio estatal, iam sendo envolvidos pela trama sub-reptícia escondida na política petrolífera preconizada nas "Notas Reversas de Roboré", em associação com o famoso e já desacreditado "Relatório Link". O Ilustre Professor Roberto Campos, assessor na elaboração das "Notas Reversas" e na redação do "Programa de Governo" — capítulo de petróleo — então enviado ao Congresso, quase impõe a anulação da Petrobrás, que cessaria a pesquisa das áreas sedimentares para aplicar os seus recursos na região subandina, beneficiando empresas privadas nacionais e os "trusts" internacionais, estabelecidos na Bolívia. Se, naquela época, simples "colaboração intelectual" quase excluía a empresa do complexo propulsor de nossa emancipação econômica, quem poderá increpar a mim e a outros pelos justos temores que nos assaltam, neste momento, quando o Sr. Roberto Campos é o todo-poderoso mentor do planejamento econômico-financeiro oficial?

E, para ilustrar, Sr. Presidente, leio um tópico do comentário de um jornal matutino de hoje, a respeito de uma conferência do Sr. Glycon de Paiva, que é da CONSULTEC e que, sendo da CONSULTEC, é Roberto Campos:

Em conferência no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, o Economista Glycon de Paiva, conhecido por suas vinculações pessoais e ideológicas com o Ministro Roberto Campos, defendeu a tese de que a Petrobrás deve ser rachada em duas empresas, uma para a produção e outra para o refino, e que deve ser admitida a participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo no País.

O Sr. Glycon de Paiva, que é membro do Conselho Nacional de Economia, defendeu também a ampliação da capacidade das re-

finarias particulares, sob a alegação de que isto permitirá atingir-se mais facilmente a meta de produção de 305 mil barris diários de petróleo. Para isso sugeriu a alteração do art. 45 da Lei número 2.004, a qual, ao criar a Petrobrás, limitou a expansão das refinarias particulares.

E, ainda, Sr. Presidente: (lendo).

Defendendo a participação do capital privado estrangeiro e nacional na exploração do petróleo — que só seria possível com a revogação dos fundamentos básicos da lei da Petrobrás — o Senhor Glycon de Paiva sustentou que deve ser modificada a "mentalidade generalizada de que a participação dos capitais privados na indústria do petróleo é contrária aos interesses nacionais". Disse ainda que "esses capitais devem ser convocados dentro ou fora do País", para que o Brasil se livre da sangria cambial de 300 milhões de dólares anuais, montante das importações de óleo bruto.

Incluo, Sr. Presidente, em homenagem à justiça, o nobre líder Daniel Krieger, aparente adversário nesta polémica, entre os homens bem intencionados e leais ao seu dever. Que ele não receba as minhas palavras com ânimo preconcebido, vindo nelas, tão somente, ressentimento oposicionista. Não alimento prevenções políticas de opor em questões de tão alta relevância. Os altos interesses do meu país é que me estimulam neste debate franco, objetivo, no qual privo-me de carregar nas tintas do pessimismo e da desconfiança. Pressinto riscos, que emergem de uma orientação inadequada, a meu ver, para o êxito da Petrobrás e insisto na posição em que me encontro porque algumas denúncias, por mim arguidas, confirmam-se na contradição do governo ou em medidas já concretizadas, conforme focalizarei adiante.

ESVAZIAMENTO TÉCNICO

Sr. Presidente:

O nobre líder Daniel Krieger ofensa tenha havido o intuito de esvaziar tecnicamente a Petrobrás com o afastamento de engenheiros e operários qualificados. As demissões, segundo S. Exª, atingiram, apenas, "agitadores e corruptos" meros instrumentos, até 31 de março de 1964, do Partido Comunista. Dos 35.000 empregados da empresa, foram expurgados não 1.000, como eu afirmara, mas 563, sendo 55 técnicos de nível universitário e 36 especialistas na linha de petróleo. Entre os técnicos por mim citados destaca um, que teria comandado agitações em Pôrta Alegre, por ocasião da visita que o Governador da Guanabara fizera ao Rio Grande do Sul. Sucediad-se, acrescenta S. Exª, as graves políticas para que os Sindicatos conseguissem postos de direção, interferissem em qualquer nomeação ou impusessem a "encampação das refinarias particulares, monopólio total da distribuição de derivados e das atividades de petroquímica", etc.

Nesta fase da vida brasileira o conceito de subversão granjeou dimensão que ultrapassa os limites do intelectível. Tal é a dilatação do entendimento que Prelados dos mais insignes da Igreja Católica, como D. Helder Câmara, D. Távora, D. João de Souza Lima e o Arcebispo de Brasília, estão sob suspeita, o último indiciado em um IPM; a Encíclica do Santo Padre João XXIII, "Mater et Magistra", foi apreendida como subversiva; cartilhas escolares, aprovadas em Conselho Católico, também; livros editados e vendidos sob o amparo da lei, justificaram prições e inquéritos; até o direito de pensar e defender teses,

assegurado pela Constituição, foi e continua sendo punido como "atentatório às instituições livres".

O Sr. José Ermirio (Com assentimento do orador) — O Sr. Glycon de Paiva sempre foi representante do Kaiser, uma empresa estrangeira, no Brasil; ao mesmo tempo, como V. Exª bem citou, é da CONSULTEC. Trazer capital estrangeiro para o Brasil para fazer refinarias é um absurdo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Para explorar o petróleo.

O Sr. José Ermirio — Ah!, para explorar o petróleo... No Brasil, se fôssemos seguir o que Walter Link deixou na PETROBRAS, não teríamos aumento de produção. Segundo ele assegurava, em certas zonas do Brasil não havia mais óleo. Todavia, brasileiros trabalharam e descobriram, em Carmópolis, uma zona petrolífera, há muitos anos estudada, e vêem confirmada, hoje, a existência de petróleo. E a razão por que sempre acreditei nos geólogos brasileiros, que dedicam todo seu ardor e todo seu serviço ao Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Dix V. Exª muito bem. E foi um geólogo brasileiro, Moisés Bentes, quem discordei do Relatório Walter Link e, reinterpretando a região geofísica estudada, em Sergipe, fez com que, em Carmópolis, se encontrasse petróleo. Muito obrigado a V. Excelência (le).

Não discutirei pois, o que é alheio, rio, difuso e confuso, surgindo de todas as formas como incorporações espiadas ao sabor de mediuns que manipulassem, ao seu talento, o hectoplasma dos presentes.

Reconheço que distorções, às vezes graves, atingiram a atividade sindical em muitas esociações de classe. Pagam os trabalhadores, nestes imprevisíveis dias, pesado tributo à insondável de alguns líderes, operações despreparadas, para a difícil missão que lhes delegaram seus companheiros: perderam, praticamente, a prerrogativa de reivindicar utilizando o direito de greve, instituto que tanto lhes custou em lutas, sacrifícios e sangue, para que fosse incorporado ao seu patrimônio jurídico-constitucional.

Causa espécie, no entanto, Senhor Presidente, a intolerância do julgamento de alguns movimentos grevistas ocorrido na Petrobrás, todos eles reivindicando melhoria salarial, e a benignidade em relação a outros, de caráter abusivo, que se verificaram.

Em janeiro de 1962, para exemplificar, o Presidente João Goulart e o Primeiro Ministro Tancredo Neves, por sugestão do Deputado Gabriel Passos, Ministro de Minas e Energia, exoneraram o engenheiro Geonísio Barroso da Presidência da Petrobrás. Assim o ato tornou-se público, os Superintendentes das Unidades da empresa na Bahia — Ivan Barreto, Rô, que Perrone e José Simões — funcionários de confiança do titular dimittido, convocaram os líderes sindicais da Extração e do Refino, para conciliá-los à deflagração de uma greve de protesto, que eclodiu vigorosa, durou 15 dias e acarretou prejuízo da ordem de bilhões de cruzeiros ao país. Contra esse movimento sem base jurídica e moral levantou-se a Associação dos Engenheiros, com o apoio de 80% dos seus filiados, manifestando, publicamente, repulsa e condenação. Em decorrência desta decisão, engenheiros foram sitiados em suas residências, tiveram seus veículos apreendidos pelos piquetes de grevistas e sofreram violenta campanha de desmoralização. Deterioraram-se as relações de trabalho entre chefes e operários, atraídos uns contra os outros como resultado das manobras an-

tagônicas assumidas e pelo comportamento incorreto dos Superintendentes, que privilegiaram os segundos contra os primeiros. Foi, notem bem, Sr. Senadores, a única greve política levada a efeito por empregados da Petrobrás, a única que durou tantos dias, a única que causou vultuosos prejuízos à produção de petróleo, no apogeu daquela época, nunca mais atingiu os valores anteriores e desarticulou a hierarquia e a disciplina na empresa. Pois essa greve não foi considerada subversiva! Um dos seus articuladores, o atual Superintendente na Bahia, foi premiado com o cargo que exerce no momento e não lhe tremeu a mão quando assinou a demissão de colegas que, três anos antes, se colocaram contra sua atitude impatriótica.

Além dessa contradição na ação repressora revolucionária, que poupar, "generosamente", o Sr. Geonísio Barroso e seus amigos responsáveis pela "pareda" de janeiro de 1962, há um argumento irresponsável a invadir a propalada "subversão e corrupção" na Petrobrás.

A Consolidação das Leis do Trabalho, Capítulo V, art. 482, considera justa causa para rescisão do contrato de trabalho, entre outros motivos: a) ato de improbidade; b) incontinência de conduta ou mau procedimento; c) ato de indisciplina ou insubordinação.

Em face de tal norma, o observador defronta três opções: 1.ª — A "obra de corrupção e subversão é apública e notória", comprovada, depois, nos IPMs instaurados e os empregados deveriam ter sido obrigatoriamente dispensados, de acordo com o que prescreve o art. 482, da C. L. T., mesmo os que contassem mais de 10 anos de serviço, nos termos do artigo 493, do mesmo diploma legal; 2.ª — Os empregados dispensados por atos de improbidade e insubordinação foram indenizados embora houvesse justa causa para rescisão dos contratos de trabalho; houve, então, falta de exação no cumprimento do dever por parte dos dirigentes da Petrobrás que, assim procedendo, desfalcaram indevidamente a empresa de recursos, tornando-se coniventes com crimes; 3.ª — Não havia "subversão ou corrupção" maculando a atividade dos punidos; houve, sim, "Maccarthismo intelectual e vinganças pessoais mesquinhas", para valer-me da insuspeita condenação do honrado general Pery Constant Bevilacqua, atingindo técnicos de nomeada com relevantes serviços prestados à Petrobrás.

Não foram mil os técnicos expurgados, afirma o nobre líder Daniel Krieger, mas 563 "comprovadamente subversivos", aliados pela administração por uma imposição do seu "dever e interesse".

Aceito, humildemente, a retificação. Meus assessores não somaram as portarias e embora alguns permaneçam trabalhando na Companhia estatal, não é fácil o seu acesso às fontes de informações. E de se acentuar, porém, que o meu erro teria sido evitado se a direção da Petrobrás houvesse dado atenção ao pedido de informações formulado na Câmara, há três meses, pelo líder trabalhista Doutei de Andrade.

Mas, Sr. Presidente, no Brasil, país de baixo nível técnico, 1.000 ou 500 especialistas abrem quase a mesma impenetrável lacuna. Sobre tudo na indústria petrolífera as deficiências, sob o aspecto técnico, exigem cuidados especiais. Não é admissível ser do interesse da Petrobrás afastar dos seus quadros, sem justa causa, servidores com diploma universitário e cursos pós-graduação feitos dentro e além fronteiras, forçados, ainda, de experiência conseguida durante muitos anos de trato com os problemas de

lavra, produção, refinação, borracha sintética, etc. Engenheiros como os Srs. Moisés Bentes, a quem a nação deve a descoberta de petróleo em Carmópolis; Alistair Neves, autor do primeiro trabalho escrito por técnico brasileiro sobre Engenharia de Reservatório e de estudos que duplicaram a produção e triplicaram as reservas recuperáveis do Reservatório "A", de Água Grande, Bahia; Walter Siqueira, que deu extraordinário impulso ao setor de Distribuição de derivados, além de outros dotados de conhecimentos equivalentes, são técnicos que fariam falta em qualquer empresa dedicada à exploração desse ramo econômico.

Houve, portanto, inequívoca diminuição da capacidade técnica da Petrobrás com a demissão de 563 empregados, mesmo considerando que 508 pertenciam à linha de apoio. E essa diminuição vem sendo agravada por outros fatores relevantes, como o congelamento salarial e o ingresso nos quadros da empresa sem concurso, denúncias que não mereceram referência no discurso do nobre líder Daniel Krieger.

O reajustamento salarial periódico, que os empregados da Petrobrás conseguiram fosse fixado como imposição do aumento do custo de vida, visava a garantir o concurso de técnicos de alto nível. Era medida que pouco difere da que está inscrita no Decreto-Legislativo cujas normas determinam a correção dos subsídios do Presidente e Vice-Presidente da República, Senadores e Deputados Federais. Ofertas salariais mais compensadoras da iniciativa privada atraíram esses técnicos se o atual critério não for modificado. Isto é, se a direção da empresa obstinar-se em considerar a Petrobrás uma repartição pública e não uma indústria defrontando concorrentes poderosíssimos.

Os malefícios que o congelamento salarial acarretará serão agravados pela revogação da Revolução nº 36, de 1963, que determinava a prestação de concurso pelos pretendentes a empregos na empresa. Já está impedindo o nepotismo, com a admissão de empregados sem as indispensáveis qualificações. Cito, para ilustrar, um exemplo escandaloso: o Sr. Manoel Barroso, funcionário aposentado do Estado da Guanabara e irmão do Diretor Geonísio Barroso, foi admitido, sem concurso, como Técnico-Administrativo Senior D, último posto da carreira.

ESVAZIAMENTO OPERACIONAL

Sr. Presidente:

O nobre líder Daniel Krieger inicia a réplica a respeito do esvaziamento operacional da Petrobrás afirmando que não procede a acusação sobre a cessão da base de Ilhéus. Bastou-se é claro, em informações da assessoria da empresa que — para este aspecto — chama a atenção do eminente Senador — usando a técnica da reserva mental e desprezando o que se contém no meu segundo discurso, agarrando-se ao termo "cessão", isolando-o propositalmente a fim de poder considerar impreciso a denúncia.

A Petrobrás, em verdade, não cedeu a base, mas espaço de armazenagem — a todas as companhias distribuidoras trabalhando na região e autorizadas pelo Conselho Nacional de Petróleo, cobrando a todas, uma taxa correspondente a estes serviços", conforme explicação do Senador Daniel Krieger.

Pois foi exatamente isto que eu denunci. O atual Diretoria da Petrobrás, desconsiderando os pareceres contrários do órgão encarregado da distribuição (DIP) e do órgão de

(ECOPE), cedeu espaço às distribuidoras estrangeiras na base de Ilhéus, favorecendo as competidoras. Destaquei que a Esso, que agora vai usufruir os custos mais convenientes desse terminal, jamais retribuiu o "favor" da empresa do Estado no que está certa, do ponto de vista dos seus interesses — arrendando o alugando espaço na base de Ituberá, também na Bahia. Outras distribuidoras estrangeiras que, embora com contratos vencidos servem-se de postos de armazenamento em embarcadores sob administração governamental também jamais arrendaram ou alugaram espaço à Petrobrás.

Volto à tese defendida no meu segundo discurso. A indústria do petróleo é, por excelência, monopolista. Os "trusts" internacionais adotam, invariavelmente, essa política. Acamparam todos os ramos, compensando os gastos nem sempre recuperáveis das etapas de pesquisa e lavra, com a alta rentabilidade das outras atividades. São, por isso, econômica e financeiramente poderosos. Por que a Petrobrás não adota a mesma orientação no nosso território, com o que é nosso, para servir aos reclamos da grandeza econômica do Brasil, quando os "trusts" agem assim em todo o mundo?

A distribuição de derivados, Senhor Presidente, não pode ser classificada como "aspiração demagógica" e é estranho que se considere os gastos para impulsional, desvio de recursos. Constitui um ramo natural, complemento economicamente útil e necessário do monopólio, capaz de fornecer à empresa estatal independência no fluxo de suas operações e escoamento normal da produção. Mais e principalmente: os fundamentos da integração da indústria petrolífera e o imperativo da Segurança Nacional, recusam-se a aceitar uma atividade como a distribuição de combustíveis, sob domínio estrangeiro.

A orientação que se imprime nesta fase da vida da Petrobrás, lamentavelmente, não se harmoniza com o que seria adequado ao êxito da empresa e à legítima filiofilia nacionalista.

A cessão de espaço para armazenagem às competidoras, o abandono do plano de expansão por meio de terminais nos portos sob administração estadual ou federal e o desinteresse pelo oferecimento de SURSAN para a construção de postos de serviço no aterro Glória, Flamingo revelam, por si sós, a diminuição gradativa, que em breve atingirá a paralização total, da interferência no lucrativo ramo da distribuição.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Com muito prazer.

O Sr. José Ermírio — Devíamos ter em mente o que o México fez e vem fazendo, há muitos anos, e cada vez mais, isto é, está criando, dentro da PEMEX — petróleo mexicano — a maior indústria petro-química da América Latina. Enquanto a produção mundial aumenta 7,51%, a Petrobrás, já em 1964, apresenta um índice de produção inferior à de 1963. Estamos, sem dúvida, retrocedendo e não sabemos onde vamos parar talvez nas mãos estrangeiras, se não houver uma reação forte.

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Perfeitamente, Sr. Senador José Ermírio, sobretudo porque não adotamos a orientação dos trusts, a do monopólio integral, do acambaramento total de todas as fases, começando pela lavra, prospecção e terminando com a entrega do produto final ao consumidor.

(Retornando a leitura)

No caso do oferecimento da SURSAN, a diretoria da Petrobrás considerou exiguo o prazo de um ano para preparar a proposta e não se dispôs a despendar Cr\$ 750.000.000 num investimento reprodutivo, autofinanciável. Seria, quanto à última parte, no dizer do nobre líder, "desviar parcelas consideráveis dos recursos da Empresa para o ramo da distribuição". Não representa desvio de recursos; entretanto, o gasto de Cr\$ 1.600.000.000 na aquisição de um terreno na Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro, transação que chegou ao conhecimento público graças a corajosa denúncia do ilustre general Mourão Filho, inquestionavelmente o verdadeiro chefe do movimento militar de abril de 64. Agora, o lado utilitário, prático, objetivo exibido pelo "trust" internacional: a Shell não considerou exiguo o prazo de um ano nem elevada a despesa de Cr\$ 750.000.000. Compareceu à concorrência e já anuncia, em vistosos cartazes, a instalação dos postos de serviço naquela área da ex-capital da República. Em breve estará auferindo os lucros do investimento.

Verificam os Srs. Senadores que as minhas denúncias, longe de refutadas, confirmam-se, menos por responsabilidade do nobre líder do Governo do que pelos elementos sem consistência que lhe forneceu a assessoria da Petrobrás certamente sob a influência do Diretor Leopoldo Miguez de Melo, irmão de um diretor da Companhia Distribuidora Indígena e adversário jurado do monopólio estatal.

E tanto isto parece ser exato que chegou a fornecer ao eminente líder dados capciosos sobre o sucesso operacional da Petrobrás na Distribuição em dezembro último, fazendo chegar aos grandes consumidores e postos próprios, "quantidades superiores às entregues nos meses que antecederam à Revolução". Não revelou a assessoria ao nobre líder Senador Daniel Krieger, tenho certeza, que o proclamado "sucesso" verificou-se em decorrência do anúncio antecipado de uma majoração geral nos preços dos derivados para janeiro deste ano. Assim prevenidas, os clientes da DECON cuidaram de formar estoques de vulto, que lhes deram compensação financeira de usura.

Desafio, Srs. Senadores, a direção da Petrobrás a negar esta verdade e provar, citando meses antes dos quais não foi anunciado aumento de preços com o mesmo "sucesso". E para orientação pessoal do Senador Daniel Krieger, político honrado e defensor do monopólio estatal, peço a S. Exa. que exija da direção da Petrobrás, a especificação dos dias e meses em que foram autorizados os aumentos nos custos, a fim de que S. Exa. se capacite de que, antes de todos os aumentos, houve inusitada demanda de derivados.

Contratos com firmas estrangeiras De referência aos contratos com firmas estrangeiras para trabalhos de Perfuração, Produção e Geofísica, a reserva mental da assessoria da Petrobrás procurou envolver não apenas o nobre Senador Daniel Krieger, mas o próprio Presidente da Empresa Marechal Ademar de Queiroz, levando o eminente líder do Governo a lançar-me repito para, como acusador, "apresentar os comprovantes ou lisamente confessar que fui ludibriado pelos meus informantes".

No pronunciamento de 16 de fevereiro, eu escrevi o seguinte: "Estudos para entregar áreas já locadas pela Petrobrás, com os serviços de maior risco de investimentos já executados, mediante contratos, a companhias estrangeiras". Breve citação, como vêm os nobres Senadores, resultante de anotações rápidas feitas por um leigo que, por ser leigo, não pôde ser levado em conta.

A tribuna, oportunamente, para abordar em profundidade, os temas agora apenas criticados de relance". E o fiz, na sessão de 9 de março, dizendo o seguinte: "Depois de haver operado durante algum tempo com seus próprios recursos técnicos e humanos, a Petrobrás resolveu, ultimamente, entregar boa parte das tarefas de Perfuração e Produção a empresas estrangeiras contratadas. Áreas já locadas de mais fáceis recursos e acesso e com o maior risco de investimento, realizado, como Buracica e Taquira, na Bahia, e Carmópolis em Sergipe, foram reservadas às companhias contratadas. Para a Petrobrás é destinado o trabalho pioneiro e mais difícil em qualquer campo ou em Candelas, onde o petróleo é encontrado a 3.000 metros de profundidade, ou em Mapale, cuja dureza do subsolo causa sérios na perfuração".

O Sr. José Ermirio — Permissão V. Exa., outro aparte?

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Com prazer.

O Sr. José Ermirio — É estranho, muito estranho que a direção da Petrobrás não tenha estudado o que aconteceu na Argentina, onde um dos primeiros atos do Presidente Illia foi justamente cancelar os contratos de perfuração, por julgá-los prejudiciais à nação. Com isso, então, houve um aumento em pouco menos da metade, talvez em um terço da produção quando tudo passou a ser feito pela própria Argentina.

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Muito obrigado pela contribuição de V. Exa.

(Continua a ler)

E, mais adiante: "Várias firmas estrangeiras estão operando no setor de exploração e lavra de petróleo para a Petrobrás, sob contrato. Na perfuração: Delta, Brantly e Landocanile; na Produção: Schumberger e Halliburton; em Geofísica, CSI, Prakla e outras". Antes do repórter, eu já o havia respondido corrigindo o engano inicial e indicando lugares e nomes. Mais uma vez, porém, a assessoria da Petrobrás tentou valer-se de uma palavra mal aplicada para negar a verdade. Como referi a estudos e não a contratos já assinados, contestou a participação de firmas estrangeiras nessas importantes operações.

Acertaria uma retificação, que seria exata, se a contestação, trouxesse a asserção de que nem todos os contratos foram realizados depois de abril de 1954. De fato no segundo discurso eu usei o termo "ultimamente", que pode significar ontem, um mês ou dois anos atrás. O essencial não está, todavia, nos contratos serem de um ou dois anos de idade, embora isto tenha importância, mas no fato das melhores áreas, como enfia sei, de mais fáceis acesso e recursos estarem sendo destinados, na atual administração, às empresas contratadas.

Atendido o ponto do nobre líder, passo à discussão do

FRONAPE

A respeito da frota de petroleiros, escrevi o seguinte no discurso de 16 de fevereiro: "Eliminação da possibilidade de FRONAPE atuar no mercado mundial com transporte misto petróleo-minério, pelo concessão de embarcadouro exclusivo à Hanna, seguida de sua integração numa companhia mista de transporte, com a participação do Lido, da Casleira e da Companhia de navegação estrangeiras. A política de transporte de petróleo, com retorno de minério, que estava sendo incentivada com sucesso, redundaria em grandes vantagens econômicas; margem apreciável de rentabilidade e penetração no mercado internacional de fretes, com proveito para a Petrobrás e Cia. Vale do Rio

Doce. Estas vantagens, porém, não estão pesando nas decisões e a nova orientação poderá conduzir até à alienação de nossa promissora frota de petroleiros".

O nobre líder Daniel Krieger, depois de longas considerações sobre a utilização econômica dos petroleiros em transporte misto petróleo-minério, concluiu incluído: "Quanto à integração da FRONAPE numa companhia mista de transporte, com a participação do Lido, da Casleira e da Companhia de navegação estrangeiras, observamos que não é tecnicamente aconselhável a integração de companhias de transporte marítimo especializado em uma única companhia mista de transporte. Nós, o petróleo requer, neste particular, alta especialização do sistema de movimentação do produto e está em íntima conexão com o órgão que determina a política de empresas. De outro lado, a legislação em vigor estabelece constituir o transporte marítimo de petróleo, monopólio da Petrobrás".

Neste longo, para surpresa do nobre líder Daniel Krieger, minha denúncia está quase inteiramente confirmada em ato do Governo. O que seria "tecnicamente desaconselhável e violador da legislação em vigor", que estabelece "constituir o transporte marítimo de petróleo monopólio da Petrobrás", já está consumado.

O jornal "Correio da Manhã" edição de 16 de março próximo passado, sob o título "Mudança para CMM surpreende FRONAPE", publicou esta notícia:

"O comandante Pires dos Reis, da Frota Nacional de Petroleiros, informou ao Correio da Manhã que a decisão do presidente da República em colocar o tráfego marítimo da Petrobrás sob a coordenação da Comissão de Marinha Mercante foi tomada sem nenhuma Consulta à FRONAPE. "Fomos informados da decisão através de um ofício da CMM, recebido na última sexta-feira, e estamos dando conhecimento do seu teor à Diretoria Executiva da Petrobrás, a quem caberá quaisquer providências", declarou o oficial. Embora as autoridades da FRONAPE se recusassem a comentar a medida do presidente da República, indicando a Assessoria de Relações Públicas da Petrobrás como único órgão competente para emitir opinião, a reportagem apanhou, citando oficialmente, que a subtração do controle dos petroleiros do seu órgão tradicional repercutiu desfavoravelmente nos respectivos assalados da empresa. Ainda segundo estas fontes, a principal causa do constrangimento e do descontentamento, seria o fato de que nem a Petrobrás nem a FRONAPE foram consultados sobre a decisão, tomada pelo presidente unilateralmente, em função de uma exposição de motivos do ministro Juarez Távora. Petrobrás não teria processo e representação — O marechal Ademar Queiroz, presidente da Petrobrás, renunciou, ontem, a receber a imprensa, para informar quais serão os reflexos da política de transporte marítimo adotada pelo Governo Federal, ao atribuir à Comissão de Marinha Mercante a coordenação de todo o sistema de transporte marítimo nacional, do catetam e lidoas atuais, inclusive dos petroleiros. Alegou que previa reunião do Conselho de Administração. A decisão do presidente, General Branco foi tomada em 10 de março passado, quando aprovou a proposta do ministro de Viagem marechal Juarez Távora, determinando à CMM a coordenação dos transportes marítimos, com o objetivo de economizar divisas, conforme Diário Oficial de 19-2-55. Pelo exposto, caberá à frota mre-

cante nacional de carga geral especializada, como os petroleiros e propaneiros navios que transportam gás, operar na exportação de mercadorias importadas em seu retorno".

A "alta especialização do sistema de movimentação do petróleo, em íntima conexão com o órgão que determina a política de empresas" — transcrevo, conceito do nobre líder Daniel Krieger — não foi levada em consideração pelo Excmo. Sr. Presidente Castelo Branco. A FRONAPE não mais está sob controle direto da Petrobrás, mas subordinada a uma coordenação que talvez lhe seja fatal. Falta, agora, para confirmação total da denúncia, a participação de companhias de navegação estrangeiras que, econômica e financeiramente mais poderosas, terminariam por incorporar a nossa frota de petroleiros.

CONSTRUÇÃO DE REFINARIAS DA PETROBRÁS E ENCAMPACÃO

Sr. Presidente:

Reúno, em um só, para comentar, dois tópicos co-relacionados do meu discurso de 16 de fevereiro, acentuando que um deles, encampação das refinarias particulares — como o congelamento salarial e a revogação da salutar resolução que impunha o concurso como norma para o ingresso nos quadros da Petrobrás não mereceu qualquer referência na contestação do nobre Senador Daniel Krieger. Reunindo-os, faço uma análise conjunta, pela qual os nobres Senadores verificação que foi amparado em argumentos e dados convincentes que formulei a acusação contestada pelo eminente líder do Governo.

A propósito do primeiro tópico, asseverei: "O ritmo de construção das novas refinarias entrou em compasso de espera e foram dilatados os prazos para a conclusão das obras, com implicações da maior gravidade:

a) com o atraso, o Brasil perdera a auto-suficiência do refinio, praticamente alcançada, forçando-nos a importação de derivados em larga escala, com prejuízo de divisas para o país e lucros de super-lucramento para as companhias estabelecidas nas Caraíbas e Venezuela; b) está motivada a revogação da Lei nº 2.004, nas disposições do art. 45, visando a possibilidade a ampliação das refinarias particulares que, precedentemente, agendadas dos planos com esse objetivo, pleitearam licença para operar acima do permitido, sob o falso argumento de que o país não poderia prejudicar".

E, sobre o segundo tópico: "Vinculada ao, item anterior, a revogação do Decreto que encampou as refinarias particulares está praticamente consumada. Contratando todos os pareceres técnicos, inclusive os emitidos pelos órgãos competentes da Petrobrás, sem discrepância, depois de 1º de abril, a administração de empresa opinou pela devolução das refinarias".

Farei a explanação ampliando estas implicações para melhor compreensão de quantos me deem o honra de ouvir e ler.

A Petrobrás possui em operação, atualmente, três refinarias, a saber: 1 — Refinaria "Landulfo Alves", em Itaipetape, na Bahia, 42.000 barris/dia; 2 — Refinaria "Presidente Bernardes", em Cobatão, São Paulo, 10.000 barris/dia; 3 — Refinaria "Duque de Caxias" Estado do Rio de Janeiro, 110.000 barris/dia. Em construção: 1 — Refinaria "Alberto Pasqueline", em Cananéia, Rio Grande do Sul, 45.000 barris/dia; 2 — Refinaria "Góes de Passos", em Belo Horizonte, 45.000 barris/dia.

As refinarias particulares, 50 em número de seis, a saber: 1 — Refinaria de Copuaba, em São Paulo, 11.000 barris/dia; 2 — Refinaria de Mangueirinhas, Guanabara, 10.500 barris/dia;

3 — Refinaria Ipiranga, Rio Grande do Sul, 10.000 barris/dia; 4 — Refinaria de Manaus, Amazonas, 5.000 barris/dia; 5 — Refinaria Matarazzo, São Paulo, 1.000 barris/dia; 6 — Refinaria Uruguaiana, Rio Grande do Sul, 1.000 barris/dia.

Assim, a Petrobrás refina cerca de 260.000 barris/dia e as refinarias privadas cerca de 50.000, dados que indicam haver o Brasil alcançado a auto-suficiência relativamente à produção de derivados básicos, com exceção dos óleos lubrificantes e combustíveis para aviação.

Esta marcante conquista, que há proporcionado ao país notável economia de divisas, estará seriamente ameaçada caso se confirmem as informações chegadas ao meu conhecimento. Vejamos.

O rápido crescimento do mercado consumidor de derivados de petróleo exigiu que a Petrobrás elaborasse um arrojado programa de obras, a fim de garantir a auto-suficiência em refinação. Nesse sentido, foram projetadas as construções das refinarias de Porto Alegre e Belo Horizonte e a ampliação da refinaria "Duque de Caxias", no Estado do Rio, para produzir 150.000 barris/dia. Paralelamente, foram realizados estudos visando a encampação das refinarias particulares, como solução econômica objetivando corrigir deficits regionais e distorções no parque nacional de refinação.

Acontece, porém, que atrasos propositais e medidas de contenção de gastos impostos pelo governo, poderão frustrar, irremediavelmente, o programa traçado, consoante procurarei demonstrar.

As obras das refinarias do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais foram divididas em duas etapas, unominais, oficialmente, de Fase I e Fase II. A impugnação do nobre líder do governo está a confirmação dessa procedência. Diz S. Exa.: "Em maio de 1954, verificando que não havia possibilidade de uma solução a curto prazo, a atual administração da Petrobrás decidiu empreender a construção das refinarias em duas fases, a fim de que não fossem retardados os trabalhos relativos às demais unidades de processamento e instalações auxiliares, cuja conclusão permitiria que as citadas refinarias entrem em funcionamento normal". Na Fase I, seriam construídos, não somente as unidades de destilação físico-química do óleo cru, as unidades de tratamento e recuperação de gases e as unidades auxiliares, ficando para a Fase II as unidades de destilação a vácuo e de craqueamento catalítico. Deste modo, a parte mais lucrativa, isto é, do craqueamento catalítico, que permite transformar óleo cru em gasolina e gás liquefeito, produtos altamente rentáveis, ficaram postergados para um futuro longínquo. Cumpre ainda acrescentar que a construção das refinarias em duas fases obrigará a Petrobrás a importar gasolina reformada de alta octanagem, em mistura com o petróleo a ser processado, ou aumentar as importações de chumbo, teira e tita, pois a simples destilação atmosférica não permitia a produção econômica de gasolina dentro das especificações de cotagem do Conselho Nacional de Petróleo.

Outro ponto importante, relacionado com as novas refinarias, diz respeito ao projeto de construção. O contrato, inicialmente assinado com a Siam — Progetti, subsidiária do grupo estatal italiano E. N. I., por força de concorrência pública internacional, da qual participaram, também, firmas americanas e europeias, foi rescindido depois de abril de 1954. Com a E. N. I., que venceu a concorrência por longa tradição, ficou apenas a Fase I, enquanto a Fase II foi entregue à firma americana Uni-

versal Oil Products Company, licenciadora do processo de craqueamento catalítico a ser utilizado. Esta empresa é associada, no Brasil, à firma PROMON, do grupo Montreal, ligado, por sua vez a um grupo norte-americano, que absorveu, recentemente, o grupo Jafett e que tem na sua diretoria um sobrinho do atual Embaixador do Brasil nos Estados Unidos.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Pois não.

O Sr. José Ermírio — Sobre este assunto, nobre Senador Arthur Virgílio, encaminhei um requerimento, no dia 15 de fevereiro, ao Ministro das Minas e Energia, por saber da existência de uma firma que ia fazer um contrato de venda de petróleo, contrato imento. Esse requerimento estava redigido nos seguintes termos: (le)

"Requeiro à Mesa, nos termos do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Ministro de Minas e Energia as seguintes informações:

a) Se é verdade que vão obrigá-lo a Petrobrás a sair de sua norma de importação de óleo bruto que tem servido para suprimento de no máximo um ano?

b) Se as companhias fornecedoras de petróleo bruto estão se combinando para a próxima concorrência aumentando em poucos centavos mais que isto representará pelo volume de compra um aumento muito elevado nas compras e um grande prejuízo para a Petrobrás e para o Brasil?

c) Se esta transação tem alguma relação com a exportação de minério de ferro, produtos de ferro e aço, se está relacionada e projetada, e se é em benefício de uma única empresa em detrimento de várias indústrias brasileiras que poderiam se utilizar das vantagens do decreto para exportar seus produtos em troca de petróleo?

d) Se essa transação é real, qual o prazo para pagamento do petróleo e por quanto tempo essa transação suprirá as necessidades de importação do País?

e) Quem são os intermediários dessa transação?"

Isso foi feito no dia 15 de fevereiro, há mais de um mês e meio; não receberam resposta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Muito obrigado pela contribuição, que V. Exa. fez outra vez a meu discurso. V. Exa. verificará, no andamento destas perguntas que estou proferindo, no que resulta essa importação feita por empresas privadas. Vou chegar à importação de petróleo feita pela Capuava.

(Recomendo a leitura):

As obras das novas refinarias, cujo término estava previsto, de acordo com os planos iniciais, para fins de 1965 ou meados de 1966, só terão a Fase I concluída, conforme informação contida no discurso do líder Daniel Krieger, no segundo semestre de 1966, enquanto a Fase II, ainda nos termos da mesma informação, terá uma simples tomada de preços realizada, no primeiro semestre deste ano.

As percentagens apresentadas pela administração da Petrobrás a respeito do andamento das construções não invalidam minhas afirmativas. A fase inicial, incluindo a publicação de editais para concorrência internacional, com os prazos previstos em lei, estudo e seleção das propostas, escolha do terreno, obras de terraplanagem etc., seria, necessariamente, mais demorada. Não pesa igualmente o argumento a respeito de diversos aspectos do pagamento de royalties, assunto que merecerá

apreciação especial em outra oportunidade. O fato é que há atraso na construção das obras e o passar dos meses é que será o juiz da polémica. O meu é o mandato do nobre Senador Daniel Krieger, irão até 1971. Temos tempo, pois, para verificar qual dos dois está com a razão.

A implicação resultante da demonstração — isto também os próximos meses irão confirmar — será a produção estatal não cobrir a crescente demanda de derivados. Haverá, então, necessidade de importar, o que motivará pedido das refinarias particulares para aumentar sua capacidade de processamento. Os jornais encher-se-ão de matérias pagas falando no interesse nacional, em economia de divisas e outros falsos argumentos para engodar a opinião pública e pressionar o governo no sentido de permitir o aumento de cotas. Se assim acontecer, prometo ao Senado e à Nação, voltarei a esta tribuna para reter este trecho do discurso e denunciar a fraude à Lei nº 2.004.

ENCAMPAÇÃO DAS REFINARIAS PARTICULARES

Sr. Presidente.

Passo, agora, ao problema da encampação das refinarias particulares.

Os títulos de autorização dessas refinarias foram expedidos antes de 3 de outubro de 1953, data da assinatura, pelo Presidente Getúlio Vargas, do diploma legal que criou a Petrobrás.

A Lei nº 2.004, no art. 43, permitiu o livre comércio; embora a refinaria incorra o monopólio, as refinarias particulares continuaram operando. Mas, no art. 44, inscreveu-se que "a Petrobrás, independentemente de autorização legislativa especial, participará, como acionista majoritária, naquelas refinarias".

Com o crescimento do parque de refinação da Petrobrás, começaram a surgir sérios problemas com as refinarias particulares, que se valiam de uma série de vantagens, só admitíveis em relação à Petrobrás, pela necessidade desta aplicar vultuosos recursos nos programas de pesquisa e produção de petróleo bruto num país de dimensões continentais. Tais vantagens consistem, entre outras: a) proteção fiscal; b) preço certo, sem competição, para seus produtos; c) colocação garantida para a produção; e) facilidades para licenças de importação e cobertura cambial para a compra de matérias primas.

Além do mais, as refinarias particulares foram projetadas para produção de produtos de alto nível de rentabilidade. Determinados derivados, por serem mais lucrativos, são processados em desacordo com a distribuição percentual no país.

As refinarias de Capuava e Mangueiras, por exemplo produzem mais de 60% da gasolina quando o consumo percentual desse derivado, no país é de pouco mais de 20%, distorcendo o mercado produtor nacional e obrigando a Petrobrás a produzir derivados menos rentáveis, a fim de cobrir as demais percentagens da demanda.

Tais fatos convenceram os técnicos da Petrobrás de que a absorção das refinarias particulares é medida que se impõe sob os aspectos técnico e econômico. Anos de estudos recomendavam a medida prevista na Lei nº 2.004, para salvaguarda dos superiores interesses nacionais. Seriam, assim, corrigidas as distorções e ao mesmo tempo, atendidas as exigências do crescimento do consumo de modo rápido e econômico com a modernização e ampliação das refinarias encampadas.

A fim de apresentar uma amostra das distorções a que me estou referindo, faço um registro especial. A refinaria de Capuava, de São Paulo, autorizada a processar 20.000 barris diários, conseguiu, a título precário,

em 1957, pelo Decreto 41.652 e de acordo com decisão do C.N.P., um aumento de sua cota para 31.000 barris por dia. Esta refinação adicional seria feita em benefício do monopólio estatal, mediante pagamento de "justa remuneração" a ser fixada pelo C.N.P. Faz sete anos que isto ocorreu. A "justa remuneração" não foi selecionada pelo C.N.P. e a controvérsia, já agora na Justiça, arrastase sem solução. E a Petrobrás, que após aumentar seu parque de refinação poderia lucrar o processamento desses 11.000 barris por dia, continua a ser prejudicada.

Há mais. Em dezembro de 1963 foi decretado o monopólio da importação de óleo cru e derivados. Os técnicos da Petrobrás, entre os quais alguns que foram demitidos e presos, constataram, então, que a refinaria de Capuava importava petróleo da Companhia Gulf, estabelecida no Kuwait, a US\$ 2,30 por barril, enquanto o mesmo petróleo, da mesma Companhia, em iguais quantidades, passou a ser importado pela empresa estatal a US\$ 2,00 por barril. Os 30 cents de diferença davam, por ano, à Capuava lucro de superfaturamento de cerca de US\$ 3.000.000,00, atentado à economia nacional que nenhum IPM se interessou em apurar.

O Sr. José Ermírio (Com assentimento do orador) — Quando veio a decisão do Governo, de importar petróleo diretamente pela Petrobrás, eles já nem se incomodavam com a refinação porque o lucro — segundo estamos informados — era tão grande na importação quanto na refinação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Veja V. Ex. os dados apurados: os 30 cents de diferença davam à Refinaria de Capuava um lucro de superfaturamento de cerca de 3 milhões de dólares.

(Lendo)

Localiza-se a refinaria de Capuava no alinhamento do oleoduto Santos-Jundiaí, no Planalto Paulista, e é por ele abastecida.

Também no alinhamento do oleoduto Santos-Jundiaí, mas na Baixada Santista, está situada a refinaria "Presidente Bernardes", da Petrobrás, que se abastece por outro oleoduto, desde Santos.

No Município de Cubatão, onde foi construída a refinaria da Petrobrás, até o Planalto Paulista, existem mais dois oleodutos que levam, respectivamente, derivados claros (gasolina, querosene e diesel) e escuros (óleo combustível), produzidos pela Petrobrás, até a proximidade de São Paulo.

Com as sucessivas ampliações na refinaria da Petrobrás em Cubatão, aumentando a produção de 45.000 barris para 110.000, os oleodutos que conduzem derivados para o Planalto estão no seu limite máximo, o que não acontece com o oleoduto que conduz petróleo para a refinaria de Capuava. E como o mercado consumidor de derivados de São Paulo está a exigir imediata expansão da capacidade de produção, sob pena da Petrobrás ser forçada a importar derivados de outras regiões do país ou mesmo do estrangeiro, foram examinadas pelos órgãos técnicos da empresa estatal três soluções:

a) Ampliação da Refinaria de Cubatão, da Petrobrás;
b) Construção de uma nova refinaria da Petrobrás no Planalto Paulista;
c) Encampação e ampliação da Refinaria de Capuava.

A primeira destas alternativas, ampliação da refinaria de Cubatão — é praticamente impossível de ser realizada em níveis úteis, por isso que são escassas as áreas disponíveis e as que restam estão sendo utilizadas para obras relacionadas com a indústria petroquímica. Além disso, seria necessária a construção de novo oleoduto para o planalto, uma vez que os oleo-

dutores que escoam e levam petróleo para essa refinaria, conforme acentuadas linhas acima, estão com sua capacidade de vazão esgotada.

A segunda — construção de nova refinaria — seria a solução mais cara e a mais demorada, por isso mesmo a mais inviável.

A terceira — encampação e ampliação da refinaria de Capuava atenderia a curto prazo o déficit de derivados em São Paulo, previsto para 1966 ou 1967, permitindo, ainda, a plena utilização do oleoduto Santos-Jundiaí e a adequação do esquema de produção à realidade do mercado consumidor nacional, além de produção de querosene e diesel e o aumento da produção de gás liquefeito.

Estes, entre outros, os motivos de ordem técnica e econômica, aliados a razões de interesse da segurança nacional, que justificaram, no governo passado, a encampação das refinarias particulares, em especial da Refinaria e Exploração de Petróleo União S. A.

Vitorioso o movimento militar de abril de 1964, foi criada pelo Governo uma Comissão Especial, da qual não fazem parte técnicos de petróleo, para emitir parecer, no prazo de 30 dias, sobre o Decreto de encampação. São decorridos vários meses e o parecer não foi apresentado.

Em face deste insucesso, a Diretoria da Petrobrás deliberou solicitar aos novos titulares dos órgãos técnicos, todos nomeados depois de 1º de abril de 1964, afinados, portanto, com o movimento militar um reexame da questão.

Não contava a administração da empresa estatal, certamente com o resultado: os órgãos técnicos, já expurgados dos "subversivos" que lutaram, anteriormente, pela encampação, repetiram, de forma unânime, as opiniões que amparam a medida.

Transcrevo tópico do relatório:

"Sob o ponto de vista de abastecimento nacional de derivados considerado em termos de produção e movimentação de combustíveis e lubrificantes, já não cabe a menor dúvida quanto à conveniência de integração das atuais refinarias na Petrobrás. Em virtude de tal integração, já se tornará viável, de imediato, através da atuação da empresa estatal, a adoção de medidas atinentes à: ampliação da capacidade de processamento do petróleo bruto das refinarias em causa; modificações do equipamento e dos esquemas de processamento, de modo a ajustar melhor a produção de cada refinaria às conveniências do mercado consumidor e ao interesse da economia nacional; alterações de instalações, de modo a permitir o processamento de petróleos diferentes daqueles que vêm sendo utilizados".

Continua o Relatório:

"Quanto à ampliação de capacidade, o caso mais evidente corresponde à refinaria de Capuava por se tratar de unidade de maior porte e que está ao mesmo tempo localizada na região de mais denso consumo de combustíveis e lubrificantes e que, dentro em breve, já se tornará deficitária quanto ao abastecimento desses produtos. Sem margem a dúvida, a solução que consiste na incorporação daquela refinaria à Petrobrás e em sua subsequente ampliação, oferece sobre qualquer outra as vantagens de menor prazo de conclusão das obras e de menor custo operacional futuramente, sem mencionar outras vantagens, tais como a eliminação de custos de transferência de produtos por cabotagem e vias terrestres e a concentração em um único local de maior disponibilidade de matérias-primas para a indústria petroquímica".

Conclui o Relatório:

"A história dos anos de existência da Petrobrás, em regime híbrido no setor de refinação, com as empresas permissionárias de capital privado, está pontilhada de situações conflitantes. Dentre as soluções possíveis, a do prosseguimento e conclusão da desapropriação das ações das empresas permissionárias de refinação pela Petrobrás é a que trará para a economia e a segurança nacionais o maior benefício e para o Peder Público, a maior tranquilidade".

Esse relatório, indestrutível pela pressão de seus argumentos técnicos e econômicos, não sensibilizou o Conselho de Administração da Petrobrás, que opinou pela revogação do Decreto de encampação.

A solução final ainda não foi proferida pelo Governo. Na impossibilidade de destruir os fundamentos da encampação, o Decreto é esquecido; não o revogam e não o executam. Esquecem-se os meses e quando sobrevier o colapso do abastecimento para o Planalto Paulista, Capuava pleiteará autorização para ampliar suas instalações e então mais uma vez, repetindo 1957, o monopólio estatal sofrerá novo golpe, abalando a segurança econômica da Petrobrás.

O Sr. Antônio Jucá — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com prazer.

O Sr. Antônio Jucá — Quería perguntar a V. Exa. se a lei que regula o monopólio da importação de petróleo ainda está em vigor ou se as refinarias particulares continuam a importar regularmente o petróleo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — A importação do petróleo bruto e seus derivados é monopólio da Petrobrás.

O Sr. Antônio Jucá — Penso, nobre Senador, ser este ponto da maior importância, muito superior mesmo à encampação das refinarias particulares. Como salientou V. Exa., na importação é que estava a grande fraude. Essas companhias internacionais de petróleo são todas entrelaçadas; existe um preço *standard* internacional. Entretanto, por debaixo do pano é sempre possível lesar-se em vinte a trinta cents por barril. Justamente o que faziam as refinarias particulares. Nisso é que residiam os grandes lucros que ultrapassam os prejuízos de todos os IPMs do Brasil reunidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Em matéria de petróleo, tendo em vista a existência da Petrobrás, meu eminente colega, sou tão radical quanto os orientadores dos trustes internacionais. Penso que o monopólio da indústria petrolífera deve ser integral. Já me tenho batido na defesa desta tese, por várias vezes, salientando, como exemplo, os trustes internacionais que participam de todas as fraudes. Não vejo por que, — se a lei determina, especificamente, que a perfuração é monopólio da Petrobrás, — continuarmos com a importação, ponto tão importante para a solução da situação da empresa estatal.

Denuncio o fato à opinião pública nacional, aos bons brasileiros do Governo, às Forças Armadas, alertando para a necessidade de serem resguardados os interesses do país, convocando, ao mesmo tempo, a Direção da Petrobrás a contestar tudo quanto aqui se contém a respeito das manobras que visam a frustrar a encampação das refinarias particulares, passo decisivo para a integração total do monopólio da União.

PETROQUÍMICA DE BASE

Sr. Presidente:

O fundamental dos meus reparos à orientação que se vem imprimindo à Petroquímica de Base está na suspeição evidente dos membros da Comissão nomeada para esquematizar a política a respeito da participação da Petrobrás, nesse importante setor da indústria petrolífera.

Citei-os, no discurso do dia 16 de fevereiro; nomeei-os, novamente, no discurso de 9 de março, ampliando as considerações anteriores. Os Srs. José Batista Pereira, Presidente da Comissão e irmão de um diretor da refinaria de Mangunhos; Kurt Politzer e Ivo de Souza Ribeiro, ligados a empresas estrangeiras do ramo petroquímico, são cidadãos defensores da livre iniciativa em todas as atividades econômicas. Sua tendência natural, portanto, mesmo sem a prática da desonestidade, é seguir a filosofia que adotam e entendem como certa. E ao segui-la, prejudicam, como é óbvio, a Petrobrás.

A Resolução nº 1-57, do C.N.P., comentada pelo nobre líder Daniel Krieger com o propósito de considerar insubsistentes minhas críticas, reforçam-nas nas disposições do § 1º, do art. 1º que estabelece:

"Constituem produtos e subprodutos da refinação de petróleo, sujeitos ao monopólio de produção pela União, na forma da Lei número 2.004, de 3 de outubro de 1953, gás liquefeito, gasolina, querosene, óleo combustível para motores de combustão interna (diesel oil), gásóleo, óleo para lamparina, óleo combustível, óleo lubrificante e asfalto".

Pois a Comissão presidida pelo Sr. José Batista Pereira advoga a concessão às empresas privadas da produção da matéria-prima, "a fim de aumentar a produção de modo a fazer face à crescente demanda do mercado brasileiro em produtos petroquímicos". Esta orientação contraria a Lei nº 2.004 e a resolução 1-57, do C.N.P., retirando da Petrobrás uma fonte de lucro e acarretando-lhe, em troca, um ônus pesado, representado provavelmente na compra às indústrias privadas dos subprodutos que elas não utilizam: gasolina leve e pesada, gásóleo, etc., que se incluem no monopólio de produção pela União.

Defendo a tese — repelição que se possa considerá-la demagógica — da inclusão da Petroquímica de Base no monopólio estatal. A indústria do petróleo impõe dominação ampla de todas as suas fases, não será demais repetir. Assim agem os "trustes" internacionais, que, por isso, são inabaláveis na sua estrutura econômica, assim devemos nós atuar se desejamos, sinceramente, a emancipação econômica do Brasil.

REESTRUTURAÇÃO DA PETROBRÁS

Antes da objeção do nobre Senador Daniel Krieger em relação ao que afirmei no discurso do dia 16 de fevereiro, isto é, que havia projeto em estudo visando a transformar a Petrobrás, por etapas, em companhias estaduais de âmbito restrito, já eu havia verificado o meu equívoco, tanto que não repeti a acusação no discurso de 9 de março.

Proclamo, pois, sem constrangimento, que o nobre líder tem razão quanto a esta parte. O falado projeto não passou de sugestão apresentada antes de 31 de março de 1964 e logo repelida, por inconsequente e prejudicial.

SITUAÇÃO CAMBIAL — DIVIDAS NO EXTERIOR

Sr. Presidente:

A respeito da situação cambial e das dívidas da Petrobrás no exterior, o nobre Senador Daniel Krieger esclareceu, depois de elogiosas considerações à atuação da Administração Federal e críticas ao governo deposto, o seguinte:

"Coube ao atual Governo, esse mesmo Governo que está sendo acusado de querer liquidar com

a Petrobrás, por côbro a essa situação, estabelecendo com os clientes da Petrobrás protocolos pelos quais são assegurados à empresa estatal os fornecimentos essenciais ao seu programa de trabalho, principalmente no que se refere ao refino do óleo cru".

E, mais adiante:

"Quando assumiu suas funções a atual administração da Petrobrás, a dívida da empresa no exterior era de 49 milhões, 923 mil 339 dólares e 14 centavos. Hoje, apesar das novas aquisições ocorridas após a revolução, a dívida total da Petrobrás no exterior é apenas de 16 milhões de dólares, redução que se deve ao decidido apoio que vem dando à Empresa Estatal o atual Governo da União e, em particular, sua Excelência o Presidente Castelo Branco".

A controvérsia não se esgota com a contestação e as cifras oferecidas.

Estudos dos órgãos técnicos da Petrobrás, em 1963, apontavam como indispensável à manutenção do êxito do monopólio estatal a garantia de disponibilidade da ordem 25 milhões de dólares mensais, isto é, 300 milhões por ano, para que fossem executados os seus programas.

O que se impõe, agora, para meu esclarecimento e talvez até para esclarecimento do eminente líder, é sabermos o valor, em dólares, das importações de óleo cru, equipamentos, matérias-primas, etc., durante o ano de 1964 e como foram pagas essas importações.

Mais importante, ainda, será o Senado e a Nação conhecerem o teor dos protocolos "assinados com os clientes da Petrobrás, pelos quais são assegurados à empresa estatal os fornecimentos essenciais ao seu programa de trabalho, principalmente no que se refere ao refino de óleo cru".

Defeito, Sr. Presidente, o que eu declarei nos dois discursos a respeito da situação cambial e das dívidas da Petrobrás no Exterior, baseou-se em informações que me pareceram fidedignas. Tais informações eram reforçadas por notícias de grandes jornais, como a reportagem assinada pelo economista Olympio Guilherme, publicada no Suplemento Econômico, do "Correio da Manhã" de 14 de março deste ano.

Analisando as dificuldades da empresa estatal em face do que classificou de "bloqueio financeiro da Petrobrás", o Sr. Olympio Guilherme escreveu, sem contestação oficial, o seguinte:

"Agora ninguém mais pode por em dúvida que o bloqueio financeiro da Petrobrás obedece a um plano longamente premeditado, hoje em sua fase final de execução. Matéria de tamanha gravidade, enunciada assim, com meia dúzia de palavras, como que se desveste da transcendência que lhe é inerente. Entretanto, o que se está passando na Petrobrás e no Conselho Nacional do Petróleo, como já denunciei em artigo anterior, não deixa margem para outra conclusão. Na impossibilidade total de se conseguir a revogação de nossa legislação petrolífera, mudou-se a estratégia do grande combate: o desenvolvimento da Petrobrás, seria comprometido através da lenta, mas inexorável redução de seus recursos em divisas estrangeiras, imprescindíveis ao seu equilíbrio financeiro e ao prosseguimento harmônico de seus programas de trabalho.

Linhas adiante:

"Resultado: os débitos em dólares da grande empresa foram se acumulando perigosamente. As coisas se processaram, num tal crescendo que, atualmente, a Petrobrás está impossibilitada até

mesmo de cumprir seus compromissos financeiros resultantes dos Convênios de importação de óleo cru, situação constrangedora que obrigou a Petrobrás a firmar novos entendimentos com seus fornecedores estrangeiros, através dos quais os débitos serão encadados na base de uma pequena percentagem mensal, enquanto as novas importações serão pagas à vista, sem qualquer desculpa".

E ainda:

"Procurei conhecer de quem ou de onde partia essa orientação suicida. Falei com meio mundo. Ninguém sabe de nada. Ninguém tem conhecimento de coisa alguma. No Banco do Brasil, na Sumoc, no CNP, na Petrobrás, na Fiban — em toda parte encontrei o mesmo desconhecimento. Todos são de opinião de que a queda de nossa exportação tornou impraticável o atendimento dos orçamentos cambiais da Petrobrás, precisamente da empresa que maior economia de divisas proporciona ao nosso vulnerável balanço internacional de contas".

Se a Petrobrás cumpriu seus programas em 1964 e ainda pagou 33 milhões de dólares de divisas em atraso, despendeu, em um ano, cerca de 333 milhões de dólares. Penso que não há quem, conhecendo a verdadeira situação dos débitos do Brasil no estrangeiros, notadamente para com os E. U. A., acredite possa a Petrobrás ter gasto, em doze meses, 333 milhões de dólares. E' mais crível que tenha pago parte das dívidas e sustado as importações, com prejuízo de sua expansão nos setores de pesquisa e industrialização, ou assinado protocolos para manter essas importações em termos impostos pelos credores, o que é sumamente grave.

Não quero, Sr. Presidente, precipitar julgamento. Logo após o discurso-resposta do nobre líder Daniel Krieger, encaminhei requerimento de informações à Petrobrás solicitando esclarecimentos a respeito do valor em dólares das importações em 1964, disponibilidade mensal em dólares efetivamente posta à disposição da empresa, importância em cruzeiros depositada no Banco do Brasil e teor dos protocolos firmados com os clientes externos a fim de assegurar o fornecimento.

De posse das informações, poderei ajuizar, com segurança, sobre a exata situação cambial e dívidas externas da Petrobrás, em conexão com o prosseguimento dos planos expansionistas, cuja execução ou não execução decretará a sobrevivência da companhia ou seu irremediável esvaziamento, operacional.

O debate prosseguirá, Sr. Presidente, nos próximos dias. (Muito bem! Muito bem! Palmas.).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra, como Líder do PSD, o nobre Senador Victorino Freire, por delegação.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, as controvérsias surgidas em vários setores da imprensa, da opinião Nacional e Chefes Militares, pelos pronunciamentos do eminente Ministro da Guerra General Costa e Silva, geraram uma série de interpretações de sentido polémico que o Ministro da Guerra se apressa em esclarecer através de minha palavra, sem brilho, da Tribuna desta Casa. Presto assim, Senhor Presidente, uma homenagem ao Chefe Militar e ao amigo, ao procurar deixar claro o exato sentido de suas declarações. Afirmou-me o Ministro Costa e Silva, que não foi bem interpretado o seu pensamento em vários pontos dos seus pronunciamentos. Assim é que,

quando falou sobre Ato Adicional, não preconizou sua vigência por 10 anos, mas que se tivessem os Chefes Militares a noção do Estado de coisas que a Revolução apurou, talvez fosse prolongado por mais alguns meses a vigência daquele instrumento de repressão à subversão, corrupção e comunismo, que livremente campeavam seguidas de deterioração completa da autoridade e da disciplina na tropa e que por isto talvez, fossem necessários 10 anos para re pôr o país em plena ordem política, moral e administrativa, o que vem sendo feito com os maiores sacrifícios pelo eminente Presidente Marechal Castello Branco, sacrifícios que vêm sendo impostos ao povo sofredor em consequência dos erros acumulados. Afirmou-se, também, que com todas as dificuldades encontradas, as Forças Armadas, mantiveram os postulados democráticos, consoante sua formação pois a elas seria facilitado amputar as instituições nos primeiros dias de abril se os seus chefes entre os quais se alinha a figura austera e serena do Marechal Castello Branco, e a oficialidade de todos os escalões,

não tivessem acendrado amor às instituições democráticas. Afirmou, que as Revoluções trazem no seu bojo tumultos e insatisfações. Haja vista a Revolução de 1930 que trouxe tumulto, indisciplina com a militarização de todos os Estados, o que agora não ocorreu e que daqueles tumultos e incompreensões, nasceu a Intentona Comunista de 1935, esmagada pelo pulso forte e bravura pessoal do General Dutra, em frente ao 3º de Infantaria e do Brigadeiro Eduardo Gomes, na Escola de Aviação e que, alçado o General Dutra, ao cargo de Ministro da Guerra, tudo fez para colocar o Exército dentro da disciplina e da ordem. Afirmou o Ministro da Guerra, que se nos seus pronunciamentos não citou os nomes de vários chefes militares revolucionários, foi porque já era pública e notória a atuação deles nos acontecimentos, por serem figuras conhecidas no cenário nacional. — Inclusive o meu eminente e velho amigo General Mourão Filho, que sempre teve sua ação destacada por toda imprensa do país e nos seus vários pronunciamentos. Que o seu intuito foi o de exaltar alguns que permaneciam na penumbra sem que nêles se falassem que os mesmos riscos tinham corrido, não tendo pois, o mais leve desejo de negar os méritos de qualquer companheiro, ou de qualquer forma melindrá-los.

Afirmou que quanto a declaração publicada de ter o seu camarada e amigo General Amaury Kruei que é também velho amigo meu, alergia pelo Senhor Ademar de Barros, que o termo não é bem este. Achava o Ministro, que o General Kruei, não estaria bem afinado com o Senhor Ademar de Barros, e por isto ele procurou diligenciar para que houvesse um maior e mais perfeito entrosamento do General Kruei com o Governador paulista, em benefício da causa e que quando fez esta diligência, já o General Kruei, vinha se entendendo com o Senhor Ademar de Barros. Esclareceu também o Ministro da Guerra, que normalmente fala de improviso — que a expressão publicada referente ao General Uliôa Cintra que "o Cintra querendo 'azer bobar,em' não é correta, esclarecendo que o General Uliôa Cintra, irritado e revoltado com a marcha da Comunização do Exército e do país, mais de uma vez cheio de indignação, procurou o na disposição de precipitar-se de qualquer forma, sendo por ele contido, afirmando que o General Uliôa Cintra, detém o Comando mais importante da Guanabara, gozando da sua plena confiança e amizade e da confiança e amizade do Senhor Presidente da República.

Quanto à afirmativa de que o Exército era Partido do Governo, o

General Costa e Silva esclarece que o sentido destas palavras deve ser tomado exatamente de vitoriosa a Revolução, não dispunha o Governo de maioria parlamentar e que até que esta fosse constituída pela Revolução, contou o Marechal Castello Branco, com o forte suporte militar, constituído pela unidade das Forças Armadas que fizeram a Revolução. Afirmou que a Revolução continuará, após o término do mandato do eminente Presidente Castello Branco, e por isto usou a frase "Com Castello ou sem Castello, a Revolução continuará em marcha". Afirmou ainda o Ministro, que seu desejo é que as forças políticas se reformulem ajudando o Marechal Castello Branco, sem olhar para o passado, para que o sucessor do Marechal Presidente, assegure o espírito da Revolução para que a subversão, o comunismo e a corrupção não ameacem novamente a integridade nacional, obrigando as Forças Armadas a defenderem novamente a Nação, pois que normalizada a vida constitucional o Exército, está entregue silencioso ao seu labor rotineiro, mas vigilante na defesa da Revolução de Março e no apoio firme e seguro ao seu grande chefe que é o Marechal Castello Branco.

Senhor Presidente. Cheguei ao fim das minhas considerações. Procurei até os limites da minha inteligência e memória, dar ao Senado e à Nação o teor da conversa do ilustre titular da Guerra, sem arvorar-me de qualquer maneira em porta-voz de Sua Excelência, atendendo apenas nesta emergência, à solicitação do amigo. Se não conseguir cumprir fielmente a incumbência que o General Costa e Silva, com honra para mim me outorgou e se não interpretei fielmente o seu pensamento, que Sua Excelência perdoe os lapsos de memória e leve em conta também a falta de inteligência e cultura do orador como interprete do seu pensamento, em questão tão delicada.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Edmundo Levi.
Cattete Pinheiro.
Sebastião Archer.
Joaquim Parente.
José Cândido.
Antônio Jucá.
Walfredo Gurgel.
Ruy Carneiro.
João Agripino.
Barros Carvalho.
Pessoa de Queiroz.
Silvestre Pêrciles.
Heribaldo Vieira.
José Leite.
Vasconcelos Torres.
Gilberto Marinho.
Filinto Müller.
Nelson Maculan.
Antônio Carlos — (19).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de requerimentos de informações.

São lidos os seguintes

Requerimento nº 117, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, sobre o Manual de Serviço daquela Secretaria de Estado.

Sr. Presidente:

De conformidade com a letra regimental requiro informe o Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, a data em que foi publicado o Manual de Serviço daquela Secretaria de Estado e, ainda, se esgotado, quais as providências para a sua reedição.

Sala das Sessões, 7 de abril de 1965.
— Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 118, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, sobre a indústria de material hospitalar do País.

Sr. Presidente:

De conformidade com a letra regimental, solicito informe o Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, se a indústria brasileira de material hospitalar está devidamente aparelhada para atender às necessidades do País, esclarecendo se o Ministério da Saúde é identificado sobre as importações de material similar, aqui fabricado e, em caso afirmativo, remeter a relação das firmas e entidades beneficiadas.

Sala das Sessões, 7 de abril de 1965.
— Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Os requerimentos, lidos não dependem de deliberação do Plenário. Serão, depois de publicados, despachados pela Presidência. (Pausa.)

Sobre a mesa projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1965

Dispõe sobre a profissão de agente de segurança industrial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se, "in fine", ao quadro de atividades e profissões em vigor, a que se refere o art. 577 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, o seguinte inciso:

19º — Agente de segurança industrial.

Art. 2º A designação profissional de Agente de Segurança Industrial, a que se refere o art. 1º desta lei, abrange as seguintes categorias:

- Técnico de Segurança Industrial;
- Assistente de Segurança Industrial;
- Inspetor de Segurança Industrial.

Art. 3º Enquanto não houver curso de formação para Agente de Segurança Industrial, essa profissão poderá ser exercida por pessoas que requirerem o respectivo certificado de habilitação profissional, que será fornecido, observadas as seguintes condições:

a) O certificado de Técnico de Segurança Industrial, a economistas, bacharéis em administração de empresas, engenheiros, médicos e químicos, que comprovem haver concluído, com aproveitamento, curso de extensão universitária sobre Segurança Industrial.

b) O certificado de Assistente de Segurança Industrial, a maiores de 21 anos que apresentem certificado de conclusão do curso científico e comprovem haver terminado, com aproveitamento, curso de especialização, em nível médio, sobre Segurança Industrial.

c) O certificado de Inspetor de Segurança Industrial, a maiores de 18 anos que apresentem certificado de conclusão do curso ginasial básico ou equivalente e comprovem haver terminado, com aproveitamento, curso de especialização, em nível elementar, sobre Segurança Industrial.

Parágrafo único. O certificado de habilitação profissional correspondente às três categorias previstas neste artigo será fornecido, sem exigência de conclusão de curso de especialização, mantidas as demais condições estabelecidas nesta lei, aos que comprovem exercer ou haver exercido atividade específica da profissão por prazo igual ou superior a 3 (três) anos.

Art. 4º Nenhuma empresa de fins industriais poderá funcionar, 120 (cento e vinte) dias depois de regulamen-

tada esta lei, sem possuir serviço próprio de Segurança Industrial, na seguinte forma:

a) quando tiver a seu serviço até 100 (cem) operários, manterá, no mínimo, um Inspetor de Segurança Industrial;

b) quando tiver a seu serviço de 100 (cem) a 1.000 (mil) operários, manterá, no mínimo, um Assistente de Segurança Industrial e dois Inspetores de Segurança Industrial;

c) quando tiver a seu serviço número de operários igual ou superior a 1.000 (mil), deverá manter, para cada contingente de 1.000 (mil) operários:

— um Inspetor de Segurança Industrial;

— dois Assistentes de Segurança Industrial;

— um Técnico de Segurança Industrial.

Art. 5º No prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da vigência desta lei, o Poder Executivo deverá enviar ao Congresso projeto de lei dispondo sobre o seguinte:

a) caracterização do campo profissional privativo do Agente de Segurança Industrial;

b) organização dos currículos dos cursos de especialização e de formação, para preparo de profissionais de Segurança Industrial;

c) fixação de prazos e de normas administrativas para o processamento dos registros profissionais de Técnico, Assistente e Inspetor de Segurança Industrial;

d) fixação de critério para cálculo do salário-mínimo do Técnico, do Assistente e do Inspetor de Segurança Industrial;

e) criação de Conselhos Nacional e Regionais de Profissionais de Segurança Industrial;

f) providências complementares que se fizerem necessárias à execução desta lei.

Parágrafo único. O projeto de lei a que se refere este artigo deverá ser elaborado pelos Ministérios da Educação e Cultura, Indústria e Comércio, Trabalho e Previdência Social, com a colaboração técnica da Fundação Getúlio Vargas e a audiência da Confederação Nacional da Indústria.

Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A diversificação das atividades profissionais é uma contingência do progresso tecnológico.

Quanto mais crescem as indústrias; quanto maiores são as facilidades de comunicação; quanto mais vastas e complexas se tornam as concentrações populacionais — pela predominância, em toda parte, de melhores condições sanitárias e alimentares — tornam-se mais ricas as estruturas do trabalho, com problemas novos, impondo e definindo tarefas também novas.

É dever do legislador estar atento à problemática inteira de sua época e tomar, sem demora, as iniciativas cabíveis, para que não cresça o espaço vazio entre a realidade, dinâmica, e a legislação, estática.

Drei, na linha das idéias, que o projeto prende-se, exatamente, a necessidade de disciplinar através de lei, no país, uma nova profissão, já exercida, de fato, na área de seu imenso parque industrial.

A função do Agente da Segurança Industrial é, nas fábricas, propor medidas e fiscalizar sua observação, com vistas a reduzir e, quando possível, eliminar os diferentes riscos, que corre o operário na execução de seu trabalho. Ele zela, portanto, de uma forma racional, pela integridade física do trabalhador.

Tendo em vista os grandes recursos de assessoramento de que dispõe o Poder Executivo, o projeto atribui a esse Poder a incumbência de realizar estudos básicos sobre a matéria e encami-

nhá-los ao Congresso, através de projeto de lei que complementará o que ora estamos apresentando.

São estas, nossas razões para formular a proposição.

Sala das Sessões, 7 de abril de 1965.
— Vasconcellos Torres.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Indústria e Comércio e de Legislação Social.

LEGISLAÇÃO CITADA NO PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A PROFISSÃO DE AGENTE DE SEGURANÇA INDUSTRIAL

Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Art. 577. O quadro de atividades e profissões em vigor fixará o plano básico do enquadramento sindical.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — De autoria do Sr. Ruy Carneiro há requerimento que vai ser lido.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 119, de 1965

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 39 do Regimento Interno, requero licença para me afastar dos trabalhos do Senado pelo prazo de 45 dias, a partir de 9 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1965. — Ruy Carneiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento que acaba de ser lido independe de apontamento e de discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado o requerimento e, assim, concedida a licença a partir da data constante do requerimento, ou seja, dia 9 do corrente mês.

O SR. PRESIDENTE:

Comunico ao Senado que, tendo recebido do Sr. Presidente da República Projeto de Lei a ser apreciado pelo Congresso Nacional nos termos do art. 49, parágrafo único, do Ato Institucional, esta Presidência convocou sessão conjunta para hoje, às 21 horas, destinada à leitura dessa proposição, designação da Comissão Mista que sobre ela deverá emitir parecer e demais providências previstas no art. 1º da Resolução nº 1, de 1964, do Congresso Nacional.

A proposição em apreço (Projeto de Lei nº 3, de 1965, C. N.) dispõe sobre subsídios, vencimentos, salários e proventos e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE:

No expediente lido figuram as Mensagens ns. 123 e 124 (ns. 51 e 52 no Senado), de 2 e 5 de abril do corrente ano, respectivamente, nas quais o Senhor Presidente da República dá conhecimento ao Congresso Nacional de dois vetos presidenciais.

Referem-se às seguintes proposições:

— Projeto de Lei nº 2.287-B de 1960 na Câmara e nº 7 de 1964 no Senado, que cria uma Escola de Educação Agrícola, no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais (veto total); e

— Projeto de Lei nº 3.364-B de 1961 na Câmara e nº 116-63 no Senado, que modifica as normas processuais dos crimes previstos nos artigos 121, § 3º, e 129, § 6º, do Código Penal (veto parcial).

Para apreciação desses vetos, esta Presidência designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 4 de maio do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos

Deputados, sem prejuízo da matéria para ela já anunciada.

Para as Comissões Mistas que os deverão relatar designa:

— quanto ao primeiro veto, os Senhores Senadores:

Walfredo Gurgel — PSD

Lopes da Costa — UDN

Aarão Steinbruch — MTR

e quanto ao segundo, os Senhores Senadores:

Vicente Augusto — PSD

Eurico Rezende — UDN

Josué de Souza — PRT — (Pausa).

Está esgotado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Estão presentes 50 Srs. Senadores.

Votação em segundo turno, da segunda tramitação do Projeto de emenda à Constituição nº 8, de 1963, (nº 2-A-63 na Câmara dos Deputados), que da nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (que estabelece os casos em que os Prefeitos das Capitais sejam nomeados pelos Governadores dos Estados), tendo Parecer favorável, sob nº 701, de 1963, da Comissão Especial.

O Sr. 1º Secretário vai proceder a chamada, de Norte para Sul.

O Senador responderá SIM ou NÃO, conforme seu voto seja favorável ou contrário ao Projeto.

Procede-se à chamada

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena
José Guimard
Edmundo Levy
Arthur Virgílio
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Joaquim Parente
José Cândido
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Vicente Augusto
Dinarte Mariz
Walfredo Gurgel
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
João Agripino
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Silvestre Péricles
Rui Palmeira
Heribaldo Vieira
Dylton Costa
José Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Joaquim Marinho
Jefferson de Aguiar
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Torres
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Benedicto Valadares
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
José Feliciano
Pedro Ludovico
Filinto Müller
Melo Braga
Atilio Fontana

Guido Mondim

Daniel Krüger

Mem de Sá — (45)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — votaram Sim 44 Senhores. Com o Presidente, 45.

O projeto foi aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO

Nº 8, DE 1963

(Nº 2-A-63, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Dá nova redação ao § 1º do Artigo 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. O § 1º do art. 28 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º Poderão ser nomeados pelos Governadores dos Territórios os Prefeitos das respectivas Capitais, bem como pelos Governadores dos Estados e Territórios os Prefeitos dos Municípios, onde houver estâncias hidrominerais naturais, quando beneficiadas pelo Estado ou pela União”.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presidência, oportunamente, convocará sessão conjunta, do Congresso Nacional, destinada à promulgação da Emenda Constitucional ora aprovada.

Item 2:

Discussão em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do Artigo 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 1964, de autoria do Sr. Senador Bezerra Nelo, que amplia os casos de desapropriação por interesse social definidos na Lei número 4.132, de 10 de setembro de 1962, que regula a requisição de imóveis alienados pelo Poder Público e toma outras providências, tendo Parecer sob nº 428, de 1964, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Em discussão o projeto, quanto à constitucionalidade. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto quanto à preliminar. O Parecer da Comissão de Constituição e Justiça é contrário.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

O projeto foi rejeitado. Em consequência, será aprovado.

E' o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 152, — 1963

Ampla os casos de desapropriação por interesse social definidos na Lei número 4.132, de 10 de setembro de 1962, regula a requisição de imóveis alienados pelo Poder Público e toma outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ao art. 2º, da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, que define os casos de interesse social, para os fins de desapropriação, sejam acrescentados os incisos seguintes:

VIII — a requisição de terras pastais e lavradas, alienadas a pessoas físicas ou jurídicas, que as retenham sem resultados produtivos das justas finalidades dos ditos bens;

IX — a anulação de concessões para aproveitamento do solo ou subsolo, desde que os concessionários não ofereçam provas de seu efetivo aproveitamento nas jurídicas e naturais finalidades.

Art. 2º A Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, acrescente-se estes artigos:

Art. 5º Para efeito de cumprimento do inciso VIII do Art. 2º considere-se justo preço para a desapropria-

ção, o pagamento da quantia pela qual o poder público transferirá o bem objeto da requisição, acrescido:

a) do valor correspondente à soma dos tributos pagos pelo proprietário no curso do seu domínio sobre o bem expropriado;

b) do valor correspondente à renda de 15% (quinze por cento), para cada ano do domínio do proprietário sobre o bem expropriado.

Art. 6º No caso da existência de benfeitorias na propriedade e que não correspondam ao conceito de aproveitamento efetivo exigido pelo interesse social, será indenizado das mesmas o proprietário, uma vez processada a requisição, nos termos desta lei e na forma prevista pela legislação referente à desapropriação por utilidade pública.

Art. 7º A venda das áreas rurais desapropriadas será feita por licitação, precedida de editais ou avisos, em breve teor, afixados e rubricados na forma prevista no Código de Processo Civil, não podendo habilitar-se à aquisição quem já for proprietário rural de gleba superior a 200 (duzentos) hectares, em terras de cultura e a 2.000 (dois mil) hectares, em terras simplesmente pastais.

Parágrafo único. A venda far-se-á mediante prévia inscrição dos pretendentes, não se admitindo a aquisição a quem comprovadamente for alheio às atividades rurais de produção e pretenda adquirir a terra para especulação ou retenção sem aproveitamento produtivo.

Art. 8º Os lotes de terras adquiridos na forma desta lei não poderão ser vendidos ou alienados de qualquer modo, direta ou indiretamente, antes de decorridos 5 (cinco) anos de sua aquisição, excetuados os casos de transmissão por herança causa mortis.

Art. 9º As áreas de que trata o artigo anterior compreendem suas benfeitorias e acessórios.

Art. 10. Não haverá locação, uso e posse a título precário, mútuo e empréstimo, de terras rurais, desapropriadas.

Art. 11. A locação de bens desapropriados não incluídos na proibição da presente lei, será precedida de chamamento dos interessados, em licitação na forma estatuída no Código de Processo Civil (editais ou avisos), devendo o órgão competente, após inscrição dos interessados e obedecendo os propósitos dos pretendentes de má-fé, conceder os arrendamentos, que obedecerão normas uniformes compatíveis com o interesse social.

Art. 12. Compete à Superintendência de Política Agrária (SUPRA), instituída pela Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962, a execução da presente lei, no que reaciona com os bens de utilização rural readquiridos nos termos ora previstos.

Art. 3º Os atuais artigos 5º e 6º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, passam a ser denominados, respectivamente Art. 13 e Art. 14.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE

(Nogueira da Gama) — — Item 3:

Discussão em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, número 155, de autoria do Sr. Senador Walfredo Gurgel, que dispõe sobre a contagem de tempo de servidores requisitados pelas Sociedades da Economia Mista e dá outras providências, tendo Parecer (ns. 1.541 a 1.550 de 1964) das Comissões de Constituição e Justiça, favorável, com o Substituto que oferece, com total voto, do Sr. Senador Argemiro de Figueiredo; de Legislação Social, pela aprovação do Substituto da Comissão de Constituição e Justiça, com a emenda que oferece, de nº 1-CLS; de Serviço Público

Civil 1º pronunciamento: solicitando audiência do DASP; 2º pronunciamento: (a diligência deixou de ser cumprida em virtude de se ter esgotado o prazo regimental); pela aprovação do Projeto e rejeição do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e da emenda nº 1-CLS.

Em discussão o projeto com o substitutivo e a emenda.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, peço a palavra para me permitir orientar o Plenário em virtude da controvérsia que se estabeleceu através de pronunciamentos diversificados e antagônicos nos órgãos técnicos da Casa. Farei um resumo, Sr. Presidente, tanto quanto em mim couber, das proposições e da sua tramitação nas Comissões.

O Sr. Senador Walfredo Gurgel apresentou projeto, de lei, estabelecendo:

Art. 1º Os servidores públicos da administração centralizada ou autárquica do Poder Executivo Federal, que estejam em efetivo serviço nas Sociedades de Economia Mista há mais de cinco anos, na condição de requisitados, contarão, para efeito de estabilidade na empresa, o tempo de serviço prestado à repartição de origem.

Deve-se, portanto, ter em vista o tema decidindo da proposição, qual seja o de dar aos servidores públicos, requisitados nas condições mencionadas no artigo 1º, o direito de, para efeito de estabilidade na empresa, contar tempo de serviço prestado na repartição de origem.

Exemplificando: um funcionário do Ministério da Agricultura é colocado, mediante requisição, à disposição de uma sociedade de economia mista. Ele tem cinco anos de requisição. Nesse caso, para efeito de estabilidade, contará todo o tempo de serviço que houver vencido no Ministério da Agricultura.

A Comissão de Constituição e Justiça, através de parecer da lavra do ilustre Senador Edmundo Levi, julgou constitucional a matéria, mas entendeu de apresentar substitutivo, que reza no seu art. 1º:

Art. 1º Os servidores públicos da administração centralizada ou da autárquica, que contem mais de cinco anos de serviço efetivo em sociedade de economia mista, na condição de requisitados, poderão optar emprego na empresa, computando-se-lhes para efeito de estabilidade o tempo de serviço prestado na repartição de origem.

Vê-se, pois, que o projeto não estabelece opção empregatícia; dá o direito de contar apenas o tempo de serviço na repartição de origem e se a sociedade de economia mista quiser absorvê-lo, o servidor se exonerará da repartição de origem, mantendo-se na sociedade de economia mista, com o benefício da estabilidade.

Assim, o projeto do Senador Walfredo Gurgel não nomeia. O Substitutivo Edmundo Levi nomeia, porque a quanto vale a opção.

A matéria prosseguiu a que tramitação na Comissão de Legislação Social, onde foi apresentada a Emenda nº 1, com o seguinte teor:

Art. 1º Os servidores públicos da administração centralizada ou autárquica da União, dos Estados e dos Municípios, que pretem

serviço efetivo em sociedade de economia mista, na condição de requisitados poderão optar pelo emprego na empresa, computando-se-lhes para efeito de estabilidade, o tempo de serviço prestado na repartição de origem.

Vale dizer que o enquadramento jurídico da emenda é o mesmo que o do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Mas, Sr. Presidente, vejo um grande inconveniente, tanto no substitutivo Edmundo Levi, como na Emenda da Comissão de Legislação Social.

Não deve o Poder Legislativo estabelecer a figura da transferência de um servidor público para um órgão de economia mista. Quer-me parecer que, bem examinada a matéria há até um aspecto de injuridicidade, porque isso equivale a uma intervenção direta, digamos assim, nomeatória da administração centralizada na administração superdesenvolvida que é uma sociedade de economia mista.

Então o projeto, nos seus termos originários, coloca a questão de modo racional, porque não estabelece a opção, não transfere um servidor público para uma sociedade de economia mista, onde não existe a condição de servidor público.

O projeto do eminente Senador Walfredo Gurgel manda contar, na sociedade de economia mista, se esta decidir absorver o funcionário requisitado — e aí há o aspecto da espontaneidade que retira qualquer injuridicidade da proposição — assegurando a contagem de tempo de serviços prestados na repartição de origem.

Assim, bem agiu, a nosso ver, a douta Comissão de Serviço Público quando, através de parecer de autoria do ilustre Senador Silvestre Pereira, assim concluiu:

“Em face do exposto, opino pela aprovação do projeto e pela rejeição do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e da emenda nº 1-CLS”.

Entendemos, Sr. Presidente, por via de consequência, que se deve aprovar o projeto como inicialmente redigido, rejeitando-se o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e a emenda da Comissão de Legislação Social. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Continua a discussão do projeto, com o substitutivo e a subemenda. (Pausa).

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra para a discussão, dá-lhe-ei como encerrada. (Pausa).

Encerrada.

Em votação o substitutivo, em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico. O substitutivo tem preferência sobre o projeto. Se o substitutivo for aprovado, o projeto estará prejudicado. Em caso contrário, passar-se-á à votação do projeto.

Em votação o Substitutivo.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa).

Vai-se proceder à contagem. (Pausa).

Votaram não: 27 Srs. Senadores; votaram sim: 8 Srs. Senadores; houve uma abstenção.

O Substitutivo foi rejeitado.

A subemenda fica prejudicada; referir-se ao Substitutivo.

E' o seguinte o substitutivo rejeitado:

SUBSTITUTIVO

Art. 1º Os servidores públicos da administração centralizada ou da autárquica, que contem mais de cinco anos de serviço efetivo em sociedade

de economia mista, na condição de requisitados, poderão optar pelo emprego na empresa, computando-se-lhes para efeito de estabilidade o tempo de serviço prestado na repartição de origem.

Parágrafo único. Para os fins desta lei, considera-se válida a requisição efetuada mediante autorização contida na lei institucional da empresa ou em instrumento posterior.

Art. 2º A estabilidade dependerá do requerimento do interessado à direção da empresa em que fará declaração expressa de opção pelo emprego, para efeito de desacomulação, e se conformará da conformidade com o disposto no art. 492 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

E' a seguinte a emenda prejudicada:

Emenda nº 1-CLS

Dê-se ao art. 1º, a seguinte redação:

“Art. 1º Os servidores públicos da administração centralizada ou autárquica da União, dos Estados e dos Municípios, que prestem serviço efetivo em sociedade de economia mista, na condição de requisitados poderão optar pelo emprego na empresa, computando-se-lhes para efeito de estabilidade, o tempo de serviço prestado na repartição de origem”.

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à votação do projeto, em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa).

Vai-se proceder à contagem. (Pausa).

Votaram “Sim”, 31 Srs. Senadores; votaram “Não”, 5 Srs. Senadores; houve uma abstenção.

O projeto foi aprovado.

Votará à Ordem do Dia para o segundo turno.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 175, DE 1963

Dispõe sobre a contagem de tempo de servidores requisitados pelas Sociedades de Economia Mista, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os servidores públicos da administração centralizada ou autárquica do Poder Executivo Federal, que estejam em efetivo serviço nas Sociedades de Economia Mista há mais de cinco anos, na condição de requisitados, contarão, para efeito de estabilidade na empresa o tempo de serviço prestado à repartição de origem.

§ 1º A aquisição de estabilidade, nos termos deste artigo, dependerá de requerimento do interessado, a ser encaminhado, dentro de 90 (noventa) dias à direção da empresa.

§ 2º Trinta dias antes de completado o tempo para aquisição de estabilidade, ficará o interessado obrigado a fazer declaração expressa de opção pelo cargo que desejar ocupar, para efeito de desacomulação.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos. Antes de dar a palavra ao primeiro deles, convoco os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária a se realizar quinze minutos após o término da presente sessão ordinária. A hora exata será

fixada quando a presente sessão for encerrada.

Tem a palavra o nobre Senador Atílio Fontana. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana.

O SR. AURELIO VIANA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, recebi uma incumbência, e com prazer irei transmitir ao Senado da República, solicitando a atenção dos líderes do governo, o pensamento que está preocupando um grupo de funcionários que vêm sendo injustiçados.

O Conselho Nacional de Telecomunicações, CONTEL, contratou, à base do salário-mínimo, trinta funcionários inócuos para servirem na Delegacia de Brasília. Esses rapazes — essas moças, modestos e pobres, prestam grande colaboração ao órgão que orienta um setor dos mais importantes da vida nacional. Os seus salários são poucos, curtos, não dão para atender às suas necessidades mais prementes. São as dificuldades da vida, as contingências que todos conhecemos, os obrigam a que continuem trabalhando percebendo salários reduzidos, salários que não lhes são pagos em tempo. Sempre com atraso. E daí a razão destas nossas palavras.

De janeiro deste ano até esta data, nada receberam os funcionários aos quais estou me referindo. E verificamos que, para sobreviverem, geralmente caem nas mãos de usurários, pagando alguns deles — e é a tragédia de grande parte do funcionalismo público civil e militar da União, para não falarmos do funcionalismo dos Estados e das municipalidades, para enfrentarem problemas de solução imediata — juros de 10 por cento ao mês. Há quem fale que eles pagam juros muitos maiores.

Sei que este assunto não interessa muito, pois é um grupo pequeno, humilde, sem projeção político-eleitoral. Mas, fosse um só, estaríamos protestando contra o descaso dos poderes competentes, solicitando suas providências para que essa situação tenha termo.

Está havendo verdadeira agiotagem da parte daqueles que têm a obrigação de combatê-la. E' o Estado o agiota. Usa o dinheiro dos funcionários para outros fins, não lhes pagando salário condigno, não lhes pagando em dia, demorando o pagamento e os forçando a caírem nas garras de desalmados, de usurários, de homens sem fé, sem ideal, sem coração.

Qual a justificativa? Inexistência de verba para o pagamento do pessoal contratado da CONTEL? Não, porque existe uma dotação específica, já devidamente registrada no Tribunal de Contas da União, e ninguém sabe porque não foi usada de acordo com a sua finalidade.

Soubemos que a Direção do Conselho de Telecomunicações alega que o pagamento não está sendo feito, porque a dotação ainda não foi liberada pelo Senhor Ministro da Fazenda. Verdade? Procedem as alegações? Pouco me importa procedam ou não; o que me interessa é que seja dada uma solução imediata ao problema daqueles funcionários, que representam tantas famílias humildes e pobres. Que recebam o que o Estado lhes deve.

O Senhor Ministro da Fazenda não vem orientando o Governo ao lado do Senhor Ministro do Planejamento, para uma redução nos salários daqueles que percebem mais de 600 mil cruzeiros mensais?

Procura, porventura, saber se esses funcionários já estão comprometidos pela compra de uma casa própria; de um automóvel, hoje veículo de extrema necessidade, principalmente em Brasília, principalmente nas

grandes cidades — com seguro de vida; com a educação dos filhos em colégios particulares; com um sítio que tenha comprado; com um curso que tenha iniciado?

A esse funcionário sobrar alguma coisa para constituir-se num fundo de reserva?

Mas há essa preocupação de reduzir-se esses salários, quando na redução proposta existem inclusive injustiças flagrantes, pois um funcionário que perceba 600 mil cruzeiros mensais, teria um desconto mensal de 60 mil cruzeiros, ficando apenas com 540 mil.

Dez por cento de seiscentos são sessenta, ou não?

O projeto que li diz assim:

(Lendo):

"De Cr\$ 601.000 a Cr\$ 800.00 — 10% de redução na faixa;

De Cr\$ 801.000 a Cr\$ 1.000.000 — 15 % de redução na faixa;

De Cr\$ 1.001.000 em diante — 20% de redução na faixa."

E' o que publica, creio, o "Correio da Manhã". Ouvi uma interpretação sobre o excedente. De seiscentos e um mil a oitocentos mil cruzeiros, 10 % de redução na faixa. Exato. De oitocentos e um a um milhão, 15 por cento de redução na faixa; de um milhão em diante, 20 por cento de redução na faixa.

Deixaremos para fazer a análise no momento em que formos discutir a matéria, mas iremos provar da injustiça que existe mesmo na redução proposta dentro da faixa.

Ora, parte de onde partir, a injustiça, — se injustiça é, — deve ser condenada. Se o Ministro da Fazenda tem culpa em não liberar verba, é desumano, comete falta que não pode passar despercebida, merece a nossa condenação, levamos esse fato ao conhecimento, — em linguagem militar, — dos altos escalões da administração pública e alimentamos a esperança de que haja solução imediata para essa crise que preocupa, que assombra, que amargura a alma e o espírito desses humildes funcionários públicos.

Estamos em fim de sessão. Talvez as palavras caíam no vácuo, mas elas são dirigidas ao Executivo.

As pronunciamentos, para que a nossa consciência se tranquilize, para sua tranquilidade absoluta, porque não nos devemos lembrar dos humildes apenas às vésperas das eleições, quando a nossa candidatura entra em jogo, quando as ambições do poder despertam e nos levam à luta para a conquista do voto.

Apelo para as autoridades responsáveis pelo pagamento dos salários aos funcionários. Desejo que as nossas palavras cheguem até eles.

Dizem que as relações públicas do Poder Executivo varejam o "Diário do Congresso", dissecam-no, estão em dia com o que aqui se discute e que cada palavra nossa tem a sua ficha particular.

Se procedem as informações, então, estamos na esperança de que estas palavras cheguem aqueles que podem determinar, ordenar a liberação da verba necessária ao pagamento dos humildes funcionários do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Senhor Presidente, estas as palavras que, neste instante, desejávamos pronunciar, para que os funcionários saibam que ainda há, no Congresso, quem se interesse pela sua sorte; que ainda há representantes do povo que, com jornalistas nos seus postos, com assistência numerosa ou não, com Plenário vazio ou não, desincumbem-se da sua missão e não se esquecem, não se olvidam, de que têm um dever a cumprir, até o fim do seu mandato. Que esses funcionários se-

jam atendidos, é o nosso desejo e com satisfação receberíamos qualquer providência neste sentido.

O salário atual não dá para que a maioria dos funcionários públicos deste País possa viver com dignidade. Imagine-se, então, a tragédia de um grupo que não recebe, sequer, em dia, os seus parcos vencimentos. Enquanto isto vem acontecendo, levantam-se vozes de representantes do povo, de Líderes do Governo, tentando justificar o injustificável. Declaram que tudo vai bem, que há satisfação generalizada, que o povo aceita, com certo prazer, o sacrifício que lhe é imposto, o ônus, o peso tremendo colocado nos seus ombros — que há estabilidade econômico-financeira, que o custo de vida foi detido, que a inflação não mais se processa naquele ritmo que estávamos acostumados a apreciar. Hoje, um Senador, conversando comigo, sobre isso, declarou-me: — "A minha mulher não acredita nisso". Eu respondi-lhe: — "Nem a minha". Nenhuma dona-de-casa acredita nisso. Nenhum homem de mediana inteligência aceita argumentos que tais. E as greves que se projetam, e as assembleias sindicais, onde os industriais que manipulam com capital nacional discutem o problema econômico-financeiro deste País, desmentem as afirmativas que vêm sendo feitas.

O Sr. José Ermírio — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANA — Quando o Senado aceitou a Comissão que vai estudar a crise açucareira do Nordeste, reconheceu que a crise existe. Com muito prazer, Senador José Ermírio.

O Sr. José Ermírio — Admiro o discurso de V. Exa., porque através dele, V. Exa. pinta a realidade do País. A classe média não tem recursos para comprar os objetos mais necessários à sua subsistência. Os operários, em dezenas e dezenas de fábricas, estão vivendo, no momento, das indenizações que recebem ao serem dispensados. Dezenas e dezenas de fábricas deram férias coletivas, agora, para poderem agüentar mais alguns dias a situação econômico-financeira em que ora se encontram. Diante destes fatores todos pergunta-se: com este aumento de despesas, com este aumento de juros, — não sei o que vai acontecer — será que vai baixar o preço de alguma coisa?

O SR. AURELIO VIANA — V. Exa. conhece o problema em profundidade. Lido os jornais de São Paulo, diariamente, é a pergunta daqueles que estudam o problema econômico deste País. Sobre o café, por exemplo, indaga-se porque estamos perdendo os mercados que possuímos, perdendo divisas, aniquilando a fonte de poder extraordinário. Canalizando o problema da indústria de tecidos surge a mesma inquietação, a mesma pergunta sem resposta.

A preocupação primeira é a eliminação de um deficit orçamentário nunca eliminado, é conter-se a emissão de papel-moeda não contida ainda, através de processo acelerado e distorsivo de aumento tributário, e das exigências de sacrifícios cada vez maiores, de uma população cujo poder de compra diminui, dia após dia. E' o poder nacional que define, pela crise que se aprofunda, a econômico-financeira.

Sr. Presidente, o recado foi dado. O Senado não ficou ausente, aceitou a incumbência de transmitir, em nome desses funcionários, a sua mensagem aqueles que empolgam o poder neste momento. Que resolvam esse problema, pequenino para os grandes e muito grande para os pequenos. Que lhes paguem por que o Estado lhes deve os seus salários, parcos, pequenos, mas que devem ser pagos em dia, para que um pouco de pão, pelo menos, não falte às suas mesas. E' o

nosso apelo, em seu nome, e a sua mensagem, por nosso intermédio. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o Sr. Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, dois assuntos me trazem à tribuna, ainda que rapidamente. Primeiro, para dar conta da documentação que me foi enviada pelo Ilustre Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Eduardo Gomes, com relação ao discurso que pronunciei sobre a PANAIR do Brasil, procedendo à leitura da carta do Dr. Paulo Sampaio.

O Brigadeiro Eduardo Gomes, com aquele zelo indiscutível e o pundonor que lhe é característico, enviou-me toda a documentação que contradiz os argumentos oferecidos ao exame desta Casa e dos quais fui o veículo, procedendo à leitura da referida carta. Aqui se historia tudo e eu peço a V. Exa., Sr. Presidente, que esta do-

cumentação faça parte do meu discurso.

O segundo assunto é o seguinte: desejo enviar, desta tribuna, minhas condolências ao povo de Paraíba do Sul e Três Rios, que assistiu, há dois dias, a um dantesco espetáculo, com perda de dezenas de vidas e bem feridos que ainda se encontram nos hospitais de Barra do Pirai, Três Rios e Paraíba do Sul. Mais de trinta mortos foram, ontem, sepultados naquele Município tão importante da terra fluminense. Esse trágico acontecimento não servirá apenas para minha lamentação, mas também para um pedido à Rede Ferroviária Federal, no sentido — vez que foi apontado pela imprensa que houve uma falha de material — de que essas falhas porventura existentes sejam corrigidas a tempo, a fim de que novas tragédias não se repitam.

Como representante fluminense, associo-me à dor e ao luto que neste instante tomam conta, não apenas de Paraíba do Sul e de Três Rios, mas de toda a velha província e também, Sr. Presidente, do povo brasileiro, porque ali, brasileiros, trágicamente perderam a vida. (Muito bem.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR VASCONCELOS TORRES EM SEU DISCURSO.

1) COMPRA DAS AÇÕES PELO GRUPO MARIO SIMONSEN-CELRO ROCHA MIRANDA E SEU PREÇO:

a — Em 1961, a Panair tinha todo o seu capital de Cr\$ 88.000.000 (oitenta e oito milhões de cruzeiros) absorvido e várias vezes, pelos prejuízos verificados nos anos anteriores. As perdas confessadas por ela, so no exercício de 1961, foram de Cr\$ 400 milhões, isto é, de mais 4 vezes o seu capital.

As suas ações de valor nominal de Cr\$ 200 estavam cotadas, em Bolsa, a Cr\$ 100.

b — O grupo Mario Simonsen-Celso Rocha Miranda, em 24 de junho de 1961, adquiriu o controle desta empresa insolvente, comprando 64% das suas ações, em tres grandes lotes, pagando o preço de Cr\$ 266.320.000 ou seja quase cinco vezes o valor nominal das referidas ações e quase dez vezes o seu valor em Bolsa. Este preço foi fixado, livremente, entre as partes interessadas, não tendo resultado de flutuação de Bolsa, por uma maior procura dos títulos, pois as ações, conforme foi dito, não foram compradas do público, em geral; mas, de alguns poucos acionistas que controlavam a empresa.

c — O citado grupo Simonsen-Rocha Miranda nunca se dedicou ao transporte aéreo. O Sr. Mario Simonsen era especialista em operações financeiras e o Sr. Celso Rocha Miranda em operações de seguro.

d — Assim, o referido grupo não poderia ter e nunca teve, como os fatos demonstraram, cabalmente, o menor interesse em recuperar a Panair como empresa de transporte aéreo.

2) ATUAL CAPITAL DA PANAIR

a — O atual capital da Panair é de Cr\$ 528.000.000, em face do aumento de Cr\$ 440.000.000, realizado em 22 de abril de 1964. No entanto, deste aumento realizado há quase um ano, só foram pagos pelos acionistas, Cr\$ 88.000.000, apesar da situação de enorme necessidade de dinheiro em que se encontrava a Panair, necessidade esta tão grande e tão premente, que ela ainda não havia pago os salários do mês de janeiro da maioria dos seus empregados, quando foi declarada a sua falência, em 15 de fevereiro.

O Sindicato da faiência, certamente, irá tomar as providências legais cabíveis para que sejam recebidos os Cr\$ 352 milhões correspondentes à parte do aumento de capital que não foi paga e que muito ajudará a resolver a situação difícil em que se encontram os empregados da Panair.

b — Em 20 de novembro de 1964, a Panair reavaliou o seu ativo imobilizado pretendendo, com a reavaliação elevar o seu capital para Cr\$ 336.000.000. O Ministério da Aeronáutica, porém, não aprovou este aumento de capital, de perto de Cr\$ 6.000.000.000, porque a Panair não apresentou o cálculo da correção monetária do seu ativo imobilizado; nem a relação dos bens reavaliados; nem a relação das dívidas em moedas estrangeiras, para que o Ministério pudesse verificar a exatidão do pretendido aumento de capital.

c — Assim, todas as alegações feitas na carta do Dr. Paulo Sampaio, neste particular, não correspondem à verdade.

3) OS PREJUÍZOS DA PANAIR: OPERACIONAIS E DE BALANÇO

a — Os "deficits" da Panair foram:

	1961	1963	1964
Operacionais ..	1 bilhão e 800 milhões	3 bilhões	6 bilhões e 300 milhões
De balanço	400 milhões	20 milhões	1 bilhão e 500 milhões

b — O "deficit" operacional é o apurado pela Diretoria de Aeronáutica Civil, com base nos elementos fornecidos pela própria Empresa, computando-se para o seu cálculo toda a receita decorrente do transporte aéreo e toda a despesa gerada em função deste serviço.

O "deficit" de balanço é aquele que a Diretoria da Panair faz figurar na conta de "Lucros e Perdas".

c — A diferença entre o "deficit" operacional e o de balanço reside na DAC não poder aceitar como receita, e como despesa diversos lançamentos pretendidos pela Panair, além de impugnar a inclusão de determinados débitos e créditos em conta de restituições pendentes.

d — A DAC jamais aprovou qualquer balanço da Panair, e muito menos considerou como exato o prejuízo constante da conta de "Lucros e Perdas".

e — De qualquer maneira, quando uma empresa, com um capital de Cr\$ 88 milhões, perde, só no ano de 1963, confessadamente, Cr\$ 1 bilhão e quinhentos milhões, não é necessário ser provado o prejuízo real de Cr\$ 6 bilhões e 700 milhões, para se poder afirmar que ela está, totalmente, insolvente.

4) SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS FINANCEIROS CONCEDIDOS A PANAIR

a — A Panair recebeu, somente, nos últimos três anos, os seguintes auxílios e subvenções do Governo Federal:

	1962	1963	1964
Subvenções	913.316.000	866.722.030	1.743.900.000
Auxílio reequipamento	744.393.000	445.934.000	737.164.000
Auxílio de emergência	890.872.000	1.452.000.000	1.209.000.000
Totais	2.550.281.000	2.764.706.000	3.690.164.000

b — Porquanto, a Panair, só no último triênio, em subvenções e auxílios, recebeu do Governo Federal mais de nove bilhões de cruzeiros.

c — Ainda assim, teve os prejuízos já mencionados, que eram, também, financiados, pelo próprio Governo, como decorrência do não pagamento pela Panair dos seus débitos com o Banco do Brasil S. A. e o BNDE.

5) DÉBITOS VENCIDOS DA PANAIR PARA COM O BANCO DO BRASIL E O TESOURO NACIONAL

a — Os débitos vencidos da Panair, em 31 de janeiro de 1964:

	Cr\$
— para com o Banco do Brasil	2.749.064.000
— para com o Banco do Brasil, por conta do Tesouro Nacional	9.085.577.000
— para com terceiros, registrados na SUMOC, comprometendo inclusive o aval dado pelo BNDE	23.464.250.000

b — O total dos citados débitos vencidos era, portanto, de Cr\$ 38 bilhões 299 milhões em números redondos, sem a inclusão nesta cifra dos débitos aos bancos locais fornecedores e Institutos de Aposentadoria e Pensões.

c — O montante dos débitos vencidos e não pagos e superior ao dobro de toda a receita bruta de um ano da Panair, e mais do dez vezes todos os auxílios e subvenções pagos a Panair, no ano de 1964 e ao total de todas as subvenções e auxílios que o Congresso Nacional concedeu a toda a indústria aérea durante o citado ano.

d — Assim, a situação econômica da Panair tornou-se irreversível.

e — Se a sua última Diretoria nega estas cifras, alegando que o débito da Panair ao Banco do Brasil, inclusive por conta da União Federal e das despesas Cr\$ 4 bilhões e 400 milhões, ela própria ignorava a real situação da Panair.

6) DÉBITOS A VENCER DA PANAIR PARA COM O BANCO DO BRASIL E O TESOURO NACIONAL

a — Além dos débitos vencidos acima mencionados, a Panair já tinha contraído os seguintes débitos a vencer-se dentro de curtos prazos:

	Cr\$
— para com o Banco do Brasil	10.759.552.000
— para com o Banco do Brasil por conta do Tesouro Nacional	1.090.230.000
	11.848.782.000
— para com terceiros, registrados na SUMOC, comprometendo inclusive o aval dado pelo BNDE	50.434.700.000
Total	62.283.482.000

b — Assim, o total dos débitos vencidos e a vencer da PANAIR, sem incluir os bancos locais, fornecedores diversos e Institutos de Aposentadoria e Pensões em números redondos de Cr\$ 62 bilhões mais Cr\$ 38 bilhões, isto é, Cr\$ 100 bilhões de cruzeiros.

c — Como a Panair não apurava lucro pelas suas operações; mas, pelo contrário, prejuízos, que aumentavam, de ano para ano, é evidente que ela não poderia jamais pagar os seus compromissos financeiros, salvo vendendo parte dos seus bens, o que importaria, nela própria, se desfazer da imprescindíveis para executar os serviços aéreos que lhe estavam confiados.

d — Assim, é totalmente, incompreensível a Panair pretender debater a sua liquidez econômica, afirmando cifras nada realistas — e ainda por cima em dólares — referentes ao seu ativo e ao seu passivo.

e — É ainda interessante salientar que a Panair, na carta escrita pelo Dr. Paulo Sampaio, alega, como *único motivo da sua situação de insolvência, textualmente, a "imprevidência dos governos passados que não quiseram ou não puderam realizar o reajuste das subvenções reclamadas"*, como se o governo tivesse o dever cobrar — com os impostos dobrados de todo o povo brasileiro — os "déficits" decorrentes da péssima administração de uma empresa privada.

7) SEGUROS

a — As taxas dos seguros feitos pela Panair aumentaram, enormemente, depois que o grupo Simonsen-Rocha Miranda passou a controlar a empresa.

	1961	1962	1963	1964
D.C. 7	4,6 %	6 %	6,2 %	3 %
Constellation	7,5 %	8,87 %	7,7 %	3 %
Caravelle	—	5,28 %	4,09 %	2,85 %
D.C. 8	—	7,05 %	6,35 %	4,35 %

b — A antiga Diretoria da Panair não nega a verdade destas taxas, nem, portanto, que as taxas *dobraram* depois que o grupo Simonsen-Rocha Miranda passou a "controlar" a Panair e nem que elas baixaram para metade depois da revolução de 31 de março.

c — Ela alega, apenas, que os valores dados, em 1962, aos DC-7 e aos Constellations, para efeito de seguro, foi menor do que aquele dado em 1961.

Em outras palavras: em 1961 os DC-7 estavam seguros por US\$ 850.000.000 e os Constellations em US\$ 150.000.000. Em 1962, estas aeronaves foram seguradas, respectivamente, por US\$ 600.000.000 e US\$ 120.000.000.

Acontece que, como é evidente, toda e qualquer aeronave, de um ano para outro, perde uma parte substancial do seu valor, expresso em dólares, isto é, deprecia-se, grandemente. Assim, a defesa da Panair consiste em alegar que, quanto aos seguros, só ocorreu uma irregularidade e não duas; isto é, houve majoração das taxas do seguro; mas, não ocorreu também, majoração do valor verdadeiro do avião.

d — E de ser mencionado que a Diretoria da Panair, em sua citada carta declara, sobre o valor real dos Constellations: "como; sabido, são aviões obsoletos e inteiramente amortizados nos livros da empresa."

e — Para ser verificada a majoração havida nas taxas de seguro é interessante uma comparação entre as taxas de seguro, respectivamente, dos Caravelles, dos DC-7 C Super Constellations e dos DC-8/Boeing pelas diversas empresas:

Empresa	1962	1963
Panair	5,28 %	4,69 %
Cruzeiro	4,52 %	3,69 %
Varig	4,133 %	3,65 %

E interessante salientar que os seguros da Panair e da Cruzeiro, por taxas tão desfavoráveis a Panair foram ambos feitos na mesmíssima companhia seguradora, a Celina.

DC-7C Super Constellations:	1961	1962	1963
Panair	4,625	6,0	6,2
Varig	3,5	2,85	2,85
DC-8 Boeing:	1961	1962	1963
Panair	7,04	6,10	6,98
Varig	5,666	5,86	4,39

1 — A Panair declara que as citadas taxas foram estabelecidas pelo Instituto de Resseguros do Brasil, órgão do governo, que por sua vez vai buscá-las no exterior.

A Diretoria da Panair omite, porém, talvez por ignorar:

I — que, em 1962 e 1963, era Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, o Sr. Oryma Pereira Teixeira;

II — que o Sr. Oryma Pereira Teixeira era membro do Conselho Fiscal da Panair;

III — que a Corretora de seguros da Panair era a Ajax Corretores de Seguros, que pertence ao Grupo Celso Rocha Miranda.

IV — que a empresa no estrangeiro, que fornecia as taxas de seguro ao Instituto de Resseguros do Brasil era a Willis, Faber & Dumas, que era repudiada, no Brasil, precisamente, pela Ajax Corretores de Seguros.

8) ARRENDAMENTO DO DC-8 A PAN AMERICAN E LOCAÇÃO DO MESMO AO GOVERNO PORTUGUÊS

a — A antiga Diretoria da Panair nega que se trate de arrendamento de avião, afirmando que se trata de compra, com reserva de domínio, mediante pagamento do preço em prestações. Outrossim, declara que o mencionado avião não foi alugado a Companhia Portuguesa TAP, mas sim fretado.

b — Ela não nega, porém, que os dólares referentes a cada prestação, lhe foram vendidos pelo Banco do Brasil, para pagamento a prazo e que o preço do fretamento a TAP foi recebido por ela, em dólares, à vista.

c — Assim — ainda que fossem verdadeiras as características jurídicas dadas pela Panair às operações, o que não é exato — mesmo nesta hipótese, as características financeiras e de moral administrativa, das duas operações, continuam, exatamente as mesmas.

9) DÍVIDA DA PAN-AMERICAN AVALIZADA PELA WASIN

a — A diretoria da Panair afirma ao ter dado preferência para o pagamento da dívida da Pan-American avalizada pela Wasin sobre a compra de sobressalentes.

b — No entanto, em 1963 e 1964 ela utilizou os dólares adquiridos ao Banco do Brasil, em uma percentagem muito maior para amortizar a mencionada dívida do que para comprar sobressalentes.

10) BILHETES VENDIDOS PELA PANAIR, SENDO O TRANSPORTE REALIZADO POR OUTRAS EMPRESAS

a — É exata a alegação da Panair de que os bilhetes emitidos por uma empresa quando o transporte é realizado por outra não reembolsa-dos através da Câmara de Compensação Nacional.

b — Não nega, porém, a Panair, a sua conta na referida Câmara apresentava sempre saldo negativo o que já é anormal e que o seu débito aumentava, mensalmente, passando de Cr\$ 10 milhões em 1963, para Cr\$ 141 milhões em dezembro de 1964, sem falar no seu débito perante a IATA (Câmara de Compensação Internacional).

Este fato prova — e não foi contestado — que a Panair obtinha financiamento, para a sua caixa, vendendo passagens cujo transporte era realizado, sistematicamente, por outra empresa.

11) COMISSÃO PAGA A EMPRESAS DO GRUPO SIMONSEN-ROCHA MIRANDA

a — A Panair pagou a Wasin S. A. — empresa pertencente ao mesmo grupo que controlava o seu capital — uma comissão de 2% ao ano — ou sejam, 140 milhões de dólares *anuais* — sobre a quantia de 7 milhões de dólares devida a Pan American, sob o fundamento da Wasin ter avalizado as notas promissórias, referentes à mencionada dívida.

b — Além disso, a Panair pagou a Mario Wallace Simonsen & Sons Trust Corporation a comissão de 4%, também ao ano — ou sejam mais de 240 mil dólares *anuais* — sobre 6 milhões 127 mil dólares, valor do preço total da compra de um DC-8, a título de garantia dada pela aludida firma do pagamento do referido preço de compra, apesar do avião ter sido vendido com reserva de domínio a favor da vendedora e de ter sido pago, à vista, por conta do preço a soma de US\$ 1.225.400.00 sobre a qual também foi calculada a comissão.

c — Estes dois fatos da maior gravidade, especialmente, em face do estado de insolvência em que se encontrava a Panair e dos auxílios financeiros recebidos do Governo Federal, não são contestados.

São, apenas, justificados, com a alegação do B.N.D.E. cobrar de terceiros, uma comissão, pelos avais que ele concede em nome do Tesouro Nacional.

12) A SEGURANÇA DE VOO

a — A segurança de voo está ligada, como é evidente à aquisição de peças e ao serviço de manutenção.

b — A Panair possui técnicas e maquinaria, para realizar um serviço de manutenção perfeito, desde que tivesse peças novas para substituir as defeituosas.

c — Acontece, porém, que a Panair, em virtude da sua situação financeira, não estava em condições de adquirir as peças necessárias para a renovação do seu almoxarifado, e de fato não as comprava. Da quota de US\$ 360 mil dólares, para o ano de 1961, ela só utilizou a metade.

d — em face desta situação:

- dos onze "Constellations" os três estavam em estado de voo;
- dos cinco "Catalinas" só um podia voar;
- dos três "Caravelles" só um estava apto para voar.

e — Assim, o equipamento de voo da Panair já estava abaixo do mínimo exigido para a operação das linhas a seu cargo, dentro dos limites normais de segurança de voo.

13) A SITUAÇÃO DOS EMPREGADOS

a — O Governo Federal, especialmente, o Ministério da Aeronáutica, tendo feito tudo e tudo fãr, na medida do possível, para amparar a situação dos funcionários da Panair que, durante anos, lutaram para defender e engrandecer um patrimônio que é do próprio País: funcionários-esses que se encontram em dificuldades devidas, exclusivamente, aos atos praticados pelo grupo de financistas que passou a controlar a Panair.

b — Devido aos esforços do Governo:

503 funcionários já estão colocados na Varig e em processo de aproveitamento 307, vagas a serem preenchidas e novos serviços a serem criados, totalizando 1.630 funcionários.

A Varig pretendia absorver mais 400 funcionários de telecomunicações, que entretanto terminaram organizando empresa própria.

Continuam trabalhando mais de 600 funcionários da Selma, sob a responsabilidade do Ministério da Aeronáutica.

A Cruzeiro do Sul também vai absorver de 3 a 4 centenas de funcionários e operários da antiga Panair.

Também o Governo está dando prioridade aos funcionários com tempo de aposentadoria.

c — O grupo Rocha Miranda-Sumonsen controla mais de vinte empresas que por este motivo são solidariamente responsáveis com a Panair do Brasil S. A. pelo cumprimento dos contratos de trabalho dos empregados da Panair, conforme prevê expressamente, o § 2º do art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

Até hoje, porém, nenhuma destas empresas empregou ou mesmo ofereceu emprego a qualquer empregado da Panair.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Le o seguinte discurso) — Senhor, Sr. Presidente, Srs. Senadores, um ano transcorrido do movimento de 31 de março, e tempo de situar-se de maneira justa e honesta a posição ocupada pelos trabalhadores brasileiros diante daquele pronunciamento militar e do Governo por ele implantado no País. Tanto maior e essa necessidade quando os comentaristas oficiais do movimento armado vitória-risista insistem, unânime e sistematicamente, em atribuir aos trabalhadores uma atitude que não corresponde, nem longe a evidência dos fatos.

Procura-se impor a opinião nacional, como uma verdade consumada, a versão de que as massas assalariadas teriam tomado o caminho da "colaboração" com o atual Governo. Verifica-se mesmo que certos porta-vozes do Executivo assum, como alguns or aos de imprensa, ao contestar a validade de extensões formuladas pelos círculos empresariais, costumam argumentar com o aparente conformismo dos trabalhadores. Proclamam que os operários, embora suportando o peso maior dos sacrifícios resultantes da atual política econômico-financeira, compreenderam ser justo, na se instante calar os seus protestos, esquivar-se às suas reivindicações, abandonar os seus interesses. E não vacilam em exibir as supostas provas desse suposto acordo: desaparecer a "agitacão sindical"; "ninguém pensa em realizar Congressos operários"; "as greves deixaram de existir".

Seria errôneo imaginar, Sr. Presidente, que tais analistas ou porta-vozes oficiais estejam tomando a nuvem por Juno. Sabem eles perfeita-

mente distinguir uma coisa da outra. E se distorcem a realidade, fazem-no por cálculo, numa vã tentativa de encobrir os processos e atos ilegais que se converteram em rotina e, ao mesmo tempo, conduzir a opinião pública a erros de apreciação e julgamento.

E fato que o movimento reivindicatório dos trabalhadores, já há um ano, encontra-se em estado virtual de silêncio. É fato que as entidades sindicais dos assalariados perderam, nesse período, a vivacidade e o entusiasmo de tempos atrás. É fato que as greves — não me refiro às controversas greves políticas, mas às greves econômicas, de legitimidade indiscutível — praticamente sumiram do cenário nacional. Mas ainda: é fato que já não digo as greves, mas as simples reclamações perante a Justiça do Trabalho decresceram, quantitativamente. Tudo isso é um fato, à vista de todos.

Não seria tolerável, entretanto, Senhor Presidente, permitir-se, sem uma reflexão, que as propagandas do atual Governo continuem a tergiversar esse fato, dando-lhe uma interpretação arbitrária e fraudulenta. Para repetir um termo muito em voga em certas áreas governamentais, estamos diante não de um equívoco, mas de uma falácia — esta, sim, uma falácia autêntica.

Os sindicatos operários estão vazios e os movimentos reivindicatórios, experimentam uma fase de refluxo porque se instaurou no País, há um ano, a opressão sindical, ainda hoje truculenta e asfixiante. Em todos os planos — o econômico, o político, o cultural — estabeleceram-se uma ordem de coisas fundada, com uma cruel meticulosidade, no propósito de pisotear as conquistas sociais e impedir o advento de um futuro melhor para os trabalhadores.

Mediante as intervenções, os sindicatos foram decapitados. Embora tenha o Sr. Presidente da República afirmado em São Paulo, em novembro do ano passado, que "no Ministério do Trabalho dos governos anteriores havia interferência governamental nas questões dos trabalhadores e hoje não existe essa interferência", ainda agora centenas de sindicatos — e, entre eles, quase todos os mais importantes — encontram-se, declaradamente, sob a tutela oficial. Essa tutela se exerce no sentido de submeter os trabalhadores ao congelamento salarial, de afastá-los de qualquer participação positiva no debate dos problemas de interesse da Nação, enfim, de municipalizar os sindicatos, transformando-os em docéis instrumentos do Ministério do Trabalho. Curioso, Sr. Presidente, é que se levantava ontem contra os sindicatos de empregados, para efeito de colocá-los na ilegalidade, a acusação de desenvolverem ação política favorável às reformas de base e ao Governo do Sr. João Goulart, enquanto vemos agora merecerem as graças das mais altas autoridades as organizações sindicais dos empregadores por suas manifestações de apoio aos novos detentores do Poder. Violavam a lei os sindicatos de trabalhadores quando se solidarizavam com o Governo anterior, legalmente constituído, mas nenhuma violação da lei se admite agora, quando os sindicatos patronais, inclusive através de copiosa publicidade paga, endeusam o Governo emergente de um pronunciamento militar. Como no conhecido caso daquele "coronel" do interior, a lei só deve ser aplicada contra o inimigo, isto é, os trabalhadores.

Simultaneamente com a supressão da liberdade e autonomia sindicais, desferiu-se contra os assalariados uma furiosa investida no terreno econômico. Desde os primeiros dias do atual Governo, e ferindo a lei com absoluta impunidade, várias empresas, entre as quais as de economia mista, despediram e continuam a despedir trabalhadores, mal se esboça uma ação reivindicatória. Ainda há poucos dias, deztozto operários foram sumariamente demitidos de uma fábrica têxtil na Guanabara por terem participado de um protesto contra a retenção de salários. Oito desses empregados gozavam já de estabilidade. E assim vem sendo em todo o País. É verdade que, a esta altura, o problema das demissões vem adquirindo outro caráter, extremamente mais grave: o desemprego em massa, por enquanto em determinados setores da produção industrial, como consequência da desastrosa política econômico-financeira posta em prática pelo Governo. Mas a esse assunto voltarei, em outra oportunidade.

O que pretendo hoje salientar é que a vida sindical, não obstante as garantias constitucionais e os compromissos contrados pelo Brasil como país signatário da Convenção Internacional do Trabalho, encontra-se submetida ao arbítrio e à opressão. Nenhum exemplo será mais ilustrativo do que o Porto do Rio de Janeiro.

Veja-se a que absurdos chegamos, Sr. Presidente: por determinação expressa da Administração do Porto carioca, estão os trabalhadores da faixa do calis proibidos em reunir-se em qualquer tipo de aglomeração, mesmo nos períodos de folga.

Não quero, aqui, referir-me às atividades anteriores da União dos Portuários do Brasil, mas agora o novo interventor do Porto abrindo portaria que baixou, disse que era não deveria interessar-se senão por atividades recreativas, isto é, converter-se num clube de danças. De uma simples penada, portanto, um subalterno do Governo, sem que nada lhe aconteça, decide revogar a Constituição da República.

O trabalhador e o sindicato brasileiro estão sendo empurrados para trás, numa cruzada obscurantista em que se associam o Estado e as forças sociais mais retrógradas do País. Mencionei dois exemplos, oferecidos pela Guanabara. As centenas, exemplos semelhantes poderiam ser encontrados em qualquer outra área da Federação. Vejamos, por exemplo, o que ocorre em Pernambuco, principal centro econômico e cultural do Nordeste. Desde o ano passado, logo em seguida à deposição do Governador Miguel Arraes — as violências políticas e a sonegação de direitos adquiridos passaram a afligir a existência dos assalariados, especialmente os da agroindústria do açúcar. Tão grave se tornou a situação que, em outubro de 1964, o Ministério do Trabalho viu-se forçado a enviar um observador especial ao Nordeste. Relatos e tão vexatórias foram as irregularidades então observadas que se anunciou a criação de uma comissão interministerial com a tarefa de dar "rápida execução às medidas tendentes a assegurar direitos adquiridos e normalizar a vida sindical naquela região".

Seis meses se escoaram. E, ao invés de garantidos, o que se constata hoje é que os direitos dos trabalhadores perdestinados estão sendo mais esprelhados ainda. E a sua atividade sindical, mais do que antes, sujeita a incessantes e inconcebíveis arbitrariedades. O salário-mínimo é sistematicamente negado, para não falar em outras conquistas alcançadas. E mais: acobertados por todas as impunidades anteriores, os usineiros notificaram a Delegacia Regional do Trabalho, sem o mais remoto fundamento legal, no sentido de eximir-se de qualquer ação fiscalizadora no que diga respeito à remuneração dos assalariados, até que o Instituto do Açúcar e do Alcool forneça aos donos de usinas as verbas por eles pedidas. É possível que seja mandado um novo observador oficial ao Nordeste. É possível até que se anuncie a formação de outra comissão interministerial. Mas, enquanto isso, os trabalhadores do açúcar no Nordeste, quando conseguem trabalho, ganham abaixo do salário-mínimo — Cr\$ 1,60 por dia, para comprar um quilo de charque por Cr\$ 2.000 e mais.

Sr. Presidente: em sua recorte Mensagem ao Congresso Nacional afirma o Sr. Presidente da República que o verdadeiro trabalhismo, tal como o entende e define o Governo, é aquele que defende a renda real dos assalariados e a sua ampliação na proporção do crescimento da economia, multiplica as oportunidades de emprego e as possibilidades de participação da massa trabalhadora na riqueza nacional, integrando-a definitivamente numa sociedade cada vez mais humana e mais justa.

Belas palavras, sem dúvida, tanto como as pronunciadas em São Paulo, sobre a liberdade sindical. Todavia, como conciliá-las com os fatos diários e aberrantes que levam, dia a dia, as massas assalariadas à penúria e ao desespero? Como combinar-se a defesa da renda real dos trabalhadores com a cumplicidade oficial face à sonegação afrontosa até mesmo do salário mínimo? Mais do que as promessas, que se dissolvem ao primeiro sopro da realidade, o que se evidencia é essa cumplicidade — que começa na delegacia de polícia e termina nos gabinetes ministeriais.

Sr. Presidente: nada mais falso do que confundir com uma presentença "colaboração" a apatia forçada que deprime a vida sindical brasileira de nossos dias. Os trabalhadores e suas organizações profissionais acham-se encurralados sob o peso de um implacável sistema de opressão. Não se nega que alguns sindicatos têm sido autorizados a realizar eleições. Mas

acontece que, ainda nesse caso, subsiste a odiosa intervenção governamental: a decorrente da inconstitucional Portaria n.º 40, do Ministério do Trabalho, que exige dos candidatos inclusive o atestado de ideologia, e a da polícia política, invariavelmente presente e sempre pronta para ameaçar e prender.

Estes são os fatos, revoltantes e incontestáveis.

É necessário que o Governo Compreenda, que para uma Nação viver, mister se torna não estimular a uniformidade de pensamento e ação que é de ser desejada mesmo que se pudesse conseguí-la.

A História registrou, de maneira cruel, que nos momentos de mais fervor religioso inúmeras seitas apareceram concomitantemente, e as suas rivalidades estimularam a vida religiosa em geral.

Esperamos, Sr. Presidente, que se insdure realmente no país a liberdade sindical a liberdade de poder o trabalhador reclamar o que a lei já estabelece, para que não se diga, pela imprensa por voz de certas autoridades governamentais que o trabalhador está satisfeito porque não faz greves, nem congressos operários, para novas reivindicações. (Muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI:

(Sem direito do orador) — Senhor Presidente, sei o que tem. Apenas comentei em algumas palavras, dois fatos que dizem respeito a Brasília.

Quando segunda-feira passada, tive oportunidade de descobrir, aqui sobre os móveis que deverão ser vendidos aos seus ocupantes. Aparentemente, a maioria dos que se revestiu a avaliação desses móveis e as dificuldades que enfrentam a população de Brasília, em face da angústia de habitação.

O que a firma que, se concluídos os blocos residenciais já iniciados, teriam de lançar, mais de quarenta mil e quinhentas unidades entregues a população da Capital. Naquela ocasião, porém, feriu-se a ilicitude de certas práticas que reverteram no desastre que está ocorrendo em Brasília.

O "Correio Braziliense" de hoje traz mais uma notícia da calamidade que pesa sobre Brasília em face dos negócios desonestos realizados na construção dos blocos residenciais. A página, 5 diz o jornal: (Lê)

(Lendo)

Mais um bloco na Asa Norte foi interditado, por não oferecer condições de segurança e habitabilidade a seus moradores. Dessa vez é o bloco 48, onde residem em sua maioria funcionários do Hospital Distrital.

Cerca de trinta e seis famílias estão ameaçadas de perder suas residências e serem forçados a residir em estíguas quartas de hotéis. Uma rachadura causou inclinação na parte traseira do prédio, daí ter sido condenado.

Se segue fazendo comentários a respeito do que estaria ocorrendo com essas trinta e seis famílias para, afinal, dizer:

NINGUÉM ASSUME RESPONSABILIDADE

Disse-nos o senhor Mário Braga, residente no apartamento 305, que na tarde de ontem uma comissão de moradores comandada pelo síndico Leopoldo da Silva Porto, esteve com o Delegado do ZAPC, cujo Instituto é responsá-

vel pelo bico. Receberam a resposta de que o Instituto diante do fato não se responsabiliza e que isso é com o GTE, que, por sua vez, diz que a culpa é da "Capua & Capua" construtora da Asa Norte.

E' a mesma firma a respeito da qual foram feitos aqui candentes comentários, quando tratamos da situação angustiosa em que se debate a população de Brasília, pela inexistência de apartamentos e pelo mal estado dos que existem. A comprovação aqui está. Trinta e seis famílias jogadas na rua porque a firma construtora Capua & Capua não foi chamada à responsabilidade pelo crime cometido de não construir, mas amontoar pedra e areia criando uma situação de constante ameaça de desabamento sobre os seus moradores.

Até hoje não foi apurada a responsabilidade. Existem requerimentos nesta Casa, inclusive do nobre Senador Arthur Virgílio, pedindo informações a respeito dos negócios da firma Capua & Capua. Esta firma é daquelas que, segundo o dito popular tem sebo no corpo, porque o Ilustre então Ministro Almino Afonso, ao se lançar contra ela, sofreu tamanha campanha que acabou tendo o seu mandato cassado.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Pois não.

O Sr. Arthur Virgílio — O requerimento, a que V. Exa. se refere, formulei-o quando ainda Deputado Federal. Expiou o meu mandato e a resposta não veio. No interregno da apresentação do requerimento ao término de meu mandato, fui pressionado por forças da amizade, de conhecimentos de natureza pessoal, no sentido de que fosse retirado o requerimento. Não cedi, mormente porque, àquela altura, eu estava informado a respeito dos negócios da firma aqui em Brasília. V. Exa. traz-nos o assunto com muita oportunidade. E' de fato, uma situação que merece ser verificada amplamente. Em verdade, o que aconteceu na Asa Norte representa um prejuízo vultoso para o erário.

O SR. EDMUNDO LEVI — Nobre Senador Arthur Virgílio, as palavras de V. Exa. me convencem de que há uma espécie de cêrca de proteção tão forte em torno da firma Capua & Capua, que não permite que os seus negócios, — por certo escusos, temos demais provas — venham à tona, para que a Nação saiba quem os protege quem os patrocina, a fim de que sejam apontados à expropriação pública e responsabilidades criminais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, paralelamente a essa comunicação triste tenho outra que alegro Brasília. O mesmo jornal traz a seguinte notícia: "Lançados os primeiros 15 quilômetros de trilhos da Brasília-Pará do Rio, declarando que a ferrovia que, dentro em breve, ligará a nova Capital do País ao Rio e São Paulo está em fase de aceleração.

Assim, as grandes dificuldades, os grandes problemas, inclusive aqueles que acarretam o encarceramento da vida em Brasília estarão grandemente reduzidos.

Sr. Presidente ao mesmo tempo a que apontamos o fato desastroso do lançamento, ao desabrigo, de 36 famílias, devido à insegurança que oferece o prédio em que habitam, com contentamento encaramos a perspectiva de ter em breve, Brasília ligada por uma ferrovia, os grandes centros contribuindo para a melhora das condições de vida da Capital.

O Sr. Lobão da Silveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador). Contanto que não venham a arrancar trilhos, como fize-

ram na Estrada de Ferro de Bragança, no Estado do Pará, depois de prometerem estradas de asfalto que até hoje, não apareceram.

O SR. EDMUNDO LEVI — Desta vez nobre Senador, não estão arrancando, estão colocando. E' o que diz o jornal.

O Sr. Lobão da Silveira — Podem arrancar depois de colocados.

O SR. EDMUNDO LEVI — Possivelmente, se o amigo do nobre Senador Eurico Rezende, que tem por vício arrancar trilhos, entender de fazê-los, mas isto será problema para o futuro, por ora não.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador). V. Exa. assinala e enfatiza com toda a euforia e contentamento, a notícia do jornal. Segundo essa notícia estariam sendo implantados os primeiros quinze quilômetros da paralela de aço que ligará a Capital da República ao Rio, a Belo Horizonte e a São Paulo. Quando assumi o meu mandato, nesta Casa, houve uma afirmativa governamental no sentido de que, em dois anos, aquela ligação ferroviária estaria realizada. Passados dois anos V. Exa., como que melancolicamente apresenta a prestação de contas do Governo: esperava o banquete da construção da ferrovia e V. Exa. vem, data venia, com a conversa de um sanduíche de quinze quilômetros apenas.

O SR. EDMUNDO LEVI — Nobre Senador Eurico Rezende, diz V. Exa. que logo que assumiu o seu mandato teve a promessa de que dentro de dois anos, estaria concluída a ferrovia. Estou em Brasília há cinco anos e, desde que aqui cheguei, se diz que essa ferrovia estaria concluída no ano seguinte. De maneira que esses 15 quilômetros não constituem propriamente um sanduíche, como V. Exa. diz, mas um canudo de sucção de um bom refrigerante.

O Sr. Eurico Rezende — O Sr. Ministro Juarez Távora não é especializado em construir. A sua especialização é arrancar. Ainda agora está arrancando os intestinos ferroviários do Estado do Pará, que tem nesta Casa, como seu lido representante, o eminente Senador Lobão da Silveira. De modo que há até uma propaganda do Brasil no exterior, no que diz respeito ao único ponto negativo do governo do eminente Presidente Castello Branco. E' o seguinte: "Turista, visite o Brasil logo, antes que suas ferrovias acabem. Porque o ódio do Ministro Juarez Távora para com as nossas ferrovias tem sido iterativamente confirmado. O Sr. Presidente da República, já que o seu Ministro da Viação sempre falou em erradicação dos ramais antieconômicos, deve procurar erradicar o único Ministro antieconômico do seu Governo, que é o Sr. Juarez Távora.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite o nobre orador outro aparte? (Assentimento do orador) — Ultimamente, esteve em visita à Cidade de Bragança, no Estado do Pará, o Sr. Ministro de Minas e Energia, que concedeu entrevista à imprensa sobre assuntos da sua Pasta. Terminada esta, um jornalista dirigiu-se a S. Exa. nos seguintes termos: "Sr. Ministro, queremos agradecer a sua visita. Se V. Exa. não nos trouxe nada, ao menos não nos arranca nada. (Risos).

O SR. EDMUNDO LEVI — E' uma demonstração de que o povo está compreendendo o procedimento do Governo. O nobre Senador Eurico Rezende diz que o Sr. Juarez Távora é especialista em arrancar intestinos. Deve ser, então, uma espécie de açougueiro da administração pública...

Mas o meu objetivo é discutir o critério ou não do Sr. Juarez Távora porque, inclusive, segundo a notícia

que estou lendo, quem está construindo essa ferrovia é um batalhão de engenharia do Exército.

Li o General Comandante da Região que de maio em diante, os trabalhos serão acelerados, porque o quartel que se constrói, em Araguari, estará concluído, permitindo que a tropa ali acantonada tenha melhores condições para trabalhar.

De sorte que ao mesmo tempo em que venho comunicar essa notícia triste a respeito dos moradores daqui, quero dar parabéns a Brasília, por essa realização que é, desde já, uma segurança de que dentro de algum tempo — não mais se fala naquela série de prazos — Brasília estará realmente ligada às demais Capitais do País. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, renovando a convocação dos Srs. Senadores para uma outra, extraordinária, a ser realizada às 18 horas de hoje.

Está encerrada a sessão.

(Levantou-se a sessão às 17 horas e 45 minutos).

ATA DA 26ª SESSÃO, EM 7 DE ABRIL DE 1965

PRESIDENCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA

As 18 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
José Guimard
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Jocué de Souza
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Zacharias de Assumpção
Catiete Pinheiro
Lobão da Silveira
Eugênio Barros
Sebastião Archer
Victorino Freire
Joaquim Parente
José Cândido
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Antônio Jucá
Vicente Augusto
Dix-Huit Rosado
Dinarte Mariz
Walredo Gurgel
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
João Agripino
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Ermirio de Moraes
Silvestre Péricles
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Hribaldo Viera
Dylton Costa
José Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Josaphat Marinho

Jeferson de Aguiar
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Miguel Couto
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Torres
Afonso Arinos
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Milton Campos
Paria Tavares
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Padre Calazans
Lino de Mattos
Moura Andrade
José Feliciano
Pedro Ludovico
Lopes da Costa
Filinto Muler
Bezerra Neto
Nelson Maculan
Acolpho Franco
Mello Braga
Irineu Bornhausen
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondin
Daniel Krieger
Mem de Sá (52).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 52 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O SR. PRESIDENTE:

(Senador Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimento de informações que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 120, de 1965

Sr. Presidente,

Requeiro, a Mesa, nos termos do Regimento Interno sejam solicitadas ao Ministério da Viação e Obras Públicas as seguintes informações:

a) Quais os déficits das Estradas de Ferro incorporadas à Rede Ferroviária Federal S. A.?

b) Balanço geral da Rede Ferroviária Federal S. A. desde 1959 até a presente data;

c) Qual a receita e despesa da Estrada de Ferro de Bragança, em separado, desde o ano de 1959?

d) Qual o montante das despesas feitas pela Rede Ferroviária Federal S. A., desde o ano de 1959, com passagens e quais os motivos das viagens?

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1965. — Lobão da Silveira.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e em seguida será desnadaçado pela Presidência.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de comunicação enviada à Mesa.

E' lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Em 7 de abril de 1965

Senhor Presidente:

De conformidade com o disposto no art. 73-A do Regimento, venho solicitar de Vossa Excelência a substituição do Senhor Senador Aurélio Vianna pelo Sr. Senador Aarão Steinbruch na representação do Bloco Parlamentar Independente na Comissão Parlamentar de Inquérito referente à indústria automobilística nacional.

Atenciosas saudações. — Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Atendendo à solicitação do nobre Senador Lino de Mattos, Líder do Bloco Parlamentar Independente, esta Presidência designa o nobre Senador Aarão Steinbruch para substituir o nobre Senador Aurélio Vianna na Comissão Parlamentar de Inquérito referente à indústria automobilística nacional.

Para a Comissão Especial criada a fim de examinar a crise da agro-indústria açucareira do Nordeste a Presidência designa, de acordo com as indicações recebidas das Lideranças, os Srs. Senadores: José Leite, Vicente Augusto, Vasconcelos Torres, Heribaldo Vieira, Aurélio Vianna.

Não há oradores inscritos, nem outra matéria de expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Estão presentes 52 Srs. Senadores.

Discussão em turno único do projeto de Resolução nº 33, de 1965, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta Heráclio Del Giudice no cargo de Eletricista PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em discussão o Projeto. (Pausa).

Nenhum Senhor Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33, DE 1965

Aposenta Heráclio Del Giudice no cargo de Eletricista PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentado, de acordo com o art. 191, item 1º, § 3º da Constituição Federal, combinado com o art. 341, item III da Resolução nº 6, de 1960, e a gratificação adicional a que faz jus, e, ainda, com os proventos correspondentes ao símbolo PL-6 decorrente de decisão judicial, o Eletricista PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Heráclio Del Giudice.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O projeto voltará à Comissão Diretora, para Redação Final.

Discussão em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1965 (nº 1.108-C-63, na Casa de origem) que disciplina o pagamento das quotas dos impostos de renda e consumo devidas aos municípios, tendo Parecer favorável, sob o nº 184, de 1965, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto (Pausa).

Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 1965

(Nº 1.108-C, de 1963, na origem)

Disciplina o pagamento das quotas dos impostos de renda e consumo devidas aos municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As quotas dos impostos de renda e consumo devidas pela União aos municípios por força dos dispostos na Constituição Federal, serão pagas, integralmente e de uma só vez, no terceiro e quarto trimestre, respectivamente, de cada ano, pelo Exator Federal local, ou pela Delegacia Fiscal do Estado, sempre que não houver repartição arrecadadora na localidade.

§ 1º E' facultado o pagamento das quotas em parcelas mensais, tanto seja do interesse do município e decorra de expressa solicitação da Prefeitura.

§ 2º O Exator Federal ou o Delegado Fiscal, conforme for o caso, incidirá em crime de responsabilidade, se não fizer o recolhimento das somas devidas com a correspondente comunicação ao Prefeito, dentro dos prazos referidos no artigo ou até o último dia do mês, na hipótese do parágrafo anterior.

Art. 2º Dentro do primeiro semestre de cada ano, o Prefeito Municipal enviará à Delegacia Fiscal, encarregada do pagamento das quotas previstas no art. 15 da Constituição Federal, a comprovação de que fez, perante a Câmara de Vereadores, a prestação de contas das quantias recebidas no ano anterior.

Parágrafo único. Se não for feita, no prazo acima estabelecido a referida comunicação, o Delegado Fiscal oficiará ao Procurador-Geral do Estado, ou à autoridade correspondente, dando ciência do fato para se instaurar processo de responsabilidade.

Art. 3º O Ministério da Fazenda, anualmente, imediatamente após o encerramento do exercício financeiro, expedirá instruções às Delegacias Fiscais e Exatoriais Federais no sentido do cumprimento desta lei determinando de forma especial a retenção suficiente de receita arrecadada, para pagamento das quotas dentro dos prazos estabelecidos.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda quando das instruções de que trata o artigo, resolverá sobre o suprimento de recursos, para que as estações fiscais de arrecadação deficiente cumpram rigorosamente as obrigações estatuídas nesta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Projeto irá à sanção.

As três matérias seguintes da Ordem do Dia deverão ser decididas em sessão secreta, na qual se transforma a presente.

Solicito aos Srs. assistentes que se retirem do recinto e aos Srs. funcionários que adotem as providências necessárias a que seja devidamente resguardado o sigilo do Plenário.

ESCOLHA DE MEMBROS DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Finanças sobre a Mensagem nº 27-65 (nº de origem ...-65), de 6 de mês em curso, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado os nomes dos Srs. Dênio Chagas Nogueira, Aldo Baptista Franco da Silva Santos, Luiz Biolchini, Casimiro Antônio Ribeiro, Gaspar Eduardo Bueco Vidigal e Emy Castro Magalhães para membros do Conselho Monetário Nacional, criado pelo artigo 2º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

ESCOLHA DE DIRETOR DO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Economia sobre a Mensagem nº 432-64 (número de origem nº 689-64), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Marcelo Lemos de 1º voto para o cargo de Diretor do Banco Nacional de Habitação.

ESCOLHA DE PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Agricultura sobre a Mensagem nº 41-65 (nº de origem 107-65), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Dr. Paulo de Assis Ribeiro para o cargo de Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

A Sessão torna-se secreta às 18 horas e 20 minutos e passa a ser pública às 18 horas e 50 minutos.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está reaberta a sessão pública.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de requerimento que se acha sobre a mesa.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 120-A, de 1965

Dispensa de publicação de redação final.

Nos termos dos arts. 211, letra p e 315, do Regimento Interno, requer-se dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 33, de 1965.

Sala das Sessões, em 7.4.1965. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em consequência, passa-se à imediata discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 33, de 1965. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra para a discussão, dou-a como encerrada. (Pausa).

Em votação.

Os Srs. que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).
Lida aprovada.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguir a redação final aprovada:

Parer n° 201, de 1965

Redação final do Projeto de Resolução n° 33, de 1965, que apóia a Herradio Del Giudice no cargo de Eletricista PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução n° 33, de 1965, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO N° ...

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' aposentado, de acordo com o art. 191, item 1º, § 3º da Constituição Federal, combinado com o art. 341, item III da Resolução n° 6, de 1960, e a gratificação adicional a que faz jus, e, ainda, com os proventos correspondentes ao símbolo PL-6, documento de decisão judicial n° Eletricista PL-7 do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Herradio Del Giudice.

Sala da Comissão Diretora, em 7 de abril de 1965. — Nogueira da Gama, — Adalberto Sena, — Cettete Pinheiro, — Joaquim Parente, — Guido Morais, — Valério Torres, — Raul Giuberti.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, antes de terminada a primeira sessão desta tarde, dirigimo-nos, nós os membros da Comissão de Constituição e Justiça, aos trabalhos regulares desse órgão, e, ao mesmo tempo, apresentando a transcrição da sessão da primeira sessão.

Quando nos retiramos para a Comissão de Constituição e Justiça estamos todos informados de que lá haverá uma sessão extraordinária para a apreciação dos pontos indicados pelo Poder Executivo, para diferentes órgãos da Administração.

Quando entramos, ficamos nesta sala há em regime secreto, fomos surpreendidos com a verificação de que, na Ordem do Dia, havia sido incluído o Projeto n° 104, de 1965, oriundo da Câmara dos Deputados, que disciplina a remuneração dos altos funcionários do Poder e do Executivo e do Judiciário.

Quando a leitura, no instante, Sr. Presidente, meus olhos foram uma revelação, que lá se via, infelizmente, uma verdadeira situação no sentido de que, para as sessões extraordinárias que venham a ser convocadas para a discussão imediatamente após a ordinária, não foram incluídos pontos que poderiam ser de maior importância, e que não se encontram sobre o

preocupação normal dos Srs. Senadores para apreciação imediata.

Um projeto como este, Sr. Presidente, foi incluído na Ordem do Dia e votado sem que, sequer, a Casa tivesse conhecimento do seu texto, por avulso sobre as bancadas; há, apenas, o parecer, mimeografado, do nobre Senador Eurico Rezende.

Mas, Sr. Presidente, este projeto disciplina o pagamento das cotas dos Impostos de Renda e de Consumo, aos Municipais, determinando que as cotas respectivas sejam feitas pelas Escolas federais, nas diferentes localidades do País. Somente quando não houver Escolas nos municípios, é que o pagamento será feito pela Prefeitura Municipal.

Ora, todos sabemos, em primeiro lugar, que há centenas de municípios, no País, em que não funciona a Prefeitura federal; em segundo lugar, todos sabemos que há, igualmente, centenas de Escolas federais situadas em zonas em que não há arrecadação suficiente, ou sequer aproximada, para o pagamento regular dessas cotas.

Como vê V. Exa., por estas simples ponderações, apura-se que o projeto mereceria exame e vir ao conhecimento da Casa em Ordem do Dia comum, do sorte que o seu texto pudesse ser contrastado com o parecer e daí, extrair as conclusões quanto aos inconvenientes fatais da conversão dessa proposição em lei. Além disso, é irrecurável que a multiplicidade de pagamentos através das Escolas Federais vai extrair do próprio Ministério da Fazenda o controle regular da situação de pagamentos devidos aos municípios brasileiros.

Estávamos pelo menos o nobre senador Aloysio de Carvalho e eu, advertidos para o conteúdo deste projeto, e interessados em examiná-lo no momento próprio. Ainda há cerca de 48 horas, indaguei da tramitação deste projeto e, informado de que ainda não se encontrava na mesa o avalio respectivo, não podia imaginar que a matéria viesse a exame do Plenário, hoje, e em sessão extraordinária...

O Sr. Aloysio de Carvalho — Clandestinamente.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — ... convocada, ao que sabíamos até pouco antes de 16 horas, apenas para apreciação de pontos encaminhados a exame do Senado.

Fato essas ponderações, Senhor Presidente, não só na expectativa de que em outras oportunidades matérias desta natureza não sejam postas a debate, nestas condições, como para reavaliar a responsabilidade com que me sinto no caso, advertido que estava para a inconveniência do projeto e, por isso mesmo, obrigado que me encontrava a examiná-lo e a emendá-lo. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O vi, atentamente, as reclamações que acabam de ser formuladas pelo nobre Senador Josaphat Marinho. Cabe-se lembrar que Sr. Presidente, em princípio, tem toda a razão.

Nenhuma participação de Sr. Presidente com a inclusão, em Ordem do Dia, de proposição de maior importância e que demandam exame mais profundo, especialmente em se tratando de sessões extraordinárias, em regra convocadas para matérias específicas.

Quanto ao ponto de vista do Sr. Presidente, que a informação trazida pelo Senador Josaphat Marinho é a de que a inclusão deste projeto resultou de decisão talvez equivocada, eu não posso concordar no sentido de que não se encontram sobre o

O Secretário-Geral da Presidência foi procurado, na 48 horas, pelo eminente representante da Bahia, que lhe perguntou sobre a tramitação deste projeto conforme S. Exa. acaba de declarar. Naquele momento, teve o Secretário-Geral da Presidência o encargo de mandar vir o processo para que o nobre Senador o examinasse, na Presidência. O Dr. Isaac Brown, sempre zeloso no seu propósito de demonstrar proximidade aos nobres Senadores, entendeu, daí, de uma pergunta do nobre Senador Josaphat Marinho sobre a tramitação do projeto e a oportunidade de sua entrada na Ordem do Dia, que era do desejo do representante da Bahia que esse processo sem maior delongas, e com o propósito de ser útil e de corresponder a esta expectativa que se formou no seu espírito o Secretário da Presidência, passou na Ordem do Dia o projeto, juntamente com a sua ata, do desejo que considerou ser o do nobre Senador Josaphat Marinho.

Verificamos que S. Exa. não pretendia que o processo fosse incluído assim tão rapidamente na Ordem do Dia, pois que a matéria reclamava um exame mais profundo. Mas, com honestidade e expectativa que chegou ao meu conhecimento, e assentado a S. Exa. e aos Senhores Senadores que daqui por diante, no que me toca e ao Dr. Isaac Brown, igualmente, teremos todo o cuidado no colocar na ordem do dia das sessões extraordinárias qualquer matéria que fuja do âmbito específico dessas sessões.

A inclusão, realmente, desse projeto, resultou do desejo de ser agradável ao nobre Senador Josaphat Marinho, manifestado ontem por S. Exa. e interesse de que a tramitação do projeto não fosse mais retardada.

Essa a explicação que me cabe dar. O SR. JOSAPHAT MARINHO — Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama).

Hoje, à noite, as duas Casas do Congresso Nacional realizarão duas sessões conjuntas.

— uma, às 21 horas, para leitura da mensagem com a qual o Sr. Presidente da República encaminha ao Congresso o Projeto de Lei n° 5, de 1965 (C.N.), que dispõe sobre subsídios, vencimentos, salários e proventos e dá outras providências, designação da respectiva Comissão de estudo na área da matéria;

— outra, às 21 horas e 30 minutos, para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei que dispõe sobre a locação de prédios urbanos.

Não há mais havendo que tratar vou encerrar a sessão, aguardando para a próxima a seguinte:

ORDEN DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n° 157, de 1964, oriundo da Câmara dos Deputados (n° 155-A-64 na Casa de origem) que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União ao pedido de registro de contrato celebrado entre a Superintendência do Zoneamento Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura e Abastecimento de Azevedo Coutinho, para locação de imóvel, tendo Pareceres Favoráveis n°s 143 e 141, de 1965, da Comissão — de Constituição e Justiça e de Negócios.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 244, de

1964, n° 849-B-59, na Casa de origem, que dispõe sobre os prazos de pagamento de benefícios devidos aos segurados ou associados e seus beneficiários pelos Institutos de Previdência Social, tendo Pareceres Contrários, sob ns. 129 e 130, de 1965, das Comissões: de Legislação Social e de Finanças.

3

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado n° 63, de 1963, de autoria do Sr. Senador Raul Giuberti, que inclui no Plano Rodoviário Nacional a pavimentação das estradas: — Colatina-Barra do São Francisco — Leopoldina, Itanimiti — Cachoeiro-Alegre e Guacuí. (Projeto aprovado em primeiro turno, no termo do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça), tendo Parecer da Comissão de Redação sob número 163, de 1965 oferecendo a redação do vencido.

E' a encerrada a sessão.

(Termino-se a sessão às 19 horas e 10 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SENHOR SENADOR ANTONIO JUCA NA SESSÃO DE 6 DE ABRIL DE 1965 QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ANTONIO JUCA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, nobres Senadores, inaugurou-se ontem, a "Primícia" semanal brasileira do coração.

O Dr. Cláudio Pena, representante local da Sociedade Brasileira de Cardiologia, pelo fato de ter sido, eu antigo Presidente dessa Sociedade, pediu-me que trouxesse ao conhecimento desta Casa, e através dela, ao conhecimento do povo brasileiro, a campanha da Sociedade Brasileira de Cardiologia em benefício do doente, do coração, e de seu amplo programa de estudos da pesquisa da etiologia, da etiopatogenia e do diagnóstico das doenças do coração, no Brasil.

No mundo civilizado atual, nos países desenvolvidos, as doenças do coração constituem a principal causa de morte, logo seguida do câncer e, em certas nações, como os Estados Unidos, vindo em terceiro lugar as neoplasias.

Mas — feliz ou malhor, infelizmente para nós — as doenças cardiovasculares não representam ainda para o Brasil o principal problema de saúde pública. O brasileiro geralmente morre antes de atingir a idade das doenças degenerativas.

Vou tecer uma série de comentários sobre doenças cardiovasculares no Brasil, chamando em particular a atenção de meus colegas médicos, e também a dos meus colegas de mais de 60 anos de idade, portanto parentescos àquele grupo etário onde prevalecem as doenças cardiovasculares, para que, neste momento, possamos estabelecer o diálogo, uma discussão que explique melhor o papel real dessas doenças na saúde pública do Brasil.

As doenças cardiovasculares não constituem o principal problema sanitário do Brasil. A sua frente estão as doenças infecciosas e parasitárias.

A população do Brasil, ainda não atingiu aquele grupo etário acima dos cinquenta anos de idade, onde se tornam prevalentes as doenças endêmicas, as doenças degenerativas.

O brasileiro geralmente morre de doenças exógenas, infecciosas e parasitárias. O brasileiro morre sobrecarregado no primeiro e no segundo ano de

existência. Enquanto que o norte-americano, o alemão, o francês ou o australiano, ao nascer, tem uma expectativa média de vida de mais de setenta anos de idade — e em alguns lugares atingiu já a setenta e quatro anos de idade, portanto ultrapassou a cifra bíblica de vida do homem de três vintenas e uma dezena. Na Índia, pelo contrário, a expectativa média de vida, ao nascer uma criança, é de apenas 35 anos.

No Brasil, dizia eu, morrenos ainda quando crianças e quando adolescentes, o que é próprio de país subdesenvolvido. Não podemos dar às doenças cardio-vasculares no nosso panorama geral de saúde pública, a mesma importância dada nos países desenvolvidos, mormente na Europa Ocidental e Estados Unidos, onde existe, por assim dizer, uma gerotocracia, um governo prevalente dos velhos. Num grupo de dez pessoas, na América do Norte, existe pelo menos uma pessoa com mais de sessenta e cinco anos. A sobrevida média, a expectativa média de vida no Brasil é de cerca de quarenta e cinco anos de idade.

Temos uma grande natalidade, que ultrapassam de quarenta por mil. Temos uma grande mortalidade, por doenças infectocontagiosas e por doenças parasitárias. Mas, da mesma maneira que não podemos comparar o que acontece no quadro patológico dos países desenvolvidos e dos países subdesenvolvidos, também não podemos comparar a patologia de regiões diferentes do Brasil, da Amazônia com o centro-sul. No centro-sul já nos aproximamos mais dos índices e da forma de morbidez encontrados nos países civilizados, mais desenvolvidos. Na Amazônia, não! Na Amazônia, tudo é contra a vida do homem. A Amazônia quase que parece ao anacumênio. Se dividirmos o globo em ecumênio — onde é possível a vida do homem — e anacumênio, onde é quase impossível a vida do homem, como os desertos, a tundra, os polos, acredito que a Amazônia, dominada pela natureza, é relação fronteira entre o ecumênio e o anacumênio. Na Amazônia predominam a malária, a deslinteria bacilar, a deslinteria amebiana, a filariose, a anelostomose portanto, as doenças infectocontagiosas e parasitárias que ceifam milhares e milhares de vidas, antes que a criatura atinja o índice médio em que possa ser vítima de doenças cardiovasculares. Do ponto de vista ecológico, na Amazônia — que eu digo fronteira existe, na sua superestrutura, que é difícil à adaptação do homem: seu solo é dos mais pobres, ao contrário do que se pensa habitualmente; o solo da Bacia amazônica tem humus, mas, humus fornecido pela floresta e uma vez devastada a floresta, uma vez procedida a queimada, os humus são carreados, vem a erosão e a terra se torna árida e árida; é o que se observa comumente. Na Amazônia tudo vai contra o homem: o clima, a alimentação, o micróbio, o inseto, o parasita. Assim, da mesma maneira que não compreendo tratar-se, do ponto de vista sanitário, de igual modo regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas, também não compreendo dar-se o mesmo tratamento, do ponto de vista econômico, a regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Em verdade, temos dois Brasis: um Brasil desenvolvido, onde tudo é propício à civilização — a terra o homem e o clima — e outro Brasil onde tudo é contrário à civilização — a terra, o homem doente e o clima.

Se nós investíssemos toda a riqueza, toda a produção bruta da nação do Amazonas, por exemplo, pouco conseguiríamos de imediato. O Amazonas é quase um anacumênio. Evidentemente, precisamos ajudá-la melhorando a situação social do amazonense como a do nordestino. Mas, por

enquanto, precisamos sobretudo, fortalecer economicamente o centro-sul do País para que, uma vez desenvolvido, chegado ao seu apogeu econômico, possa dar ajuda poderosa, ajuda realmente grande às regiões que ainda precisam ser conquistadas pelo homem e onde, atualmente, impera impiedosamente a natureza.

Há um velho vazo, entre nós, de acreditarmos em que as doenças do coração são incuráveis. Pelo contrário, muitas, muitíssimas delas são inteiramente curáveis.

Na minha clínica, inúmeras vezes, fui procurado por indivíduos portadores de coração anormal, *cor bovinum* que, depois de um tratamento, convincente, ficaram com o coração absolutamente normal. Portanto, não é verdade que doença do coração é irreversível. Muitas doenças de coração são reversíveis, havendo mesmo a recuperação integral do indivíduo, tornando-se inteiramente normal. Por exemplo, o coração beribérico. Se o indivíduo chega ao consultório com um *cor bovinum* coração dilatado, com insuficiência cardíaca, em consequência do beriberi — o que não é raro no Amazonas — o seu tratamento se fará em quinze dias. Um coração de boi, volta, assim, ao seu volume normal, quase como uma sanfona.

E' o que acontece, às vezes, também, no indivíduo que tem um *cor bovinum* em consequência de anemia. Curada esta, o coração volta ao tamanho normal, ao volume normal e logo o indivíduo se recupera integralmente. E' o que acontece ainda nos casos de mixeima, insuficiência da tireóide. O coração, enorme, pode ser reduzido ao tamanho normal. Há inúmeros casos de coração bovino que voltaram ao normal, após correção cirúrgica de fistulas arterio-venosas.

A cirurgia, hoje em dia, também trás curas integrais a certos processos cardíacos.

Estou trazendo, aqui, conhecimentos superficiais da Cardiologia, porque muitos de meus nobres pares pertencem, como já acentuei, ao grupo em que imperam as cardiopatias. Estamos na mesma situação das populações dos países supercivilizados.

Portanto, é preciso tirar da mente dos atuais Senadores cardíacos ou dos candidatos a cardiopatia que a doença do coração irreversível, incurável. Muitas doenças do coração são curáveis. E quando não são, podemos orientar o doente de modo que, através de um verdadeiro equilíbrio, possa levar vida perfeitamente normal e útil a família e à sociedade, por dezenas de anos.

O Sr. José Ermírio — A aula que V. Exa. está ministrando ao Senado é interessantíssima. Conheço pouco a respeito de doenças do coração, mas posso atestar que, na Beneficência Portuguesa, em São Paulo, — instituição que dirige durante doze anos — a média de operações já atingia a vinte e oito casos por mês, e houve apenas uma com insucesso. Os professores José Pinto e Filoposo — duas autoridades da maior expressão no País — impulsionaram ali um departamento cuidadosamente regulamentado. Assim, o coração operado na Beneficência Portuguesa, até hoje, não deu desgosto e sim orgulho àquela instituição.

O SR. ANTÔNIO JUCA — Agradeço o aparte do nobre Senador José Ermírio. Conheço bem o Serviço a que se refere o nobre colega e do qual é seu patrono. Acompanhamento de perto o trabalho daquele equipe de cirurgiões, esm favor, uma das melhores do Brasil. Quero, entretanto, lembrar, que *pari passu* com São Paulo, há quinze anos, lá no meu humilde Ceará, introduzi a cirurgia cardíaca

no meu Serviço. Portanto, há quinze anos já se fazia a cirurgia, por exemplo, de estenose mitral, de canal arterial, de pericardite constritiva. Em todos esses casos, sobretudo na cirurgia do canal arterial persistente e da pericardite constritiva, se consegue a recuperação integral, na imensa maioria dos enfermos passa a ser perfeitamente normal.

Mas hoje em dia, com o coração-pulmão artificial, pode-se abrir um coração, pará-lo, de maneira completa, mantendo, porém, a circulação, de maneira artificial, através do pulmão-coração artificial. Atendem bem: falo em parar coração e não em parar a circulação. Nós paramos um coração, operámo-lo, fechamos defeitos de septos inter-auriculares ou inter-ventriculares, fechamos o coração, recuperamos o doente e colocamos novamente o coração a trabalhar.

Dou aparte ao nobre Senador Vasconcelos Tôres.

O Sr. Vasconcelos Tôres — V. Exa. fala em nome dos médicos; val-me permitir, agora falar em nome dos doentes. Não entendo da matéria ora em questão. (Não apolado!): Apenas, quando tenho que ir a uma dessas revisões necessárias, para tirar a pressão e, às vezes, até a impressão, é que tenho contacto com os nobres cardiologistas do País. Afinal de contas, entendo que V. Exa., com este discurso, está comemorando a chamada "Semana do Coração", o que ocorre em todo o País. Quero, pois, louvar-lhe o procedimento. Nas minhas andanças por este Brasil, tenho notado — aí, seria assim o aspecto sociológico — verdadeiro pavor, verdadeiro terror das pessoas quanto às moléstias cardíacas. Hoje, com a divulgação dos conhecimentos das ciências, através de conferências, de palestras e até mesmo — louve-se, pois, o gesto do eminente colega, no Senado — de dissertações sobre a matéria, estamos mais esclarecidos a respeito.

Eminente colega, Senador Antônio Jucá, afinal de contas, hoje, todos nós aqui no Senado, somos avançados na idade, e V. Exa. nos aplica — não diria injeção de óleo canforado — verdadeira digitalis de esperança, principalmente aqueles que se consideram ameaçados. Desejo agora acrescentar que V. Exa. faz tal comemoração não isoladamente, porque nos vais permitir a sugestão de consignar, em seu discurso, a solidariedade do Senado Federal aos cardiologistas de todo o País que ora comemoram a Semana do Coração. Assim, fala o Senado, neste instante, pelos lábios de V. Exa.

O SR. ANTÔNIO JUCA — Agradeço o aparte do nobre Senador.

Mas, continuando, no caso das cardiopatias, comecei por tratar das cardiopatias congênitas, as que vêm desde o berço. Indivíduos fadados a viver apenas alguns anos ou a morrer na adolescência, hoje, graças à cirurgia, praticada em quase todas as capitais do Brasil, são recuperados, transformados em cidadãos válidos para o trabalho e a Nação.

Falemos, agora, da cardiopatia ocasionada pelas doenças infecto-contagiosas, doenças parasitárias. Em primeiro lugar, a sífilis.

Quando eu era estudante, na Bahia, lembro-me bem, tínhamos uma enfermaria para doentes de aneurisma-sifilítico. Havia indivíduos que apresentavam dilatação da aorta, às vezes, até com erosões nas costelas. Ficavam, então, na enfermaria, esperando o momento em que, o aneurisma estourando, sucumbissem.

Hoje, praticamente, não existe mais a cardiopatia-sifilítica. A cardiopatia-sifilítica quase que está sendo riscada das doenças do coração, isso porque se descobriu um remédio que, re-

almente, é soberano no tratamento da sífilis: a penicilina.

Em segundo lugar, entre as doenças parasitárias, encontramos a "Doença de Chagas". A "Doença de Chagas" predomina, sobretudo, em Minas Gerais, em São Paulo, e em Goiás e, embora exista também no Ceará, sua relevância é muito menor do que muitos pesquisadores no assunto têm procurado dar.

O Sr. Senador Pedro Ludovico talvez possa dar a sua impressão sobre a "Doença de Chagas", em Goiás, porque eu fiz pesquisas de campo, no interior do Ceará — e gosto de falar muito francamente sobre os assuntos que abordo, não gosto de enfatizar matéria que todos põem em relevância quando não encontro nela maior importância.

O Sr. Senador Pedro Ludovico — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ANTÔNIO JUCA — Pois não, com prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — No nosso Estado há várias regiões onde se verifica incidência da "Doença de Chagas". Os doentes que são submetidos a exame, principalmente à "Reação Machado-Guerreiro" ficam registrados como doentes portadores da "Doença de Chagas". Há uma localidade — Montividiu — em que é muito comum a "Doença de Chagas". Ocorre nessa localidade um fato muito interessante: a "Doença de Chagas" apresenta incidência muito maior nos homens do que nas mulheres. O número de viúvas, nesse Distrito, é muito elevado; os homens morrem de "Doença de Chagas" e as mulheres ficam livres desse mal ou, pelo menos, vivem mais tempo depois de serem vítimas dessa doença. Há outras regiões de Goiás em que se verifica a incidência da moléstia de Chagas, com mais frequência no Centro-Oeste. Minas Gerais, São Paulo e Goiás são os mais atingidos, sendo diminuta a incidência no Nordeste.

O SR. ANTÔNIO JUCA — Em primeiro lugar, do ponto de vista biológico, a mulher não é o sexo fraco. A mulher é o sexo forte. Em todos os países do mundo, a mulher vive, via-de-regra, dez anos mais que o homem. Enquanto a vida média dos homens é de sessenta e seis anos, a das mulheres é de setenta e seis anos, em alguns países da Europa.

Do ponto de vista biológico há que se distinguir Doença de Chagas e cardiopatia-chagástica. Estudei cardiopatia-chagástica, no Ceará, e, verificando a presença Trypanosoma-cruzi no barbeiro, encontrei o Trypano somo-cruzi no próprio doente, e o teste Guerreiro-Machado positivo, mas não encontrei cardiopatia-chagástica em muitos casos.

O ponto para o qual desejo chamar a atenção dos nobres colegas é a distinção entre a Doença de Chagas e cardiopatia chagástica.

Acho que não há uma relação tão grande entre Doença de Chagas e cardiopatia-chagástica. Existem pacientes com enfermidade chagástica com possibilidades contudo de poder viver até oitenta anos e morrer de arteriosclerose. Mas não se deve chegar à conclusão, como querem vários autores, de que o paciente com Doença de Chagas segue, inexoravelmente, para a cardiopatia chagástica. É uma inverdade. Esse fato foi por mim observado durante vinte anos em trabalho de campo que realizei nos municípios de Quixeramobim e Quixadá, no Ceará.

O Sr. Pedro Ludovico — Devo dizer a V. Exa. que nem todas as qualidades de "barbeiro" transmitem a doença de Chagas. Se todas a trans-

mitis em, a humanidade toda seria afetada.

O SR. ANTONIO JUCA — Observo em regiões infestadas de barbeiros homens com "Guerrero Machado", positivo, com doença de Chagas, mas sem a cardiopatia chagásica. Vejamos de relance agora a cardiopatia reumática, que é mais encontrada nos climas frios, nas serras e no sul do País. Essa cardiopatia é foi verdadeiro flagelo, mas hoje está sendo controlada, com relativa eficiência, através do ACTH, da cortisona, salicilatos e opóios. As vezes se consegue a cura da cardiopatia reumática sem lesões na válvula. E mesmo se as lesões resultarem são passíveis de cura, como me referti na esfero-mitral. A um paciente que tinha insuficiência aórtica, reumática, pude eu abrir seu coração, colocar uma válvula de material plástica, o órgão central passando a funcionar normalmente bem e o indivíduo portador de insuficiência aórtica levou uma vida quase que normal.

Mas entremos, enfim, nos dois tipos de cardiopatia, que interessam mais de perto aos nobres Senadores: a hipertensão e a arteriosclerose. A primeira é doença da civilização moderna, doença emocional devido ao ritmo de vida elevado que temos atualmente.

Sr. Presidente, certa feita fiz trabalho de campo na terra do Professor Alyso de Carvalho, em Uauá, na Bahia e examinei mais de mil adultos. Traia-se de zona rural onde não existiam os problemas da civilização moderna e a vida é tranquila. Porém não encontrei um só caso de hipertensão. Mas a hipertensão quando descoberta é sempre bom porque a sua causa porque pode ser uma glândula infante, doença dos rins ou um feto crônico. Uma doença renal unilateral. Se há hipertensão esencal ela é originária do ritmo da vida, do estímulo constante que temos choques emocionais, desajustamentos de origem psicossomática, em suma, estes doentes que a princípio apresentam hipertensão hipotênica, depois de algum tempo acabam se tornando com hipertensão estável. Portanto, para estes doentes a melhor coisa é ter uma vida que não seja muito competitiva, procurarem a tranquilidade e a serenidade. É um doente psicossomático, que podemos dizer doença de líderes. E' como, por exemplo, ainda a úlcera do estômago.

O melhor é não se ser agredido, agressivo não se procurar ser um líder que ataque demais, e não um estômago sadio do que um líder muito bom, muito agredido, muito eficiente e com o estômago doente.

O mesmo diria da arteriosclerose. Evidentemente, não podemos evitar de maneira completa a arteriosclerose. É uma doença endógena, que segue a velhice. E por assim dizer, a efrugem da vida. É uma doença inevitável. Podemos, todavia, retardar a idade da arteriosclerose e, em lugar de termos nosso enfarte do miocárdio aos 40 anos de idade, podemos ter esse mesmo enfarte aos 70 ou 80 anos de idade.

O Sr. Pedro Ludovico — O homem tem a idade de seus artérios.

O SR. ANTONIO JUCA — Exatamente, o homem tem a idade de suas artérias e a idade das artérias depende do comportamento de vida desse homem. Se ele é agredido se ele age precipitadamente, se ele reage vingativamente, ele determina cada vez maior secreção de hormônio somatotrófico — STH — da glândula pituitária, que se encontra escondida na base do cérebro e através desse hormônio somatotrófico termina-se uma constrição das artérias, causan-

do hipertensão mau funcionamento renal, nefrosclerose — portanto, caminho certo para a hipertensão e a arteriosclerose. Ambas se encontram frequentemente associadas.

O Sr. Pedro Ludovico — V. Exa. está dizendo muito bem, essa — a verdade em regra geral, mas essa verdade, e a teoria tem falhado muito. V. Exa. mesmo deve ter tido em sua clínica vários casos que não confirmam essa teoria. Posso até dar-lhe um exemplo: sou homem que tem vida de luta desde menino, tenho pressões por tranques muito sérios na vida. Já sofri por, antecedido de fustamento, tenho tido emoções muito fortes.

E todavia com mais de 70 anos e ainda não tive nenhuma complicação cardiovascular. Sou assim, uma exceção dessa teoria.

O SR. ANTONIO JUCA — Não é exceção, é a confirmação da teoria, porque o que provoca essa secreção de hormônio somatotrófico é justamente o indivíduo não saber receber as desdita da vida, os choques emocionais com serenidade. Se ele os recebe tranquilamente, se ele os enfrenta com coragem, se ele não se sente desajustado, se ele reage com serenidade então não será vítima da arteriosclerose, porque não há sequer secreção de STH e doença emocional mal induzida.

O Sr. Pedro Ludovico — Sabe V. Exa. por que sou assim? Estou dentro da hipótese porque tenho o coração lento. Minha pulsação não vai além de sessenta. Napoleão Bonaparte também tinha sessenta pulsações por minuto. Talvez seja este o motivo.

O SR. ANTONIO JUCA — São os choques emocionais, agindo sobre a piquetria, que determinam a secreção do ACTH — como sabem os nobres colegas — e do hormônio somatotrófico, e que vão determinar estas doenças induzidas emocionalmente. E preciso — evidentemente — que haja os choques emocionais, a ambivalência, a serenidade, a angústia.

Se V. Exa. recebe um acontecimento, mesmo adverso, com serenidade, com tranquilidade, e o enfrenta com coragem e corajosamente então nada houve. Não houve descarga alguma de hormônio somatotrófico. V. Exa. não foi atingido. Poderá viver 90 anos.

O Sr. Pedro Ludovico — Se funcionar bem a supra-renal.

O SR. ANTONIO JUCA — Sim. Falei do ACTH, porque é ele que condiciona a formação do DOCA, isto é, do acetato de desoxicorticosterona, que é o hormônio através do qual a supra-renal age aumentando a pressão arterial e a retenção de clorido de sódio no organismo.

Queria terminar estas breves palavras dizendo que o indivíduo uma vez atingido pela insuficiência cardíaca, uma vez atingido pelo enfarte do miocárdio, não é um indivíduo desesperado. Tenho doentes que estiveram em insuficiência cardíaca, quase às portas da morte, há vinte ou vinte e cinco anos e que entraram em equilíbrio. Estão em digitalização crônica, tomando o medicamento há vinte e cinco anos e se encontram perfeitamente equilibrados, úteis para si e para a família.

Um indivíduo com enfarte de miocárdio pode recuperar-se sob todos os aspectos. Ele retorna o eletrocardiograma se transforma em normal, como a radiação e como a circulação porque pode recuperar-se a circulação colateral que pode irrigar aquela zona enfartada.

O Sr. Pedro Ludovico — Mas às vezes não há bloqueio, há apenas um espasmo, e neste caso o enfarte é de muito mais fácil recuperação.

O SR. ANTONIO JUCA — Não o enfarte pode ser provocado por um elemento orgânico, como a trombose em primeiro lugar. Quem diz enfarte diz mortificação, diz necrose de uma zona do coração. Pode ser provocado por um elemento *in situ* por uma trombose por uma embolia ou por um espasmo coronário como refere o nobre colega. Mas neste caso haverá uma anoxia prolongada. Esta falta prolongada de oxigênio, à fibra do miocárdio, determina a mortificação dessa região. Se essa vasoconstrição coronária é de um vaso grande e se a parte mortificada do coração é larga, o indivíduo irá fatalmente a morte, como se fosse por uma lesão orgânica, isto é, por uma trombose ou uma embolia.

Tenho visto indivíduos que tiveram 3 e 4 enfartes e ainda estão vivos e passando bem vinte anos depois.

O Sr. Pedro Ludovico — Aliás, o professor Brandão Filho teve cinco enfartes.

O SR. ANTONIO JUCA — Exatamente. Estas minhas palavras são palavras de animação, de esperança não somente para nós, que já estamos chegando ao grupo etário em que predominam as doenças cardiovasculares como são, sobretudo, palavras de esperança para os cardíacos. Porque o cardíaco, sabendo viver, sendo acompanhado por um médico, pode viver tão longamente como qualquer indivíduo sadio, tirando da vida todas as felicidades.

O Sr. Pedro Ludovico — V. Exa. sabe que depois dos 65 anos o enfarte é raro. É mais comum o derrame cerebral.

O SR. ANTONIO JUCA — Querida, terminando estas palavras, com as quais quero homenagear a "I Semana Brasileira do Coração", campanha esta que se faz há algumas dezenas de anos na Norte América, procurando angariar a simpatia do povo e, sobretudo, fundos particulares fundos das empresas e fundos do governo para a campanha contra as doenças do coração, fazer um apelo ao Congresso, para que todos concorram, nas suas distribuições orçamentárias para os institutos de pesquisas que tenham como finalidade o estudo do diagnóstico da etiologia da etiopatogenia, e do tratamento das doenças cardiovasculares.

Dizia eu que queria ler o decálogo de conselhos da Sociedade Brasileira de Cardiologia, aos sadios e aos cardíacos:

"1.º — Alimentar-se frugalmente."

O indivíduo não deve alimentar-se demais. Quem come demais vai à obesidade. Quem come demais aumenta o colesterol do sangue. A obesidade significa mais peso, mais gordura no corpo. Se há mais gordura corpórea, há mais gordura a irrigar. E quem vai fazer sua irrigação é uma bomba — o coração. Portanto, a portura significa mais trabalho para a bomba cardíaca. Se o indivíduo tem o dobro do peso normal, dá duas vezes mais trabalho ao seu coração.

Quanto ao colesterol, também. Mesmo que o indivíduo evite aquelas gorduras saturadas — gordura de porco, óleo de oliva, maníca — se o indivíduo se alimenta demais, sobretudo de hidratos de carbono, há formação de colesterol. Não se trata apenas de colesterol exógeno, e sim também do endógeno.

"2.º — Praticar exercícios não estafantes."

Não é verdade que o indivíduo sedentário seja maior candidato à cardiopatia do que o desportista. Pelo

contrário, o desportista exagerado (muito mais vítima de cardiopatia do que o indivíduo de vida sedentária, sobretudo aquelas que se dão a esportes competitivos. Os grandes jogadores, os grandes campeões geralmente não ultrapassam de 50 a 60 anos de idade. Eles são vítimas fáceis de arteriosclerose devido ao trabalho excessivo do coração. O corredor de maratona é um indivíduo que morre mais cedo do que aquele de vida sedentária. O ideal é praticar exercícios não estafantes:

"3.º — Evitar excesso de peso."

O excesso de peso conduz ao diabetes, e este é um dos elementos que mais favorecem a arteriosclerose. O excesso de peso conduzindo uma sobrecarga cardíaca dá necessariamente aumento de trabalho ao coração.

"4.º — Abster-se do fumo e do álcool." Existem certas doenças vasculares periféricas, como por exemplo a doença de Buerger, a tromboangeite ocliterante que é provocada pelo fumo. Produz obliteração das artérias e veias periféricas.

Lembro-me de um fumador obstinado que teve de amputar uma perna. Eu o tratei. Ele voltou a fumar, teve de cortar a perna; deixou de fumar durante dois anos. Voltando a fumar a tromboangeite atacou a segunda perna. Amputou a segunda perna. Ficou numa cadeira de rodas, deixando então, definitivamente o fumo.

Mas não é só sobre a tromboangeite que há malefício do fumo. Também malefício sobre as coronárias e sobre os pulmões. É uma das causas principais do câncer bronquítico.

Em relação ao charuto, este tem menos influência do que o cigarro porque quem fuma charuto não trava. Portanto, não está sujeito a ação da nicotina como o que fuma cigarro. O que fuma charuto, fuma três ou quatro charutos por dia. O fumante inveterado, que fuma três ou quatro cartelas de cigarro por dia, está sendo um candidato a doença das artérias periféricas, a doença das artérias coronárias.

O Sr. Pedro Ludovico — Há pouco na Inglaterra foi feito um exame em 200.000 pessoas que fumavam e em 200.000 que não fumavam. Verificou-se que no grupo dos fumantes a incidência do câncer era muito mais frequente, principalmente nas vias respiratórias, na língua, na próstata e nas amígdalas. Isto verificou-se positivamente na Inglaterra. Chegaram à conclusão de que os que fumam estão mais sujeitos ao câncer. Quero, entretanto, referir-me a uma vantagem da nicotina embora sendo ela pernicioso. Como se sabe, entre os dominicanos é proibido fumar, mas é permitido aqueles que sofrem de dispepsia, aos dispepticos, porque sabe V. Exa. a nicotina aumenta o movimento peristáltico da mucosa do estômago.

O SR. ANTONIO JUCA — Acredito que o benefício não compense a possibilidade de câncer. O nobre Senador mostrou e muito bem, que apesar de velho veterano da política acompanha de perto, a medicina.

O Governo americano, através do Congresso, pôde votar uma lei no sentido de que se colocasse em cada carteira de cigarro, um lembrete de que este produto poderia ser cancerígeno.

O Sr. Vasco Alves Torres — O que produz grande movimento no próprio Congresso americano.

O SR. ANTONIO JUCA — Mas não conseguiu aprovação porque os companheiros de cigarros são muito poderosos.

Quanto ao problema do álcool, talvez cause espanto o que vou dizer. Quase todos acreditam ser o álcool bom para as coronárias. Realmente, se um indivíduo tem uma angina de peito duas onças de uísque farão passar a dor, da mesma maneira que duas cafiaspirinas fazem passar a esfaíada. Mas daí a dizer que um indivíduo deve tomar duas cafiaspirinas 4 vezes por dia ser ter dor de cabeça equivale dizer que se deve tomar quatro ou mais doses de álcool quando não se tem uma angina de peito. O álcool serve como sintomático no alívio da dor no momento de se ter a angina do peito, tem ação sedativa, tem ação vaso-dilatadora; é como a morfina em relação à cólica. É preciso não esquecer que o álcool é um dos principais fatores da arteriosclerose. Aquele que começa a tomar álcool, para se proteger da angina, vai com certeza — pelo contrário — ao enfarte e sobretudo, a cirrose hepática.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite-me V. Ex^a um aparte? (assentimento do orador) — Conheço uma pessoa que mora numa cidade do meu Estado, Quirinópolis — o nobre Senador Vasconcelos Torres também a conhece. Quando ele tem enfarte diz à sua mulher: traga meio copo de cachaca. Ele toma a cachaca e o enfarte passa imediatamente.

O SR. ANTONIO JUCA — O álcool produz esse resultado, não é só o uísque.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite-me V. Ex^a uma pequena interrupção? (assentimento do orador) O debate é importante, porque se está comemorando a "Semana do Coração" e fala um mestre na matéria; os leigos, como eu, têm teses...

O SR. ANTONIO JUCA — Não apolado O nobre Senador é quase um médico...

O Sr. Vasconcelos Torres — De médico e de louco cada um tem um pouco.

O SR. ANTONIO JUCA — ... sei que cursou a Faculdade de Medicina.

O Sr. Vasconcelos Torres — Frequentei algum tempo na Faculdade de Medicina Fluminense, mas abandonei-a porque minha vocação era o Direito. Mas, já que se está generalizando o debate e V. Ex^a responde a partes com muita simpatia, eu gostaria que explicasse o caso daquele grande "leão" britânico, Sr. Winston Spencer Churchill, que fumava e bebia, e dormia pouco e chegou a mais de noventa anos.

O SR. ANTONIO JUCA — Meu nobre colega, como em tudo na vida, é preciso considerar a matéria prima, com que é constituído o organismo humano. Não escolhemos os nervos nem escolhemos as artérias com que nascemos. Todos os indivíduos não são igualmente propensos à mesma doença. Churchill, apesar da aparência, apesar de parecer fumar demais — numa das críticas que li — puxava o charuto justamente quando sentava no Congresso, porque aquilo quase já era parte da sua personalidade. Ademais tinha seus week-ends, se dava ao repouso, amava a pintura.

O Sr. Vasconcelos Torres — E não se esqueça do nosso Getúlio Vargas.

O SR. ANTONIO JUCA — O nosso Getúlio Vargas morreu relativamente moço.

Churchill fumava charuto: charuto e cachimbo são muito menos perniciosos do que o cigarro. É preciso também contar com a propensão do indivíduo às doenças, do material de que ele é feito. Nem todos têm a mesma constituição. Uns são mais sensíveis à nicotina, outros não. Uns

são até alérgicos, outros completamente indiferentes. Um é alérgico a ovos e leite; outros se dão maravilhosamente bem com ovos e leite. Existe uma equação pessoal para cada caso. 5^a "Tenha repouso adequado". Há indivíduos que necessitam de mais sono do que outros. Os velhos, menos que os moços. Um velho que durma 6 ou 7 horas por dia, dorme mais do que o suficiente. 6^a "Metodização do seu trabalho". É óbvio. 7^a "Viva em paz com seus nervos". É muito importante. O senador Pedro Ludovico, tem recebido, na sua vida, choques violentos, que não lhe têm conseguido abalar os nervos.

O Sr. Vasconcelos Torres — E o que V. Ex^a pensa.

O SR. ANTONIO JUCA — S. Ex^a vive em paz com seus nervos e por isso não tem doença emocional induzida. Foi acreditar que, para alegria nossa, ele vá aos 90!

O Sr. Vasconcelos Torres — Torço para que vá aos 100, porque merece.

O SR. ANTONIO JUCA — 8^a "Evite infecções".

É ponto importante. Toda vez que o organismo tiver um foco de infecção, uma infecção dentária, uma infecção amigdalana, uma pielite, é preciso erradicá-la, porque toda infecção é um estímulo à produção de hormônios somatotrópico, produzidos pela glândula pituitária os quais dão o quadro da infecção, o quadro da defesa do organismo, tanto que podemos neutralizá-lo inteiramente pelo ACTH.

Se tivermos um doente com pneumonia, rubicundo, dispnéico, dores profundas nas costas, febre de 40^o devido à secreção de STH, de hormônio somatotrópico, se injetarmos "ACTH" tudo passa, a febre cede, ele respira bem, passa a gozar de um bem-estar formidável e, imediatamente, possivelmente, começará a se formar um abscesso pulmonar que o mata em pouco tempo. Então, daí ser muito perigoso aplicar-se a "Cortisona", aplicar-se o "ACTH" se não se acompanhar de um antibiótico específico indicado para o caso. Procuramos com a "Cortisona" e com o "ACTH" minimizar a ação do "Hormônio Somatotrópico" ao mesmo tempo acompanhando com antibióticos para jugular a infecção, pois, de outra maneira, estaremos concorrendo para a morte do paciente.

O Sr. Pedro Ludovico — Acredita V. Ex^a em "RH-negativo" e "RH-positivo"?

O SR. ANTONIO JUCA — Também.

9^a "Deve o cardíaco submeter-se a exame regularmente". Há os indivíduos com insuficiência cardíaca que necessitam, às vezes, de um tratamento crônico, precisam tomar "Digitálias" — como foi mencionado pelo nobre Senador Vasconcelos Torres — o resto da vida, precisam tomar diurético durante vinte a trinta anos, e se eles tiverem cuidado e se forem seguidos pelo médico, poderão ter uma vida feliz, uma vida de trabalho, uma vida produtiva para eles, para suas famílias e para a Nação.

10^a "Faça um exame anual de saúde": é o ponto principal do decálogo e "check-up". Todo indivíduo deve fazer um exame de saúde anual, mesmo que se sinta na mais perfeita saúde. Fazemos com o nosso corpo e que costumamos fazer com o nosso carro. Submetemos o nosso carro a uma revisão semestral, mesmo que não apresente defeito, porém, infelizmente, não temos esse hábito com relação ao nosso organismo.

Terminando estas palavras, em que faço um apelo ao Congresso Nacional e à Nação, no sentido de que presti-

giem a "Semana Brasileira de Cardiologia", quero chamar a atenção, sobretudo de nossos líderes, em benefício de suas saúdes para que critiquemos o adversário em seus erros, em suas falhas, seus fracassos em seus pontos fracos, porém com serenidade; não atuem precipitadamente, muito menos procuremos reagir vingativamente, porque se assim agirmos haverá a formação de hormônios somatotrópicos e de ACTH que poderão provocar uma doença emocional induzida qualquer: arteriosclerose, enfarte, hipertensão, úlcera no estômago, etc. Fazamos crítica, mas crítica construtiva lembrando que o povo brasileiro é avesso ao espírito de ódio, de rancor e de vingança. Cooperemos, doutra-parte, com o adversário toda vez que essa colaboração redunde em melhoria social, no progresso econômico da Nação e no desenvolvimento do País. (Muito bem!)

Ato da Comissão Diretora

A Comissão Diretora, em reunião realizada em 1^o de abril do corrente ano, resolveu expor a pedido Flávio Silva Palma Lima do cargo de Motorista PL-10, e nomear para a mesma vaga Dalton Jerônimo Fuzi, nos termos do art. 85 alínea "c", do Regimento Interno.

Secretaria do Senado Federal, em 2 de abril de 1965. — Evandro Mendes Vianna — Diretor-Geral.

Atos do Primeiro Secretário

PORTARIA N.º 28 DE 1965

O Primeiro Secretário, no uso das suas atribuições, resolve designar José Carlos Pôrto de Mendonça Clark Auxiliar Legislativo PL-8, das funções de Encarregado do Grupo de Trabalho do Senado mandando consignar em seus assentamentos um voto de louvor pela colaboração desempenhada com eficiência, responsabilidade e zelo funcional.

Secretaria do Senado Federal, em 5 de abril de 1965. — Dinarte Mariz — 1^o Secretário.

PORTARIA N.º 29 DE 1965

O Primeiro Secretário no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra "j", do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução n.º 8, de 1963 resolve designar José Carlos Pôrto de Mendonça Clark, Auxiliar Legislativo PL-8, para as funções de Oficial de Gabinete do Líder do Partido Libertador.

Secretaria do Senado Federal, em 5 de abril de 1965. — Dinarte Mariz — 1^o Secretário.

ATOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

O Senhor Primeiro Secretário deferiu, nos termos do artigo 83 da Resolução n.º 6, de 1960, os seguintes requerimentos:

DP-241-65 — de Nísio Edmundo Torres Ribeiro nomeado para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10 em que solicita 30 dias, em prorrogação, de prazo para posse;

DP-250-65 — de Antonio Ernesto Pincovsky, nomeado para o cargo de Auxiliar de Limpeza, em que solicita prorrogação de prazo para posse;

DP-251-65 — de Osmar de Maria nomeado para o cargo de Auxiliar de Limpeza, em que solicita prorrogação de prazo para posse;

DP-261-65 — de Walmira Costa, nomeado para o cargo de Auxiliar de Limpeza, em que solicita 30 dias, em prorrogação de prazo para posse;

Republicar, por haver saído com incorreções no D.C.N. de 12.3.1965.

Deferiu, licença concedida a Leilah de Góes Cardoso Oficial Legislativo, PL-6, pelo Serviço de Biometria Médica do Ministério da Saúde a ser considerada a partir de 1^o de novembro de 1964. (DP-1.108-64).

Secretaria do Senado Federal, em 5 de abril de 1965. — Evandro Mendes Vianna — Diretor-Geral.

Atos do Diretor-Geral

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 160, itens 9 e 11 da Resolução n.º 6, de 1960 deferiu os seguintes requerimentos:

DP-234-65 — De Claudio Carlos Rodrigues Costa, Auxiliar Legislativo PL-10, em que solicita averbação em seus assentamentos de tempo de serviço prestado no Ministério da Aeronáutica, sendo 6.544 dias como mensialistas e 75 dias como diarista;

DP-231-65 — De José Xavier da Silva, Compositor-Paginador FT-3, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 1 de abril de 1965;

DP-234-65 — De Sebastião Amaro da Silva, Auxiliar de Portaria, PL-9, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 20 de março de 1965;

DP-238-65 — De Celso Nunes Ribeiro, Motorista, PL-9, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 17.3.1965;

DP-233-65 — De Claudio Carlos Rodrigues Costa, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 5.7.1965;

— De Elso Rodrigues Cantannede, Auxiliar de Limpeza, PL-11, em que solicita férias relativas ao exercício 1963, a partir de 17-3-1965;

— De Joaquim Virgínio de Mello, Servente da Administração, FT-7, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 1-2-1965;

DP-173-65 — De Francisco Carneiro Nobre de Lacerda Neto, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita licença para prestar provas em 2^a época, na Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara, a partir de 23.2.1965;

DP-239-65 — De Jorge de Oliveira Nunes, Oficial Legislativo, PL-5, em que solicita horário especial de trabalho para frequentar as aulas do curso de Eletrônica do C. E. M.;

DP-248-65 — De Francisco Antonio Baptista Campos, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita horário especial de trabalho para frequentar as aulas do C. E. M.;

Autorizou constar dos assentamentos dos funcionários requerentes, o seguinte:

— Regina Pelosi Silva Auxiliar Legislativo, PL-9 em que solicita constar de seus assentamentos seu Diploma de Bacharel em Direito, Certificado de conclusão do Curso de Doutorado e Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil. (DP-237-65).

— Orestes Ferreira Lopes Motorista, PL-10, em que solicita constar de seus assentamentos o Diploma de Medalha de Serviços de Guerra. (DP-178-65).

— Claudio Carlos Rodrigues Costa, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita constar em seus assentamentos: a) Diploma de Medalha "Mérito Santos-Dumont", por serviços presta-

dos à Aeronáutica Brasileira; b) Certificado de Medalha comemorativa do Cinquentenário do 1º do maio mais pesado que o ar, concedido pelo Excelentíssimo Sr. Ministro da Aeronáutica; c) Certificado de conclusão de curso de comunicações conferido pela Diretoria de Rotas Aéreas; d) Diploma de conclusão de curso Técnico em Contabilidade conferido pela Escola Técnica "Modelo", do Estado da Guanabara;

Deferiu, o requerimento de Elir S. de A. em que solicita horário especial de trabalho, para frequentar as aulas do 3º ano Técnico, do Curso de Contabilidade, do Colégio La Salle (DP-262-65).

Deferiu, nos termos do art. 310 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 160, item 35 da Resolução nº 6, de 1960, sua função-família aos seguintes funcionários:

— José de Souza Machado, Motorista PL-10, em relação a sua esposa Dalcia e as suas filhas Lúcia Maria, Mariângela e Rosângela Moreira Machado, a partir de dezembro de 1964. (DP-198-65).

— Helena Carneiro Leite, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5 e, relação a sua filha Márcia Regina Carneiro Leite, a partir de agosto de 1964. (DP-267-65).

— Adolpho Perez, Taquígrafo-Revisor, PL-2, em relação a sua filha Maria Luísa Perez, a partir de fevereiro de 1965. (DP-132-65).

— Aldo Braga Cavalcanti, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, em relação a seu filho Claudius Thadeu, a partir de novembro de 1964. (DP-265-65).

— Glory Soares dos Santos Martins Ferreira, Oficial Legislativo PL-6, em relação a sua filha Regina Daura, a partir de fevereiro de 1965. (DP-220-65).

— Givon Siqueira Machado, Operador de Radiodifusão, PL-11, em relação a sua filha Eunice Maria, a partir de janeiro de 1965. (DP-227-65).

— Hélio Bittencourt Gonzaga, Auxiliar de Portaria, PL-9 em relação a sua filha Heliana Amoroso Gonzaga, a partir de fevereiro de 1965. (DP-263-65).

O Diretor Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 160, itens 9 e 11 da Resolução nº 6, de 1960, exarou o seguinte despacho no processo de Mário Graciano da Silva, Auxiliar de Limpeza, PL-15, em que solicita 8 dias de licença para atender filiação judicial do Juízo de Direito da 13ª Vara Criminal: "Proceda-se de acordo com o parecer do Assessor da Comissão Diretora, abonando-se apenas o dia 8 de fevereiro".

Concedeu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 160, itens 11 e 37 do Ato de Organização da Secretaria e de Contabilidade com os respectivos atestados médicos, abono às faltas relativas ao mês de fevereiro de 1965, dos seguintes funcionários:

— José Pereira, Ajudante da Portaria, FT-7, nos dias 8, 9 e 10;

— Ruy Ribeiro Cardoso, Oficial Legislativo, PL-8, nos dias 17 e 18; levando a conta de licença para tratamento de saúde os dias 23, 24, 25 e 26;

— Rui Elpidio de Medeiros, Auxiliar de Limpeza, PL-15, no dia 18;

— Jairo Brasiliano da Costa, Ajudante de Almoxarife, PL-7, nos dias 22, 23 e 24; levando a conta de licença para tratamento de saúde o dia 25;

— Maria Celina A. Figueiredo, Bibliotecária, FT-3 no dia 23;

— José Ribeiro dos Santos, Servente da Administração, FT-8, no dia 23;

— Odélio Alves, Auxiliar de Portaria, PL-11, no dia 23;

— Vital Martins Ferreira, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-3, no dia 23;

— Antenor Rocha Pinto, Auxiliar de Limpeza, PL-11 no dia 24;

— Gerardo Lima de Aguiar, Oficial Legislativo, PL-8, no dia 24;

— Myriam Gurjão Mello — Oficial Bibliotecária, PL-5 no dia 24;

— Genoveva Ayres F. Dias, Auxiliar Legislativo PL-7, nos dias 24 e 25;

— William Lima Machado Newton, Auxiliar Legislativo, PL-7, nos dias 24 e 25;

— José E. Peimoto, Taquígrafo, PL-3, no dia 25;

— Léa Augusta S.L.R. Castro, Oficial Legislativo, PL-6, no dia 25;

— Rosalina S. C. Jackel — Telefonista, PL-15, no dia 25;

— Fernando Urbano, Auxiliar de Limpeza, PL-15, no dia 25;

— Nelson Gomes dos Santos, Ajudante de Portaria, FT-7, no dia 25;

— Carlos Augusto Senise, Controlador Gráfico, PL-6 no dia 26;

Concedeu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 160, itens 11 e 37 da Resolução nº 6, de 1960, e de conformidade com os atestados médicos, abono às faltas relativas ao mês de março de 1965, dos seguintes funcionários:

— Walter Orlando Barbosa Leite, Auxiliar da Ata, PL-4, nos dias 8 e 9. (DP-269-65).

— Carlos Augusto Senise, Controlador Gráfico, PL-6, no dia 1º;

— Hélio Resino Fernandes, Auxiliar de Encadernação, FT-5, nos dias 5 e 18;

— Ary Silva Fotógrafo, FT-5, nos dias 5, 17 e 18; levando a conta de licença para tratamento de saúde o dia 19;

— Moacyr de Queiroz, Ascensorista, FT-7, no dia 8;

— Jaime Vieira, Auxiliar de Limpeza, PL-15, no dia 8;

— Adolfo Perez Taquígrafo Revisor, PL-2, no dia 8;

— Maria Riza Batista Dutra, Oficial Bibliotecário PL-3, nos dias 8 e 9;

— Joaquim Fernandes de Oliveira, Auxiliar de Limpeza, PL-15, nos dias 8 e 9;

— Maria Celina de A. Figueiredo, Bibliotecária Substituta, FT, nos dias 8 e 15;

— Mariza Carvalho Leite Guimarães, Auxiliar Legislativo, PL-9, nos dias 8 e 16;

— Luiz Fernando de Sá Mendes Viana, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, nos dias 8 e 16;

— Jupy O. Pereira, Auxiliar de Limpeza, PL-15, no dia 9;

— Genoveva Ayres Ferreira Dias, Auxiliar Legislativo, PL-7, no dia 9;

— Waldiney de Oliveira, Telefonista, PL-12, no dia 9;

— José Xavier da Silva, Compositor Paginador, FT-3, no dia 9;

— Maria Eliza Nogueira Lodo, Oficial Bibliotecária, PL-5, nos dias 9, 11 e 12;

— Hélio de Macedo Godinho, Motorista, PL-10, nos dias 9, 10 e 11; levando a conta de licença para tratamento de saúde os dias 12, 13, 14, 15 e 16;

— Ataliba Luiz Mota Teixeira, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 9 e 17;

— Francisco Gonçalves de Araújo, Auxiliar Legislativo, PL-8, nos dias 9, 22 e 23;

— Elieser Sales Ribeiro, Auxiliar de Limpeza, PL-15, no dia 10;

— Arthur Botelho Casado Lima, Oficial Legislativo, PL-6, no dia 10;

— Virgílio Leite Pôrto, Auxiliar de Portaria, PL-10, nos dias 10 e 11;

— Hélio Augusto da Silveira, Ajudante da Portaria, FT-7, nos dias 10 e 16;

— Claudino Vival Rebouças Lacerda, Ajudante da Portaria, FT-7, nos dias 10 e 18;

— Walter Batista Lage, Ajudante de Portaria, FT-7, no dia 11;

— Valdirene José de Souza, Emendador, FT-2, no dia 11;

— Iraçu Francisco Luiz da Rocha, Auxiliar de Portaria, PL-9, no dia 11;

— Cléa Marina Cunha de Menezes, Taquígrafa de Debates, PL-3, no dia 11;

— Vital Martins Ferreira, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, no dia 12;

— Raymunda Pompeu Sabóia Magalhães, Oficial Legislativo, PL-6, no dia 12;

— Edson Sargues Prudente, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 12;

— Jorge Manoel de Azevedo, Taquígrafo de Debates, PL-3, no dia 12;

— Divaldo Fernandes Pereira, Auxiliar de Encadernação, FT-5, nos dias 12, 13 e 14; levando a conta de licença para tratamento de saúde o dia 15;

— Francisco Silvestre de Carvalho, Auxiliar de Limpeza, PL-15, nos dias 12, 13 e 14; levando a conta de licença para tratamento de saúde os dias 15 e 16;

— Miguel Guercio Filho, Auxiliar de Limpeza, PL-15, nos dias 12, 13 e 14; levando a conta de licença para tratamento de saúde os dias 15 e 16;

— José Brandão, Auxiliar de Limpeza, PL-15, no dia 13;

— José Ferreira Lima, Auxiliar de Limpeza, PL-15, no dia 13;

— Geraldo Sobral Rocha, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 15;

— Irene Stella Homem da Costa, Taquígrafo Revisor, PL-2, no dia 15;

— Carmelita de Souza, Oficial Legislativo, PL-6, no dia 15;

— Alexandre Dumas Paraguassu, Oficial Legislativo, PL-6, no dia 15;

— Miriam Gurjão Mello, Oficial Bibliotecária, PL-5 no dia 15;

— Ivan Braga, Ajudante de Portaria, FT-7, no dia 15;

— Helena Carneiro Leite, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, no dia 15;

— Léia Pinto Ferraz, Auxiliar Legislativo, PL-8 nos dias 15 e 16;

— Benedito José de Barros, Servente da Administração, FT-8, no dia 16;

— Ivan Pereira Marçal, Linotipista, FT-2, no dia 16;

— Mary Faria de Albuquerque, Oficial Legislativo, PL-6, nos dias 16 e 17;

— José Pereira, Ajudante de Portaria, FT-7, no dia 17;

— Diva Falconi de Carvalho, Auxiliar Legislativo, PL-8, no dia 17;

— Mauro Motta Burlamaqui, Auxiliar Legislativo PL-10, no dia 17;

— Aurisam Ramos Calado, Dentista, PL-4, nos dias 17, 18 e 19;

— Maria da Silva Telefonista, no dia 18;

— Paulo Weguelin Delpech, Conservador de Documentos, PL-6, no dia 18;

— Alfredo R. T. Netto — Emendador, FT-2, no dia 18;

— Marieta Jacy de Oliveira, Oficial Legislativo, PL-4 no dia 18;

— Maria Antonieta Paranaçu, Psico-técnica, PL-3 nos dias 18 e 19;

— Antônio Cezar Ferraz, Auxiliar de Limpeza, PL-15, nos dias 18 e 19;

— Manoel Fidozo Pereira Auxiliar de Portaria, PL-9, no dia 19;

— Luiz Carlos Homem da Costa, Auxiliar Legislativo, PL-9 no dia 22;

— José Bispo Sales, Ajudante de Portaria, FT-17- no dia 22;

— Victor Rezende Caiado de Castro, Auxiliar Legislativo, PL-8, no dia 22;

— Acrísio Ferreira, Auxiliar de Limpeza, PL-11, no dia 22;

— Léa Augusta S. L. R. Castro, Oficial Legislativo, PL-6, nos dias 22 e 23;

— Valci Teixeira, Mecânico de Linotipo, FT-3, nos dias 22 e 23;

— Sérgio Luiz Saxe, Expedidor, FT-8, nos dias 22 e 23;

— Aureliano Pinto de Menezes, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 22 e 23;

— William Lima Machado Newton, Auxiliar Legislativo, PL-7 no dia 23;

— Carlos Torres Pereira, Taquígrafo de Debates, PL-3, dia 23;

— Sebastião Nogueira, Taquígrafo de Debates, PL-4, no dia 24;

Concedeu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 160, item 11 da Resolução nº 6, de 1960, e de conformidade com o respectivo atestado médico, abono às faltas relativas ao mês de dezembro de 1964, correspondentes aos dias 1º, 2º e 3º, de Claudionor de Araújo Barros, Radio-técnico, PL-9.

Republicar, por haver saído com incorreções.

O Diretor-Geral, nos termos do artigo 310 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 160, item 35 da Resolução nº 6, de 1960, concedeu salário família ao seguinte servidor:

— Francisco Antônio Baptista Campos, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita salário-família em relação a seus filhos Francisco Antônio, Fernando Marcelo e Flávio Roberto Cavalcanti Campos, a partir de dezembro de 1964 (DP — 1.362.64).

— de Paulo Weguelin Delpech, Conservador de Documentos, PL-6, no período de 15 a 21 de abril de 1964; abonadas as faltas correspondentes a 15 e 17, os outros dias a frequência foi integral.

Republicar por haver saído com incorreções, no D. C. N. de 26 de março de 1965.

O Diretor-Geral deferiu...

DP-195-63 — de Celso Saleh, Auxiliar Legislativo, PL-9, em que solicita averbação em seus assentamentos de tempo de serviço prestado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I. B. G. E.), num total de 1.745 dias;

Diretoria do Pessoal, em 5 de abril de 1965. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora.

Comissão Diretora**1ª REUNIAO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 1965**

Sob a presidência do Sr. Nogueira da Gama, Vice-Presidente, presentes os Srs. Dinarte Mariz, 1º Secretário — Gilberto Marinho, 2º Secretário. — Adalberto Sena, 3º Secretário. — Octavio Pinheiro, 4º Secretário. — Joaquim Parente, 1º Suplente — Guido Moudin, 2º Suplente. — Vasconcelos Torres, 3º Suplente — Raul Giuberti, 4º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Moura Andrade, Presidente.

O Sr. Presidente distribuiu o seguintes requerimentos:

Ao Sr. 3º Secretário:

— de Manoel de Almeida e Cyro Vieira Xavier, Motoristas, e Abel Ferraz de Macedo, Ajudante de Conservador da Biblioteca, solicitando transferência de carreiras;

— de José Celestino Pessoa, Chefe do Serviço de Transportes, solicitando equiparação de vencimentos ao dos Chefes de Serviços Auxiliares (Requerimento nº 166-62);

— de Abel Ferraz de Macedo, Ajudante de Conservador da Biblioteca, solicitando bonificação de 20% por permanecer em exercício após 35 anos de serviço (Requerimento nº 220-63);

— de Ernandi de Alcântara Oliveira, Lavador de Automóvel, solici-

tando revisão de enquadramento de cargo (Requerimento nº 325-62); e

— de Renato Medeiros e José Washington Chaves, Auxiliares de Portaria, solicitando readaptação de cargo (Requerimentos ns. 32 e 279 de 1964, respectivamente).

Ao Sr. 4º Suplente:

— de Elga Jagerfeld de Barro e Arthur Botelho Casado Lima, Auxiliares Legislativos, recorrendo de despacho sobre retificação de contagem de tempo de serviço.

Ao Sr. 2º Suplente:

— Ofício nº 30-65 do Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), solicitando seja

pósto à disposição daquele órgão, sem prejuízo de seus vencimentos, direitos e vantagens, pelo prazo de dois anos, o Assessor Legislativo PL-2, José Vicente de Oliveira Martins.

A seguir, o Sr. Presidente dá conhecimento de Ofício da Mesa da Câmara dos Deputados sobre a possibilidade de ser realizada uma sessão conjunta solene em comemoração ao 1º aniversário do Movimento de 31 de março de 1964.

A Comissão, concordando com o pedido, marca uma sessão especial para o dia 31 do corrente, às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Evandro Mendes Viana, Diretor-Geral e Secretário da Comissão, a presente ata.

COMISSÕES PERMANENTES**MESA**

Presidente — Moura Andrade (PSD)
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB)
 1º Secretário — Dinarte Maris (UDN)
 2º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)
 3º Secretário — Adalberto Sena (PTB)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN)
 1º Suplente — Joaquim Parente (UDN)
 2º Suplente — Guido Mondin (PSD)
 3º Suplente — Vasconcellos Torres (PTB)
 4º Suplente — Raul Giuberti (PSP-ES)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 22 representantes**

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. José Giomard — Acre | 12. Antônio Balbino — Bahia |
| 2. Lobão da Silveira — Pará | 13. Jefferson de Aguiar — E. Santo |
| 3. Eugênio Barros — Maranhão | 14. Gilberto Marinho — Guanabara |
| 4. Sebastião Archer — Maranhão | 15. Moura Andrade — São Paulo |
| 5. Victorino Freire — Maranhão | 16. Atilio Fontana — Santa Catarina |
| 6. Sigefredo Pacheco — Piauí | 17. Guido Monodin — R. G. Sul |
| 7. Menezes Pimentel — Ceará | 18. Benedito Valladares — M. Gerais |
| 8. Wilson Gurgel — R. G. Norte | 19. Filinto Müller — Mato Grosso |
| 9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte | 20. José Feliciano — Goiás |
| 10. Ruy Carneiro — Paraíba | 21. Juscelino Kubitschek — Goiás |
| 11. José Leite — Sergipe | 22. Pedro Ludovico — Goiás |

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

- | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Adalberto Sena — Acre | 10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco |
| 2. Oscar Passos — Acre | 11. José Ermirio — Pernambuco |
| 3. Vivaldo Lima — Amazonas | 12. Silvestre Péricles — Alagoas |
| 4. Edmundo Levi — Amazonas | 13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro |
| 5. Arthur Virgílio — Amazonas | 14. Nelson Maculan — Paraná |
| 6. Antônio Jucá — Ceará | 15. Mello Braga — Paraná |
| 7. Dix Huit Rosado — R. G. Norte | 16. Nogueira da Gama — M. Gerais |
| 8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba | 17. Bezerra Neto — Mato Grosso |
| 9. Barros Carvalho — Pernambuco | |

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Zacharias de Assumpção — Pará | 9. Afonso Arinos — Guanabara |
| 2. Joaquim Parente — Piauí | 10. Padre Calazans — São Paulo |
| 3. José Cândido — Piauí | 11. Adolpho Franco — Paraná |
| 4. Dinarte Mariz — R. G. Norte | 12. Irineu Bornhausen — S. Catarina |
| 5. João Agripino — Paraíba | 13. Antônio Carlos — S. Catarina |
| 6. Rui Palmeira — Alagoas | 14. Daniel Krieger — R. G. Sul |
| 7. Heribaldo Vieira — Sergipe | 15. Milton Campos — Minas Gerais |
| 8. Eurico Rezende — E. Santo | 16. Lopes da Costa — Mato Grosso |

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Para
2. Lino de Mattos — São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Vianna — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Total	65

Sem legenda 1

66

BLOCOS PARTIDARIOS**Bloco Parlamentar Independente**

PSP	2	Senadores
PTN	2	Senadores
PSB	1	Senador
PR	1	Senador
MTR	1	Senador
PDC	1	Senador
Sem legenda	2	Senadores

LIDERANÇAS

Líder do Governo:

Daniel Krieger (UDN)

Vice-Líder:

Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder:

Lino de Mattos (PTN)

Vice-Líderes:

Aurélio Vianna (PSB)

Júlio Leite (PR)

Josaphat Marinho (sem legenda)

Aarão Steinbruch (MTR)

Miguel Couto (PSP)

Arnon de Mello (PDC)

Dilton Costa (PR)

II PARTIDOS**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)**

Líder: Filinto Müller

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves

Sigefredo Pacheco

Walfredo Gurgel

Victorino Freire

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder: Barros Carvalho

Vice-Líderes:

Bezerra Neto

Oscar Passos

Antônio Jucá

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

Líder: Daniel Krieger

Vice-Líderes:

Eurico Rezende

Adolpho Franco

Padre Calazans

Lopes da Costa

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder: Mem de Sá

Vice-Líder: Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Miguel Couto

Vice-Líder: Raul Giuberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder: Lino de Mattos

Vice-Líder: Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SÓ REPRESENTANTE**MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)**

Representante: Aarão Steinbruch

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Representante: Arnon de Mello

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante: Júlio Leite

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante: Aurélio Vianna

AGRICULTURA**PSD****SUPLENTE**

1. José Feliciano
2. Atilio Fontana

PTB

1. Dix-Huit Rosado
2. Antônio Jucá

UDN

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

BPI

1. Aurélio Vianna

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**PSD****SUPLENTE**

1. Menezes Pimentel
2. José Feliciano
3. Filinto Müller
4. Benedito Valladares

PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

UDN

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino

BPI

1. Aarão Steinbruch

- TITULARES**
1. Eugênio Barros
 2. José Leite

1. José Ermirio
2. Nelson Maculan

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

1. Dylton Costa

- TITULARES**
1. Jefferson de Aguiar
 2. Antônio Balbino
 3. Wilson Gonçalves
 4. Ruy Carneiro

1. Edmundo Levi
2. Bezerra Neto
3. Arthur Virgílio

1. Afonso Arinos
2. Heribaldo Vieira
3. Aloysio de Carvalho

1. Josaphat Marinho

DISTRITO FEDERAL

PSD

TITULARES

1. Pedro Ludovico
2. Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Benedicto Valladares

PTB

1. Arthur Virgíno
2. Mello Braga

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

UDN

1. Eurico Rezende
2. Heribaldo Vieira

1. Zacarias de Assunção
2. Lopes da Costa

BPI

1. Aurélio Vianna

1. Lino de Mattos

ECONOMIA

PSD

TITULARES

1. Atílio Fontana
2. José Feliciano
3. José Leite

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

PTB

1. José Ermírio
2. Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

UDN

1. Adolpho Franco
2. Lopes da Costa
3. Irineu Bornhausen

1. Zacarias de Assunção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

BPI

1. Miguel Couto

1. Aurélio Vianna

EDUCAÇÃO E CULTURA

PSD

TITULARES

1. Menezes Pimentel
2. Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Benedicto Valladares
2. Sigefredo Pacheco

PTB

1. Antônio Jucá
2. Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
2. Mello Braga

UDN

1. Faure Guazzan
2. Mem de Sá

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

BPI

1. Arnon de Mello

1. Josaphat Marinho

FINANÇAS

PSD

TITULARES

1. Victorino Freire
2. Lobão da Silveira
3. Sigefredo Pacheco
4. Wilson Gonçalves
5. Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Atílio Fontana
2. José Gulomard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Bezerra Neto
3. Pessoa de Queiroz
4. Antônio Jucá

1. José Ermírio
2. Edmundo Levi
3. Mello Braga
4. Oscar Passos

UDN

1. Faria Tavares
2. Irineu Bornhausen
3. Eurico Rezende

1. João Agripino
2. Adolpho Franco
3. Daniel Krieger

PL

1. Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

BPI

2. Lino de Mattos
1. Josaphat Marinho

2. Miguel Couto

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PSD

TITULARES

1. José Feliciano
2. Atílio Fontana

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

PTB

1. Nelson Maculan
2. Barros Carvalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

UDN

1. Adolpho Franco
2. Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

BPI

1. Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

LEGISLAÇÃO SOCIAL

PSD

TITULARES

1. Ruy Carneiro
2. Walfredo Gurgel
3. Atílio Fontana
4. Eugênio Barros

SUPLENTE

1. José Gulomard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

PTB

1. Vivaldo Lima
2. Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

UDN

1. Eurico Rezende
2. Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Zacarias de Assunção

BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

MINAS E ENERGIA

PSL

TITULARES

1. Benedicto Valladares
2. Jefferson de Aguiar

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

PTB

1. José Ermírio
2. Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá

UDN

1. João Agripino
2. Faria Tavares

1. José Cândido
2. Afonso Arinos

BPI

1. Josaphat Marinho

1. Arnon de Mello

POLÍGONO DAS SECAS

PSD

TITULARES

1. Ruy Carneiro
2. Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco
2. José Leite

PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Dix-Huit Rosado

1. José Ermírio
2. Antônio Jucá

UDN

1. João Agripino
2. Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

BPI

1. Aurélio Vianna

1. Dilton Costa

PROJETOS DO EXECUTIVO

PSD

TITULARES

1. Wilson Gonçalves
2. José Gulomard
3. Jefferson de Aguiar

SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. José Feliciano
3. Ruy Carneiro

PTB

1. José Ermírio
2. Bezerra Neto

1. Mello Braga
2. Edmundo Levi

UDN

1. João Agripino
2. Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. Adolfo Franco

BPI

1. Lino de Mattos

1. Aurélio Vianna

PL

1. Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

REDAÇÃO

PSD

TITULARES
1. Walfredo Gurgel
2. Sebastião Archer

SUPLENTE
1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

PTB

1. Dix-Huit Rosado

1. Edmundo Levi

UDN

1. Antônio Carlos

1. Eurico Rezende

BPI

1. Josephat Marinho

1. Milton Costa

RELAÇÕES EXTERIORES

PSD

TITULARES
1. Benedito Valladares
2. Filinto Müller
3. Menezes Pimentel
4. José Guimard

SUPLENTE
1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

PTB

1. Pessoa de Queiroz
2. Vivaldo Lima
3. Oscar Passos

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá
3. Mello Braga

UDN

1. Antônio Carlos
2. José Cândido
3. Rui Palmeira

1. Padre Calazans
2. João Agripino
3. Mem de Sá

BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Arnon de Mello

SAÚDE

PSD

TITULARES
1. Sigefredo Pacheco
2. Pedro Ludovico

SUPLENTE
1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros

PTB

1. Dix-Huit Rosado

1. Antônio Jucá

UDN

1. José Cândido

1. Lopes da Costa

BPI

1. Miguel Couto

1. Lino de Mattos

SEGURANÇA NACIONAL

PSD

TITULARES
1. José Guimard
2. Victorino Freire

SUPLENTE
1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

PTB

1. Oscar Passos
2. Silvestre Péricles

1. Dix-Huit Rosado
2. José Ermirio

UDN

1. Zacarias de Assunção
2. Irineu Bornhausen

1. Adolpho Franco
2. Eurico Rezende

BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Josephat Marinho

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

PSD

TITULARES
1. Sigefredo Pacheco
2. Victorino Freire

SUPLENTE
1. José Feliciano
2. Filinto Müller

PTB

1. Mello Braga
2. Silvestre Péricles

1. Antônio Jucá
2. Dix-Huit Rosado

UDN

1. Padre Calazans
2. Aloysio de Carvalho

1. Antônio Carlos
2. Mem de Sá

BPI

1. Aurélio Vianna

1. Miguel Couto

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

PSD

TITULARES
1. Eugênio Barros
2. José Leite

SUPLENTE
1. Jefferson de Aguiar
2. José Guimard

PTB

1. Mello Braga

1. Bezerra Neto

UDN

1. Lopes da Costa

1. Josephat Marinho

BPI

1. Arnon de Mello

1. Irineu Bornhausen

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62 do Sr. Senador Milton Campos aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 193-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completa em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63 do Sr. Senador Menezes Pimentel aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 661-63 do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Arthur Virgílio — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.
Josephat Marinho — S/legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 631-63 do Sr. Senador Góes de Azevedo aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 2 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161 de 1963 do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
PL-3, Jullera Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 689-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Senhor Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 2ª e 4ª feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 663-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 11 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Melo Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.
Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 5ª feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 152-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
José Ermirio — PTB.
Irineu Bornhausen — UDN.
Júlio Leite — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
 Ruy Carneiro - PS.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.
 João Agripino (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Aloysio de Carvalho - PL.
 Aurelio Vianna (23 de abril de 1963) - Relator - PSB.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).
 Eleita em 23 de maio de 1962.
 Prorrogação:
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 186-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
 Completada em 23 de abril de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - UDN.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - Relator - UDN.
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - Presidente - PTB.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Aloysio de Carvalho - PL.
 Lino de Matos - PTN.
 João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DE TA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 - ART. ADICIONAL).
 Eleita em 10 de julho de 1962.
 Prorrogação:
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 181-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 146-63 aprovado em 14 de dezembro de 1963.
 Completada em 23 de abril de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PS.
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.
 Nogueira da Gama - PTB.

Barros Carvalho - PTB.
 Mem de Sá - PL.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADA DOS ESTADOS QUANDO CACEDER AS REVAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.
 Prorrogação:
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1963;
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
 Completada em 23 de abril de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.
 Menezes Pimentel - Presidente.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira.
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Mem de Sá - PL.
 Miguel Couto (23 de abril de 1963) - PSP.

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).
 Eleita em 13 de 62.
 Prorrogação:
 - até 15 de 12 63 pelo Requerimento 90-62 aprovado em 12 de 12 62;
 - até 15 de 12 64 pelo Requerimento 148-63 aprovado em 18 de 12 63.
 Completada em 23 de 4. 63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - Relator - PSD.
 Wilson Gonçalves (23 de 4. 63) - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 Josaphat Marinho (23 de 4. 63) - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Eurico Rezende (23 de 4. 63) - Vice-Presidente - UDN.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de 4. 63) - Presidente - PTB.
 Nogueira da Gama - PTF.
 Barros Carvalho - PTB.
 Mem de Sá - PL.
 Júlio Leite (23 de 4. 63) - PR.

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 51 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).
 Eleita em 8 de 12. 62.
 Prorrogação:
 - até 15 de 12 63 pelo Requerimento 191-62 aprovado em 12 de 12 63;
 - até 15 de 12 64 pelo Requerimento 149-63 aprovada em 10 de 12. 63.

Membros - Partidos
 Ruy Carneiro - PSD.
 Pedro Ludovico - PSD.
 Wilson Gonçalves (23-4-63) - PSD.
 Benedito Valladares - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 Eurico Rezende (23-4-63) - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 João Agripino (23-4-63) - UDN.
 Amaury Silva (23-4-63) - PTB.
 Nogueira da Gama - PTF.
 Barros Carvalho - PTB.
 Mem de Sá - PL.
 Raul Gluberti - PSP.

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).
 Designada em 23 de 4. 63.
 Prorrogação até 15 de 12 64 pelo Requerimento 150-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves - Relator - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Leite Neto - PSD.
 Amaury Silva - PTB.
 Bezerra Neto - Vice-Presidente - PTB.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.
(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)
 Silvestre Péricles - PTB.
 Argemiro de Figueiredo - PTB.
 Eurico Rezende (23 de 4. 63) - UDN.
 Milton Campos - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.
 Aloysio de Carvalho - PL.

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)
 Designada em 23 de 4. 63.
 Prorrogação:
 - até 15 de 12 64 pelo Requerimento 1.151-63 aprovado em 10 de 12 63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - Presidente - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - PSD.
 Amaury Silva - PTB.
 Bezerra Neto - PTB.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.
 Silvestre Péricles - PTB.
 Artur Virgílio - PTN.
 Eurico Rezende (23 de 4. 63) - UDN.
 Milton Campos - Relator - UDN.
 João Agripino - UDN.
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.
 Aloysio de Carvalho - PL.

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).
 Designada em 2 de 63.
 Prorrogação até 15 de 12 64 pelo Requerimento 182-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.

Leite Neto - PSD.
 Amaury Silva - PTB.
 Bezerra Neto - PTB.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.
 Vaga do Senador Eduardo Catalão - Vice-Presidente - PTB.
 Vaga do Senador Eduardo Assis - Presidente - PTB.
 Milton Campos - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Aloysio de Carvalho - PL.
 Josaphat Marinho - Relator - PL.
 Em Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)
 Designada em 20 de 63.
 Prorrogação até 15 de 12 64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10 de 12 63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Leite Neto - PSD.
 Amaury Silva - PTB.
 Bezerra Neto - PTB.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.
 Silvestre Péricles - PTB.
 Adalberto Sena - PTB.
 Eurico Rezende (23 de 4. 63) - UDN.
 Milton Campos - UDN.
 Aloysio de Carvalho - PL.
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.
 João Agripino - UDN.

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)
 Designada em 31 de 63.
 Prorrogação até 15 de 12 64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10 de 12 63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Leite Neto - PSD.
 Amaury Silva - PTB.
 Bezerra Neto - PTB.
 Vaga do Senador Humberto Nader - PTB.
 Argemiro de Figueiredo - PTB.
 Eurico Rezende - UDN.
 Milton Campos - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Aloysio de Carvalho - PL.
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.

Z-1) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)
 Designada em 2 de 10. 63.
 Prorrogação até 15 de 12 64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10 de 12 63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Wilson Gonçalves - PSD.
 José Feliciano - PSD.
 Walfrido Gurgel - PSD.
 Argemiro de Figueiredo - PTB.
 Bezerra Neto - PTB.
 Silvestre Péricles - PTB.
 Edmundo Levi - PTB.
 Eurico Rezende - UDN.
 Milton Campos - UDN.
 Aloysio de Carvalho - UDN.
 Afonso Arinos - UDN.
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.
 Raul Gluberti - PSP.
 José Leite - PR.

Z-2) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Walfredo Gurgel - PSD
Argemiro de Figueiredo - PTB
Bezerra Neto - PTB
Silvestre Pérciles - PTB
Edmundo Levi - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Júlio Leite - PR

Z-3) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

esignada em 22.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
José Feliciano - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Bezerra Neto - PTB
Edmundo Levi - PTB
Argemiro Figueiredo - PTB

Melo Braga - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Aloysio de Carvalho - UDN
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda.

Aurélio Vianna - PTB

Júlio Leite - PR

Z-4) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/64

Eleição automática do Vice-Presidente com o Presidente da República).

Designada em 26.2.1964

Jefferson de Aguiar (PSD),
Ruy Carneiro (PSD),
Lúcio da Silva (PSD),
Wilson Gonçalves (PSD),
José Feliciano (PSD),
Bezerra Neto (PTB),
Arthur Virgílio (PTB),
Antônio Jucá (PTB),
Oscar Passos (PTB),
Antônio Carlos (UDN),
Aloysio de Carvalho (PL),
Eurico Rezende (UDN),
Milton Campos (UDN),
Josaphat Marinho (BPD),
Júlio Leite (BPD),
Aurélio Vianna (BPD).

Z-5) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/64

(Da nova redação à alínea a, do art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:

- os membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;

- os membros das Assembleias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça,

Designada em 25.5.1964
Jefferson de Aguiar (PSD),
Antônio Balbino (PSD),
Wilson Gonçalves (PSD),
Ruy Carneiro (PSD),
Menezes Pimentel (PSD),
Edmundo Levi (PTB),
Bezerra Neto (PTB),
Arthur Virgílio (PTB),
Oscar Passos (PTB),
Afonso Arinos (UDN),
Milton Campos (UDN),
Eurico Rezende (UDN),
Aloysio de Carvalho (PL),
Josaphat Marinho (BPD),
Aurélio Vianna (BPD),
Aarão Steinbruch (BPD).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11 de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963 - Prazo - 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada:

- Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63 do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).

- por mais um ano em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto (Presidente) - PSD
Nelson Maculan - PTB
João Agripino (Relator) - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 32 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo - até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963

Membros (11) - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto - PSD
Artur Fontana - PSD
Wilson Gonçalves - Presidente - PSD

Artur Virgílio - PTB
Bezerra Neto (8.11.63) - Vice-Presidente - PTB

Melo Braga - PTB
João Agripino - UDN
Daniel Krieger - UDN

Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Aurélio Vianna - PSB

Secretário Auxiliar Legislativo, FL-9, J. Ney Passos Dantas